



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

CHRISTIAN JEAN-MARIE BOUDOU

**DA “CIDADE-SAÚDE” À “CIDADE-TURISMO”: A INVENÇÃO DA
PRAIA TURÍSTICA DE GUARAPARI (ES) - UMA GEOGRAFIA
HISTÓRICA DOS USOS DO LITORAL**

Cidade Universitária Prof. José Aloízio de Campos

São Cristóvão/SE

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**DA “CIDADE-SAÚDE” À “CIDADE-TURISMO”: A INVENÇÃO DA
PRAIA TURÍSTICA DE GUARAPARI (ES) - UMA GEOGRAFIA
HISTÓRICA DOS USOS DO LITORAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como
requisito obrigatório para a obtenção do título de
Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Mário de Araújo

São Cristóvão – Sergipe – Brasil

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DA “CIDADE-SAÚDE” À “CIDADE-TURISMO”: A INVENÇÃO DA
PRAIA TURÍSTICA DE GUARAPARI (ES) - UMA GEOGRAFIA
HISTÓRICA DOS USOS DO LITORAL

Tese de Doutorado submetida a apreciação da banca examinadora em 24 de fevereiro de 2017,
constituída pelos professores:

Prof. Dr. Hélio Mário de Araújo (UFS) - Orientador

Prof. Dr. Dênio Santos de Azevedo (UFS) – Examinador Externo

Prof. Dr. Genésio José dos Santos (UFS) – Examinador Externo

Profa. Dra. Lilian de Lins Wanderley (UFS) – Examinador Interno

Prof. Dr. Ronaldo Missura (UFS) – Examinador Externo

Ao meu pai (*in memoriam*), o maior geógrafo que conheci.

À minha mãe, o maior amor que tive.

Ao meu filho, minha maior motivação de viver.

Aos meus irmãos, meus melhores amigos.

"A história é a geografia no tempo e a geografia é a história no espaço"

Elisée Reclus

AGRADECIMENTOS

Muito especialmente, desejo agradecer ao meu amigo e orientador que, acreditando na minha capacidade, me orientou nos momentos mais difíceis do doutorado. A sua paciência comigo e sua ajuda nos momentos de dificuldades pessoais foram inesquecíveis. Serei eternamente grato pela sua orientação.

Aos meus pais, Jean-Louis (*in memoriam*) e Telma, exemplos de professores, que sempre me estimularam e fizeram o máximo que puderam para me ajudar em todos os momentos do doutorado. À eles eu agradeço e dedico esta tese.

Aos meus irmão, Jean-Marc, Anne-Marie e André, que sempre acreditaram em mim e também fizeram tudo o que podiam para me ajudar nos anos de doutorado.

Ao meu filho Jean-Pierre, que aceitou trocar comigo muitas noites de diversão por noites de redação e solidão.

A Roxane, que sempre acreditou na minha tese e me incentivou, mesmo tendo que sacrificar vários momentos que poderíamos estarmos juntos.

Aos meus amigos da UFS, Denio e Genésio, que também acreditaram em mim e me incentivaram durante todos os anos do doutorado. O apoio de vocês foi determinante.

Ao meu amigo Ivo, principalmente pelos dias sacrificados para a elaboração de mapas e editoração da tese.

A professora Lílían Wanderley, pelo constante estímulo e pelos conhecimentos transmitidos sobre a geografia no espaço litorâneo em sua disciplina.

A Jeanne Boudou (*in memoriam*), Andrée, Jean-Jacques, Martine, Géraud e Lionel, que, mesmo de longe sempre me estimularam a fazer este doutorado.

Ao meu orientador de mestrado, Jean-Christophe Gay, que me apresentou algumas abordagens geográficas do turismo no espaço litoral. As abordagens de seu grupo de pesquisa divergem muito da maioria das realizadas em diversos estudos geográficos, colaborando assim com o enriquecimento da nossa ciência.

RESUMO

Os espaços litorâneos concentram atualmente a maior parte da população mundial. Dentre os diversos usos destes territórios, o turismo emerge como sendo um dos fenômenos que mais transformam estes espaços. Historicamente constata-se que o olhar projetado às praias pelas sociedades ocidentais transformou progressivamente suas funções e seus usos. Espaço atrativo na Antiguidade (Mediterrâneo) e repulsivo na Idade Média, a praia tornou-se lugar de contemplação com funções terapêuticas a partir do século XVIII e no século XX caracteriza-se por excelência por ser um espaço hedonista. No início do século XXI, o *balneotropismo* e o *heliotropismo* provocaram profundas transformações nos litorais, modificando as relações da sociedade com estes espaços. Os usos das praias são cada vez mais complexos e não cessam de se renovar: frequentadas no inverno e posteriormente no verão, durante o dia e atualmente a noite, para fins terapêuticos e hoje para o prazer. A presente tese teve por objetivo analisar as sucessivas “invenções” da praia de Guarapari e elaborou, através dos métodos da Geografia Histórica, uma periodização temporal dos usos e funções das praias de Guarapari (ES) para compreender a evolução (a produção do espaço), culminando na sua “invenção” enquanto espaço de lazer e de turismo. A análise em questão foi fundamentada em diversos procedimentos metodológicos: levantamentos bibliográficos referentes à Geografia Histórica e sobre o espaço litorâneo, levantamentos bibliográficos e cartográficos dos períodos históricos selecionados para análise, coleta de informações históricas referentes aos diversos usos pretéritos e atuais das praias de Guarapari e por fim, trabalho de campo para descrever e caracterizar as praias turísticas estudadas. A análise das “invenções” ocorridas em Guarapari evidencia que a Geografia não compreende o turismo como sendo fruto de uma “atração”, “vocação” ou “potencial” do espaço turistificado. As invenções mostraram que, em todos os períodos analisados, o espaço geográfico foi transformado segundo os usos feitos pela sociedade. Cada uso do espaço feito pela sociedade em determinado momento histórico, fez ocorrer uma valorização diferenciada, transformando o espaço de maneira diferente nos períodos analisados. A produção do espaço em Guarapari responde hoje aos usos, práticas e valorização que a sociedade contemporânea projeta sobre suas praias, fazendo desta cidade o maior polo turístico do estado do Espírito Santo.

.

Palavras-chave: Maritimidade; litoral; turismo.

RÉSUMÉ

Les espaces cotiers concentrent actuellement la majorité de la population mondiale. Parmi les divers usages de ces territoires, le tourisme émerge comme étant l'un des phénomènes qui transforment le plus ces espaces. Historiquement nous constatons que le regard projeté sur les plages par les sociétés occidentales a transformé progressivement ses fonctions et ses usages. Espace attractif dans l'antiquité (La Méditerranée) et repulsif au Moyen Âge, la plage est devenue un lieu de contemplation à fonction thérapeutique à partir du XVIII^{ème} siècle et au XX^{ème} siècle elle se caractérise par excellence comme un espace hédoniste. Au début du XX^{ème} siècle, "le balnéotropisme" a provoqué de profondes transformations sur les littoraux en modifiant les relations de la société avec les espaces. Les usages des plages sont de plus en plus complexes et ne cessent pas de se renouveler: fréquentées en hiver puis en été, pendant le jour et désormais la nuit, les plages sont recherchées pour des fins thérapeutiques et aujourd'hui pour le plaisir. La présente thèse prétend réaliser, à travers la géographie historique, une périodisation des usages et des fonctions des plages de Guarapari (ES) pour comprendre l'évolution de ces derniers dans son "invention" en tant qu'espace de loisir et de tourisme. L'analyse en question est basée sur des divers procédés méthodologiques et des enquêtes bibliographiques se rapportant à la géographie historique et à l'espace littoranéen, sur des enquêtes bibliographiques et cartographiques sélectionnées pour l'analyse, sur la collecte des informations historiques se rapportant aux divers usages du passé et du présent des plages de Guarapari. Pour conclure, des recherches ont été faites sur le terrain pour décrire et caractériser les plages touristiques en étude. Autrement dit, pour terminer, cette étude s'achève, en ayant la prétention de mettre l'accent sur le fait que les plages ne présentent ni potentiel, ni vocation, ni attrait touristique, mais que, bien au contraire, celles-ci ont été inventées selon les usages qui ont été construits au long des années par la société contemporaine.

Mots-clés: Maritimité; littoral; tourisme.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização geográfica do Município de Guarapari e área de estudo.	5
Figura 02 – Roteiro metodológico da pesquisa.....	9
Figura 03 – O eixo das sucessões e o eixo das coexistências.....	29
Figura 04 – Recortes temporais.....	30
Figura 05 – Recortes temporais.....	31
Figura 06 – Processo de ocupação do litoral de Guarapari.....	59
Figura 07 – Extração de areia monazítica em Guarapari no início do Século XX.....	68
Figura 08 – Navio Fjord sendo carregado de monazita em Guarapari.....	69
Figura 09 – Localização dos bairros Centro e Praia do Morro.....	82
Figura 10 – O Radium Hotel na década de 1950.....	86
Figura 11 – Praia do Morro em 1970.....	89
Figura 12 – Praia do Morro em 1980, início do processo de verticalização.....	90
Figura 13 – Calçada da Orla da Praia do Morro.....	91
Figura 14 – Praia do Morro.....	92
Figura 15 – Praia do Morro.....	93
Figura 16 – Mapa de Nova Guarapari.....	95
Figura 17 – Vista aérea de Nova Guarapari.....	96
Figura 18 – Praia da Bacutia.....	97
Figura 19 – Construção do condomínio no Morro da Bacutia.....	98
Figura 20 – Guarapari, usos do litoral, 2017.....	99
Figura 21 – Espírito Santo, regiões turísticas, 2016.....	101
Figura 22 – Centro de Guarapari.....	102
Figura 23 – Praia das Castanheiras	102

LISTA DE SIGLAS

EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMCATUR	Empresa Capixaba de Turismo
IATA	International Air Transport Association
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MIBRA	Minérios do Brasil
MICT	Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo
MIT	Mobilité, Itinéraire et Territoires
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMT	Organização Mundial do Trabalho
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
SETUR ES	Secretária de Turismo do Espírito Santo
SISTUR	Sistema de Turismo

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Matéria Jornalística de junho de 1956 mostrando a falta de fiscalização das atividades da MIBRA.....	123
ANEXO B - Matéria Jornalística de outubro de 1957 mostrando a falta de fiscalização das atividades da MIBRA.....	124
ANEXO C - Matéria Jornalística de junho de 1956 mostrando a falta de fiscalização das atividades da MIBRA.....	125
ANEXO D - Matéria Jornalística de junho de 1956 mostrando a falta de fiscalização das atividades da MIBRA.....	126
ANEXO E – Entrevista com o Prefeito Gracindo Espíndula, concedida ao Jornal A Gazeta, em 1983.....	127
ANEXO F - Jornal Última Hora, setembro de 1956.....	128
ANEXO G - Jornal Última Hora, dezembro de 1956.....	129
ANEXO H – Revista O Cruzeiro, 1º de maio de 1969.....	130
ANEXO I - Propaganda das areias monazíticas.....	131
ANEXO J - Propaganda das areias monazíticas.....	132
ANEXO K – Praias do centro de Guarapari.....	133
ANEXO L – Jornal A Gazeta, Caderno Especial – Guarapari 2003.....	134
ANEXO M – Turismo na Praia do Morro, “A preferida dos turistas mineiros”.....	135
ANEXO N – Turismo na praia de areia preta.....	136
ANEXO O – Revitalização da Praia do Morro.....	137

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO.....	ii
RÉSUMÉ	iii
LISTA DE FIGURAS.....	iv
LISTA DE SIGLAS.....	v
LISTA DE ANEXOS.....	vi
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 - Questões norteadoras.....	3
1.2 - Objetivos	7
1.3 - Procedimentos Metodológicos.....	8
2. TURISMO E GEOGRAFIA: REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS.....	10
2.1- Turismo e Geografia: um panorama das principais abordagens.....	11
2.1.1 – Reflexões sobre o método de análise do espaço turístico.....	12
2.1.2 - A Gênese dos modelos de análise do espaço turístico na Geografia.....	17
2.2 – A Geografia Histórica como via de análise na ciência geográfica.....	19
2.2.1 – A análise do tempo na Geografia.....	20
2.2.2 – Suportes metodológicos nos estudos em Geografia Histórica.....	23
2.2.3 - A empiricização do tempo.....	25
2.2.4 – A periodização espacial.....	27
2.2.5 – A difusão espacial.....	32
2.3 – O turismo no espaço litoral.....	34
2.3.1 – A diversificação das práticas turísticas: praticantes e práticas espaciais.....	34
2.3.2 – Processos e formas espaciais do turismo no espaço litorâneo.....	37
3 – A TRIPLA INVENÇÃO: DA PRAIA, DA VILEGIATURA E DO TURISMO.....	40
3.1 – A invenção da praia (e do litoral).....	42
3.1.1 – Litoral: um espaço hostil.....	43
3.1.2 – As relações modernas com o mar e com os litorais.....	44
3.2 – A invenção da vilegiatura.....	47

3.3 – A invenção do turismo.....	54
4 – A “INVENÇÃO” DA PRAIA TURÍSTICA DE GUARAPARI.....	57
4.1 – A periodização como recurso de compreensão da produção do espaço em Guarapari.....	58
4.2 – Principais atributos da gênese da cidade: Guarapari como “Território do vazio” (da gênese até o final do século XIX).....	60
4.3 – A descoberta do <i>tórium</i> e a exploração da areia monazítica para a indústria bélica (1906- 1950).....	66
4.4 – Guarapari como “Cidade Saúde”: turismo e ideologia (1950-1980).....	70
4.4.1 – A divulgação da “Cidade Saúde” em âmbito nacional e suas repercussões.....	71
4.4.2 – O Radium Hotel, símbolo do auge da “cidade saúde”.....	85
4.5 – Guarapari como “Cidade Turística”: o turismo de massa, sua última invenção (1990- presente).....	87
4.5.1 – Guarapari e o “turismo de massa”: a urbanização da Praia do Morro.....	88
4.5.2 – Guarapari e o “turismo elitista”: a invenção da <i>Nova Guarapari</i>	93
4.6 – O turismo em Guarapari na atualidade.....	100
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110
ANEXOS.....	122

Introdução

Capítulo 1

A temática envolvendo a produção do espaço litorâneo pelo turismo vem sendo amplamente discutida no âmbito da ciência geográfica. Acredita-se que diversas abordagens deste fenômeno possuem uma visão um tanto quanto determinista das relações estabelecidas entre as sociedades e o espaço geográfico. Propôs-se neste estudo opor-se a esta perspectiva, negando uma eventual “atratividade”, “vocação” ou “potencial” do espaço, para validar a hipótese inicial de que o espaço turístico é inventado pela sociedade em um determinado momento de sua história. Seriam os *usos* e as *práticas* sociais que fazem dos litorais a chave da compressão de sua invenção para a prática de turismo e de lazer.

O turismo é compreendido pelas diversas áreas do conhecimento como sendo um fenômeno econômico, político, social e cultural com fortes implicações sobre o espaço geográfico. O objeto de estudo aqui trabalhado é representado pelas relações sócio-espaciais estabelecidas em uma cidade litorânea (Guarapari/ES), que se modificaram ao longo do tempo, culminando na atualidade na invenção de Guarapari como espaço turístico. Trata-se de uma análise orientada sob o viés da Geografia Histórica, na busca da compreensão da produção do espaço turístico.

A cidade de Guarapari representa o maior polo turístico do estado do Espírito Santo, com uma população atual estimada 124.516 habitantes (IBGE, 2016) e que no verão recebe mais de 1.592.450 turistas (SETUR-ES 2016). Os impactos da massa de turistas e o próprio processo de *turistificação* deste espaço mudaram radicalmente este trecho do litoral capixaba, criando uma nova paisagem e novas relações entre a sociedade e o espaço em questão.

Recorrendo-se aos pressupostos teórico-metodológicos da Geografia Histórica e tendo como categoria de análise o espaço, será proposto uma periodização temporal dos usos das praias de Guarapari, para culminar na compreensão da sua “invenção” como praia turística na atualidade.

Corroborando com Knafo (1992) e outros autores das ciências sociais, interpreta-se aqui a “invenção” como sendo a projeção de um novo olhar da sociedade, culminando em novos usos e práticas, em um determinado espaço, transformando-o radicalmente.

Uma outra justificativa para a sua realização vem da proposta de uma nova abordagem do turismo dentro da ciência geográfica, assim como pela inexistência de estudos geográficos na área de investigação. A vinda de um elevado número de turistas na área de estudo causa diversos impactos sociais, econômicos e ambientais. Torna-se necessário um estudo geográfico, elucidando os impactos positivos e negativos desta atividade, para assim poder contribuir para uma gestão mais pertinente do território, diminuindo os impactos negativos e melhorando a qualidade de vida da população que sobre este espaço vive.

Atualmente, o turismo representa a principal forma de ocupação e a principal atividade econômica sobre os litorais. Ele modifica as paisagens e transforma as economias litorâneas. Ele dá um sentido novo às costas ao mesmo tempo em que as valorizam. Torna-se cada vez mais importantes e necessários estudos sobre este espaço singular, que concentra as maiores densidades demográficas em todos os continentes.

Sabe-se que a atividade turística transforma os lugares, pois o espaço é configurado para receber turistas. O aumento crescente no número de turistas é acompanhado por um aumento do número de equipamentos turísticos (aeroportos, portos, hotéis, vias de circulação, restaurantes, bares, discotecas, comércio de produtos locais...) e a construção de tais equipamentos modifica a configuração do espaço litorâneo.

O turismo projeta sobre os litorais paisagens urbanas, dado que a maioria dos turistas têm como origem uma cidade e procuram nos espaços turísticos os componentes de suas cidades de origem. O turismo contribui desta maneira na urbanização do litoral e na concentração de atividades econômicas e de habitantes neste espaço. Com a chegada do turismo, o espaço se adapta a essa nova atividade econômica. Diversos equipamentos turísticos são construídos para receber os visitantes por um determinado período de tempo e o processo de *invenção* e *turistificação* modela o espaço. Diante disso, em termos gerais, priorizou-se aqui realizar, através da Geografia Histórica, uma periodização temporal dos usos e funções das praias de Guarapari (ES) para compreender a evolução (a produção do espaço), culminando na sua “invenção” enquanto espaço de lazer e de turismo.

Guarapari foi escolhida como área de estudo porque esta cidade pode servir de modelo para explicar o funcionamento do turismo interno brasileiro. Esta cidade representa atualmente o maior polo turístico do estado do Espírito Santo e seu funcionamento assemelha-se aos outros polos turísticos dos demais estados costeiros do Brasil.

1.1 - Questões norteadoras

A pesquisa mostra que Guarapari serve de exemplo para se compreender a lógica de funcionamento do turismo interno brasileiro, respondendo à questão principal da tese: **Como se deu a invenção do turismo em Guarapari?** A dimensão espacial e temporal do turismo foi descrita e analisada. Neste sentido, o estudo explica como uma cidade torna-se turística e como esta atividade se inscreve no espaço (estudo de fluxo e ocupação do solo). O objetivo é o de

compreender o surgimento do turismo no espaço e seus efeitos sobre a criação e modificação de um espaço especificamente turístico.

A hipótese inicial é a de que Guarapari respondeu ao longo do tempo aos anseios da sociedade para certas práticas e usos do litoral. O surgimento do turismo se deu graças a descoberta das propriedades terapêuticas das areias monazíticas presente ao longo do litoral. Posteriormente os usos das praias evoluíram, as práticas foram se diversificando até a configuração atual do principal pólo turístico do estado do Espírito Santo.

A chegada de turistas de origens diferentes (capixabas, mineiros, goianos, fluminenses, brasilienses...) em um mesmo período (principalmente nas férias escolares do verão) e em um mesmo espaço, provocou uma *diferenciação espacial*. Tem-se neste trecho do litoral capixaba uma ocupação e uma utilização diferenciada do espaço turístico, tornando-se assim um campo de pesquisa para se compreender o turismo nesta cidade.

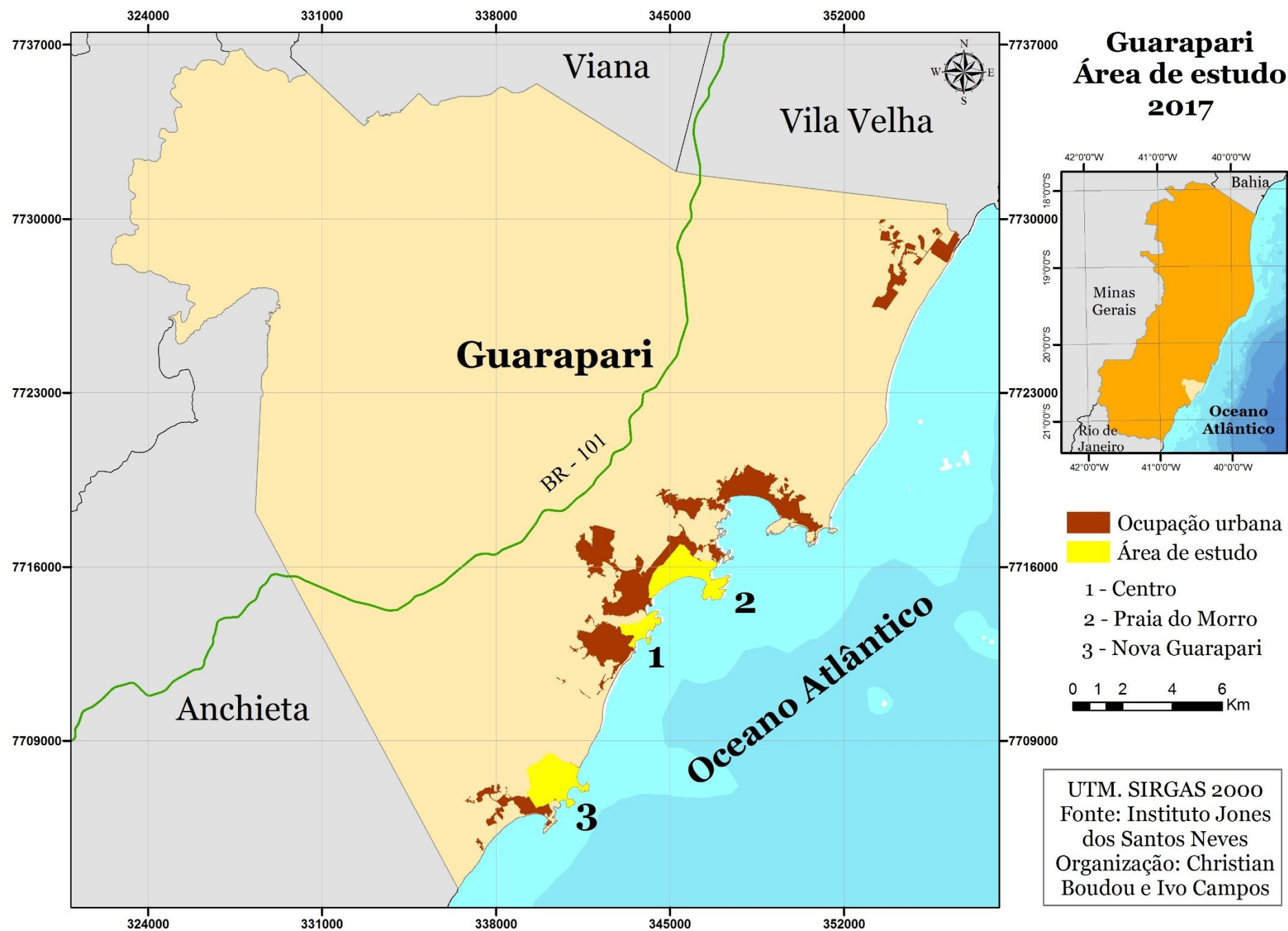
Pretendeu-se fazer uma *abordagem geográfica do turismo*, inspirada nos estudos realizados pelo grupo de pesquisa MIT (Mobilidade, Itinerários, Territórios/Sorbonne). Esta abordagem consiste em *descrever e explicar a dimensão espacial do fenômeno turístico em seus diferentes aspectos: a turistificação dos lugares, os funcionamentos e as dinâmicas dos lugares turísticos, a diferenciação espacial do turismo e a dimensão espacial dos atores do sistema turismo* (definido posteriormente).

Ao analisar a *turistificação* de Guarapari, buscou-se responder à seguinte questão: **Como Guarapari tornou-se uma cidade turística?** Após alguns ciclos econômicos, Guarapari faz hoje do turismo sua principal atividade econômica. Tentou-se compreender a evolução do fenômeno turístico desde sua gênese, após a descoberta dos “poderes curativos” das areias radioativas (monazita), ainda na década de 1950.

O estudo compreendeu três bairros turísticos do município, cada um com sua especificidade de urbanização e de usos do litoral pelos usuários (Figura 01). Descreveu-se as principais características de cada bairro, elucidando as conexões existentes entre eles e outros lugares (cidades de origem dos turistas).

De maneira geral, afirma-se que o turismo inicia realmente na localidade nos anos 1970, com a construção de dois grandes hotéis e com a vinda maciça de turistas. É fato que os primeiros turistas vieram no início da década de 1940, como consequência da divulgação dos poderes terapêuticos desta cidade, mas eles pouco transformaram a configuração espacial por estarem em número pouco expressivo. De 1938 a 1976 o número de turistas era baixo, pois ainda existia na cidade a extração de minerais e as condições de acesso eram precárias.

Figura 01 – Guarapari – ES, localização geográfica municipal e área de estudo, 2017.



A expansão urbana da cidade ocorreu há cerca de 30 anos, quando os turistas começaram a investir nos imóveis locais, principalmente os oriundos da capital do estado e os do estado de Minas Gerais. Posteriormente a uma “saturação do ponto de partida” do turismo (hoje o centro da cidade), assistiu-se a uma difusão do turismo no tempo e no espaço. Ele se difundiu primeiramente em direção ao norte da cidade, para posteriormente se difundir para o sul. A pesquisa explica **como os lugares evoluíram no tempo e no espaço e como o turismo se difundiu**. A dimensão urbana do turismo foi analisada em todos os seus aspectos.

A análise do turismo foi feita considerando este como um *sistema*. Este sistema é composto por atores (turistas, a população local, a iniciativa privada, os poderes públicos...), por lugares (bairros) e por práticas (passeio, banho, mergulho, entre outras diversas práticas sociais realizadas quando fazemos turismo). A abordagem sistêmica **descreve e explica as reações entre os componentes deste sistema**.

De uma maneira geral, a *turistificação* de um lugar depende das relações entre três atores: o turista, a população local e o Estado (poder público). **Quais são as relações existentes entre esses atores? Existem alianças ou conflitos de interesse entre eles?** Segundo o grupo de pesquisa MIT (2002), “*A invenção dos lugares turísticos resulta da combinação variada de interesses dos atores. (...) O trabalho do geógrafo consiste em compreender primeiro como se constituem os conflitos de interesses e alianças que fazem desencadear a turistificação*”.

O sucesso do turismo em Guarapari se deve muito a aliança entre o Estado e a população local. A “beleza das praias” e a existência de areias radioativas sozinhos não explicam a *turistificação* da área de estudo. Corroborando com Gay (2000), “*os lugares valorizados respondem às práticas turísticas atuais e às paisagem hoje admiradas pela população dos países desenvolvidos. Eles não possuem portanto nada de durável, mas correspondem às condições hoje procuradas. (...) O que é determinante é não inverter o elo de causalidade: é a sociedade que elege os lugares e não estes que os atraem*”.

Com uma economia agrícola e mineral em decadência, o turismo aparece como um novo setor dinâmico e promotor da população local. No caso de Guarapari, a população local e o Estado se associaram para desenvolver o turismo, que atualmente constitui a principal atividade econômica.

1.2 – Objetivos

1.1.1 – Objetivo geral:

Analisar as sucessivas “invenções” das praias de Guarapari e os diversos usos pretéritos do litoral para a compreensão da produção do espaço na atualidade.

1.1.2 - Objetivos específicos:

1. Caracterizar a dinâmica de difusão do turismo no tempo e no espaço;
2. Explicar como se deu a “invenção” da praia e do turismo em Guarapari;
3. Propor uma periodização temporal capaz de identificar os diferentes usos das praias de Guarapari ao longo de sua história;
4. Identificar as áreas *turistificadas* e as possíveis áreas de expansão do fenômeno, no município de Guarapari.

Considerando o cumprimento dos objetivos apresentados para o desenvolvimento da pesquisa, a tese está estruturada em quatro capítulos, além das considerações finais, a saber:

No primeiro capítulo, uma introdução a pesquisa é apresentada. Nela tem-se a delimitação da área de estudo e são expostos os temas trabalhados: o litoral, o turismo e a história do município de Guarapari. São elencadas as justificativas da pesquisa, assim como os pressupostos metodológicos utilizados e a categoria de análise trabalhada.

O objetivo geral e os objetivos específicos são em seguida apresentados, assim como as questões norteadoras e os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

O segundo capítulo refere-se as reflexões teórico-conceituais sobre o Turismo e Geografia. No primeiro momento, apresentam-se exemplos de abordagens geográficas do turismo, alguns métodos de análise do espaço turístico na Geografia e alguns modelos teóricos para se analisar estes espaços. No segundo aborda-se a Geografia Histórica como método de análise na ciência geográfica. Além disso são elencados os pressupostos metodológicos para a análise sob este viés com o intuito de mostrar como pode ser trabalhado o tempo na Geografia. A última parte deste capítulo trata do fenômeno turístico no espaço litorâneo. São expostos a diversidade das práticas turísticas e os processos e formas espaciais do turismo nesse espaço.

O terceiro capítulo, também eminentemente teórico, apresenta uma proposta de sucessão de três invenções sociais: a praia, a vilegiatura e o turismo. São analisados exemplos

de espaços que foram transformados por estas invenções ao longo de um período histórico delimitado.

No quarto capítulo discute-se a “invenção” da praia turística de Guarapari. Nele são apresentados sucessões de períodos históricos, cada um com suas especificidades, mostrando que os usos do litoral foram diversificados ao longo do tempo, determinando diferentes relações entre a sociedade e este espaço, culminando com a última “invenção” da sociedade: Guarapari como cidade turística.

As considerações finais apresentam algumas validações das hipóteses iniciais. Evidencia-se então que o espaço estudado sofreu sucessivas transformações ao longo do tempo não por exercer uma certa vocação, atratividade ou possuir potencial, mas sim por corresponder aos anseios das sociedades em determinados períodos históricos. Mostrou-se que os usos, práticas e valorização das praias de Guarapari foram diversos, assim como ocorrido em outros espaços costeiros.

Assim, elucidou-se que a identificação das sucessivas “invenções” de Guarapari objetivou a compreensão da produção e percepção do espaço costeiro na atualidade, onde o fenômeno de ocupação e valorização das praias estudadas obedeceram a mesma lógica de outros espaços costeiros.

As últimas considerações são dedicadas a exposição dos diversos períodos delimitados e analisados, mostrando como as relações da sociedade com as praias foram se diversificando ao longo da história do município, culminando com sua super valorização e ocupação na atualidade.

1.3- Procedimentos metodológicos

A metodologia proposta baseou-se na análise de documentos históricos, dos resultados das atividades de campo e de dados diversos referentes ao turismo em Guarapari, tendo tido como referencial teórico os métodos da Geografia Histórica. Foi feito um levantamento bibliográfico referentes à Geografia Histórica, à Geografia do Litoral e sobre a Geografia do Turismo (Figura 02).

Recorreu-se a pesquisa documental, levantamentos bibliográficos e cartográficos dos períodos históricos delimitados para poder ilustrar os diferentes usos das praias analisadas. Foi posteriormente então possível realizar uma periodização espacial, identificando e delimitando no tempo e no espaço os diversos usos que as sociedades pretéritas fizeram das praias de Guarapari.

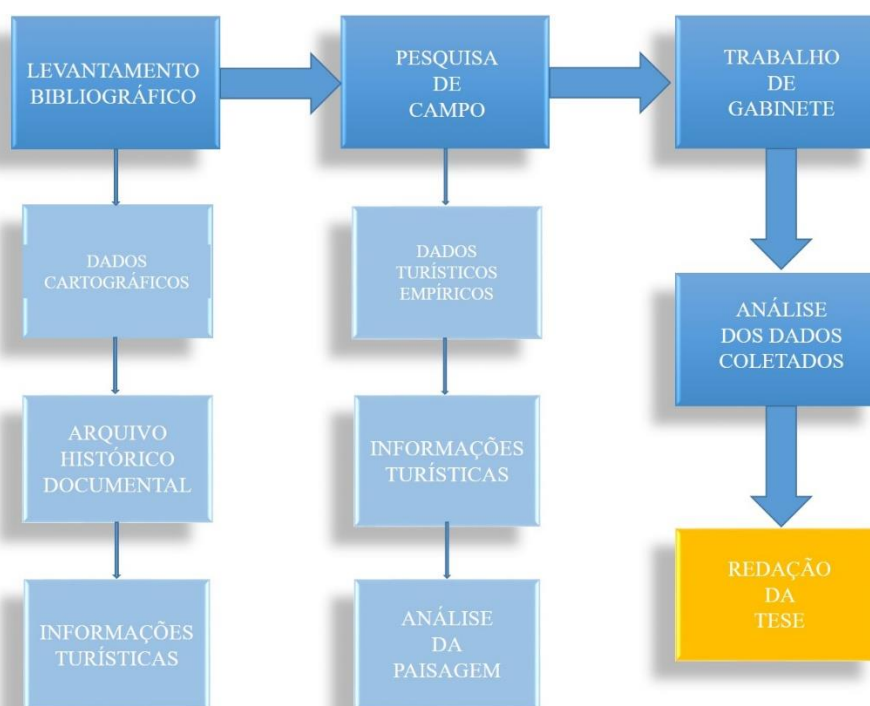
Optou-se aqui em fazer uma análise do tempo no espaço estudado. Revelar os diversos usos das praias no passado constituiu uma das metas para a compreensão da produção do espaço costeiro na atualidade. Seguiu-se assim uma das propostas de Darby (1953, p.8), que sugeria fazer-se um estudo das “geografias passadas”, uma das metodologias próprias da Geografia Histórica que, conforme Abreu (2000, p.18) seria a identificação do “presente de então”.

Duas possibilidades de incorporação do tempo (de reconstituição teórica) apresentou-se ao estudo em questão. Primeiramente, através de uma análise baseada na *perspectiva diacrônica*, onde são considerados a sequência dos eventos, privilegiando os temas de difusão espacial e de periodização do espaço. Segundo, sob a *perspectiva sincrônica*, considerando-se, neste caso, uma seção do tempo, ou seja, um período do tempo. A análise dos diversos usos das praias de Guarapari recorreu à estas duas perspectivas.

Realizar uma empiricização do tempo foi necessário para se realizar uma “geografia do passado” nas praias de Guarapari. O tempo foi deste modo materializado, ou melhor, geografizado, seguindo os pressupostos metodológicos da Geografia Histórica.

Em campo fez-se observações específicas da paisagem e coleta de documentos históricos existentes em órgãos da administração pública e privada.

Figura 02 - Roteiro metodológico da pesquisa.



Turismo e Geografia: Reflexões Teórico-Concetuais

Capítulo 2

O propósito do presente capítulo é fornecer uma discussão estritamente conceitual do turismo e do tempo, privilegiando a ciência geográfica. Por se tratar de um tema muito amplo, abordado por diversas áreas do conhecimento, faz-se necessário uma exposição acerca das especificidades de abordagens da ciência geográfica.

Segundo Cruz (2001), o turismo é a única prática social que consome elementarmente espaço. Sendo a Geografia voltada ao estudo das relações entre a sociedade e o espaço, o estudo desse fenômeno se justifica amplamente no âmbito de sua ciência. Recorrendo-se as propostas teóricas e metodológicas do geógrafo Milton Santos para a análise do espaço geográfico e aplicando-as no estudo em questão, pode-se compreender como se processa este “consumo do espaço pelo turismo”, ou seja, a *turistificação* dos lugares.

Neste sentido, o capítulo está subdividido em dois itens, dos quais o primeiro destaca a análise de abordagens geográficas do turismo, e o subsequente visa qualificar a via da Geografia Histórica, notadamente em função da peculiaridade dispensada por esse ramo da ciência geográfica no que diz respeito ao tratamento dispensado à dimensão temporal nos estudos geográficos.

2.1- Turismo e Geografia: um panorama das principais abordagens

Devido as suas incidências espaciais, o estudo do turismo nos três últimos decênios vem sendo realizado nas três correntes do pensamento geográfico. Os estudos pioneiros feitos pela corrente teórico-quantitativa abordavam, principalmente, os aspectos relacionados aos fluxos engendrados pelo fenômeno, culminando com a elaboração de modelos teóricos dos espaços turísticos, como o proposto pelo geógrafo francês Jean Marie Miossec (1977) e o de Douglas Pearce (1981), propondo um esquema teórico de fluxos turísticos. Estudos fundamentados na Teoria Geral dos Sistemas foram elaborados, principalmente, pelos países do leste europeu e pelos anglo-saxões. No Brasil, o estudo mais conhecido recorrendo-se a abordagem sistêmica foi o proposto por Mario Beni (2001), que elaborou o Sistema de Turismo (SISTUR), aplicado em diversos estudos de caso do litoral brasileiro. De maneira geral, as abordagens neopositivistas se apoiaram, essencialmente, nas informações visíveis e mensuráveis, e tratadas por métodos estatísticos.

A corrente humanista da geografia abordou os aspectos da percepção espacial, analisando os comportamentos, as imagens e as representações dos turistas e da população residente nos espaços turísticos. Modelos teóricos de percepção e comportamento e

personalidade do turista foram elaborados, como o proposto por Plog (1973), citado por Pearce (1991), que fez uma diferenciação onde os extremos estariam entre os turistas psicocêntricos e os allocêntricos. Coube ao geógrafo Herbe Xavier (2007) a maior contribuição brasileira nos estudos dessa corrente de pensamento, focando sua proposta na importância dos fatores culturais e da percepção na elaboração da paisagem, contribuindo na abordagem perceptiva para os estudos do turismo.

Por fim, dentro da chamada geografia crítica, o turismo foi considerado produto social resultante da divisão do trabalho, assim como da articulação dos meios de produção e das condições econômicas e políticas. A maioria desses estudos tem focado sua atenção na análise dos impactos negativos dessa atividade no meio e nas sociedades envolvidas. Nesta perspectiva de abordagem destacam-se os trabalhos pioneiros de Remi Knafo (1979 e 1998) sobre as estações turísticas dos Alpes Franceses. No Brasil, Ouriques (2005) foi o mais radical nas suas análises do turismo, considerando este como um fetiche e fruto do capitalismo selvagem. Diversos trabalhos foram elaborados fundamentados nos princípios marxistas, sempre considerando o turismo como produto de produção capitalista.

2.1.1 - Reflexões sobre o método de análise do espaço turístico

Por ter uma dimensão espacial, produzindo e consumindo elementarmente o espaço, o turismo requer uma compreensão da ciência geográfica. Para tanto, Rodrigues (1992, p.79) afirma a necessidade de aprofundamento acerca do turismo, tanto no plano teórico como no operacional. Quando elenca as questões de ordem teórica operacional, Rodrigues refere-se à “necessidade de conhecimento sobre a área a ser trabalhada, para que se tenha uma ação responsável no ordenamento de localidades turísticas”.

A complexidade do espaço turístico é explícita em Rodrigues (1997, p.43) ao afirmar que “o turismo na sua enorme complexidade reveste-se de tríplice aspecto com incidências territoriais específicas em cada um deles. Trata-se de fenômeno que apresenta áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e áreas de atração (receptoras)”. São nestas áreas que se dão a produção do espaço turístico.

Milton Santos, em seus livros *Espaço e Método* (1985) e *A natureza do espaço* (1996) mostra como a categoria espaço pode ser trabalhada na Geografia, descrevendo seus elementos essenciais. Em algumas publicações, Adyr Rodrigues (1985, 1988, 1992, 1996, 1997)

apresentou como é possível compreender a produção do espaço turístico sob a proposta metodológica de Milton Santos.

Assim, para a compreensão do espaço geográfico, Milton Santos (2002, 1994) sugere entender o espaço como sendo:

Um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistema de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. No começo era natureza selvagem, formada por objetos naturais que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados, e depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 2002, p.63).

Deve-se obrigatoriamente, na análise do espaço, considerar que os objetos e as ações sejam tomados em conjunto. Ainda na configuração do espaço geográfico, Santos (1988, p.77) afirma que este é formado de *fixos* e *fluxos*. Esta concepção para se apreender o espaço é pertinente para se entender o fenômeno do turismo e a produção do espaço por este. Corroborando com Rodrigues (2003, p.102), esta forma de entender o espaço “expressa de maneira clara a dinâmica espacial, tanto horizontal, quanto vertical”.

Aplicados ao estudo do turismo, considera-se os *fixos* como sendo os centros emissores da demanda turística, de onde partem os *fluxos* para os espaços turísticos. Tem-se no espaço do turismo um *sistema de objetos* materializados pelas rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. São também objetos os equipamentos utilizados pelos turistas, como os meios de hospedagem e de restauração, entre outros.

São nos destinos dos fluxos de turistas que se tem a produção e o consumo dos espaços de turismo (RODRIGUES, 1992). Tem-se nestes sistemas de objetos interagindo com sistemas de ações.

Sabe-se ainda que os objetos, expressos pelos fixos, podem ser lidos por meio do estudo da *forma*, que foi uma das categorias de análises propostas por Milton Santos. Na leitura da paisagem de um espaço turístico considera-se as *formas* e os *conteúdos* para se compreender o consumo do espaço.

Ainda segundo Santos (2004, p.9), “o espaço é acumulação desigual de tempos”, ou seja, considera-se o espaço como heranças do passado presentes na atualidade. Milton Santos em sua obra reflete sobre o espaço como uma coexistência de tempos, onde o espaço-tempo seria uma categoria indissociável.

Para Teles (2009), na compreensão da atividade turística,

... é importante considerar a relação espaço-tempo como categoria indissociável e, ao se analisarem os elementos constituintes da formação do espaço turístico, não se deve deixar de considerar que em um mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos diferentes, resultando daí inserções diferentes do lugar no sistema ou na rede mundial (TELES, 2009, p.5).

Tem-se assim, no espaço turístico, materializações diversas que formam espaços geográficos complexos e com um acúmulo de heranças do passado. Toda análise desses espaços deve, obrigatoriamente, não separar o espaço do tempo, assim, como deve-se entender as relações existentes entre os elementos construtivos do espaço.

Os *elementos construtivos do espaço* expostos explicitamente por Milton Santos (1985, p.6) são: os *homens*, as *firmas*, as *instituições*, o *meio ecológico* e as *infra-estruturas*. Estes elementos estão sempre interligados e produzem a totalidade. No estudo dos espaços turísticos são identificáveis cada um desses elementos propostos.

Os *homens*, por exemplo, correspondem, no estudo do turismo, à demanda turística, aos turistas, à população residente nos espaços do turismo e a todos os outros indivíduos responsáveis pelo funcionamento dos outros elementos.

Esta demanda turística encontra-se hoje em sua maioria nos espaços litorâneos e buscam outros espaços distintos dos que vivem para exercerem suas práticas turísticas. São nos espaços turísticos que acontecem a interação entre os turistas e a população local. Esta relação possui várias mediações, sendo as vezes conflituosas, gerando possibilidades de ter no mesmo espaço usos e práticas diferenciadas.

As *firmas*, que na sua essência têm como função a produção de bens, serviços e ideias, correspondem, no estudo do turismo aos meios de hospedagem, de alimentação, as agências de viagens, as modalidades de transportes, as empresas de marketing, entre outras.

As *instituições* correspondem à supra-estrutura e produzem “normas, ordens e legitimações”. Delas emanam ações ditadas pelas forças da economia e ao serviço do Estado. No estudo do turismo tem-se instituições que regulamentam a atividade, como a Organização Mundial do Turismo (OMT), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Associação do Transporte Aéreo Internacional (IATA), entre outras.

No Brasil existem instituições que regem o turismo, como o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), o Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo (MICT), o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Em execução atualmente são programas regionais de desenvolvimento do turismo, como o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur NE), onde foram e estão sendo implantados megaprojetos de turismo, seguindo o modelo de sol e praia, transformando radicalmente os espaços costeiros.

O Estado pode igualmente agir como firma, ao produzir bens e serviços, como os meios de hospedagem, os portos, os centros de convenções, entre outros utilizados pela atividade turística.

As *infra-estruturas* são o trabalho humano materializado na forma de casas, plantações, caminhos, entre outros. No caso do turismo, elas correspondem as redes de transportes, de comunicação, de água, de energia, de abastecimento, entre outras. Além disso, incluem-se também os serviços de apoio ao turismo, como segurança, saúde e comunicação.

Por fim, o último elemento constitutivo do espaço é o chamado *meio ecológico*, definido como sendo o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. No estudo do turismo existem diversos exemplos de desenvolvimento do chamado “turismo sustentável”, que pretende respeitar o ambiente e a população envolvida nos espaços turísticos.

Conforme o exposto, as propostas de metodológicas fornecidas por Milton Santos aplicam-se na compreensão da produção do espaço turístico, bem como as categorias de análise do espaço geográfico (forma, estrutura, função e processo).

Corroborando com Rodrigues (1992), os estudos geográficos do turismo devem captar a dinâmica do espaço turístico através da abordagem dos processos sociais que o engendraram. Decorrem desta lógica as categorias de análise propostas por Milton Santos (1985) que devem servir a decompor e recompor a totalidade nas perspectivas sincrônica e diacrônica. Estas categorias constituem a base do método de interpretação do espaço geográfico, no nosso caso, do espaço turístico, como segue:

A *forma*, representa o aspecto visível (a paisagem). É justamente pelo estudo da forma que se expressa a concretude do espaço turístico. Dentre as diversas concepções de paisagem apresentadas por Milton Santos, a mais utilizada é a que define como “o resultado de uma acumulação de tempos” (1982, p.38). A paisagem seria então a forma espacial atual, podendo conter testemunho de formas passadas, revelando um dinamismo diacrônico.

No caso do espaço turístico, a paisagem é um recurso que pode revelar objetos hoje valorizados e esconder outros indesejáveis pelos turistas. Ela é utilizada como um recurso na intenção de seduzir e atrair um público de turistas ávidos em consumir o que nela está exposto.

As representações de uma natureza quase intocada, de praias paradisíacas nos trópicos, de uma vida rural tranquila servem de atrativos para os turistas que desejam a alteridade como principal motivador do deslocamento turístico. Miossec (1977) bem demonstrou em seu estudo do espaço turístico na Tunísia que o espaço turístico é, antes de mais nada, uma imagem.

A segunda categoria de análise espacial é a *função*, em que se aborda o papel de cada elemento separadamente. Segundo Santos (1982):

os movimentos da totalidade social modificando as relações entre os componentes da sociedade, alteram os processos, incitam novas funções. Do mesmo modo, as formas geográficas se alteram ou mudam de valor: e o espaço se modifica para atender às transformações da sociedade (SANTOS, 1982, p.38).

Na medida em que mudam as funções de cada elemento, as formas expressam novos conteúdos da sociedade e do espaço. Nesse sentido, para Milton Santos função é ação, ela expressa uma tarefa ou atividade de cada elemento num determinado momento do processo espacial.

Para Rodrigues (1996 (b)), no estudo do espaço do turismo significa abordar a função dos elementos da oferta e da demanda no diagnóstico, de fundamental importância, que antecede qualquer intervenção explicada pelos planos e programas de planejamento.

A terceira categoria de análise espacial é a *estrutura*, comumente utilizada para elaborar a análise. Na realidade, a estrutura mostra o dinamismo espacial e expressa a rede de relações existentes. Nos estudos do turismo a análise espacial deve captar as relações tecidas entre os elementos da oferta e todos os elementos da demanda, pois estes estão em constante ação e interação.

O *processo*, última categoria de análise, deve captar as ações e interações de todos os elementos, contemplando as categorias *forma*, *função* e *estrutura* num movimento diacrônico, ou seja, em uma sucessão de tempos. Procura-se aí investigar a evolução da estrutura que se transforma constantemente.

O estudo do processo permite captar o dinamismo de um espaço, que pode apresentar fases de mudanças ou de estabilidade, assim como passar por completas transformações, dando origem a novos espaços.

No caso do espaço turístico, é comum observar processos de ondas de ocupação diacrônicas, dando origem a espaços diferenciados. O turismo se difunde no espaço e pelo tempo em diversas maneiras. No âmbito da geografia, Pearce (2003) elenca diversos modelos teóricos sobre esta produção do espaço turístico (MIOSSEC, 1976; BUTLER, 1980; GORMSEN, 1981 e OPPERMANN, 1993).

2.1.2 – A gênese dos modelos de análise do espaço turístico na geografia

A análise do espaço turístico é também uma análise do espaço geográfico. O consumo do espaço por esta atividade pode ser analisado à luz das propostas teóricas de Milton Santos, e é este o viés escolhido nesta tese. Porém, outras propostas foram elaboradas por geógrafos europeus, que serão expostas a seguir.

Pierre Defert (1966) foi um dos primeiros geógrafos franceses a propor teorias sobre as localizações dos espaços turísticos. Sua análise centrou-se nas condições econômicas gerais da localização turística com seus problemas de oferta e de demanda, de distância, de mão-de-obra e de intervenções do estado sobre o espaço. Foram assim elaboradas as primeiras teorias para explicar a localização dos espaços turísticos aplicados no sul da França. Para este geógrafo, o espaço teria uma certa “atratividade” que motivaria o deslocamento do turista. A proposta de classificação dos “atrativos” (recursos e atividades turísticas) baseou-se em quatro temas: *hydrôme, phythôme, lithôme* e *anthropôme*. Seu *coeficiente de atratividade de um recurso* foi posteriormente questionado e invalidado na análise da produção de certos espaços turísticos nas montanhas e litorais franceses.

Um modelo teórico de desenvolvimento do espaço turístico aceito e discutido até hoje na geografia é o proposto por Jean Marie Miossec em 1976. Seus estudos (MIOSSEC, 1976 e 1977) sobre a evolução estrutural dos espaços turísticos no tempo e no espaço, aplicados na Tunísia, explicam a produção do espaço turístico segundo fases que vão desde a ausência de infraestrutura básica até a sua implementação e analisam o comportamento do turista nas diversas fases do processo de *turistificação* de um espaço.

Baseado no modelo proposto por Miossec, Oppermann (1993) elaborou um modelo aplicado aos espaços turísticos dos países desenvolvidos. Na sua concepção, o processo de *turistificação* também obedeceria a fases, iniciando-se em espaços com poucas infraestruturas turísticas e culminando com a difusão do turismo segundo o surgimento de estruturas de transportes canalizadoras de turistas (rodovias, portos e aeroportos). Assim, o setor de serviços informal, caracterizados por aventureiros menos exigentes de serviços, seria responsável pela progressiva difusão do turismo no espaço.

Na análise do desenvolvimento espaço-temporal do turismo em zonas costeiras, Gormsen (1981) propõe um modelo que procura incorporar além das ideias de evolução espacial e temporal, as correspondentes mudanças no grau de participação local no processo de desenvolvimento, assim como o aumento na participação das diferentes classes sociais no turismo litorâneo. Este modelo teórico pressupõe a análise de quatro espaços diferenciados

(norte da Europa, sul da Europa, norte da África e Caribe e oceanos Pacífico e Índico), onde a quantidade, o tipo e a amplitude das acomodações disponíveis são bastante diferentes segundo as realidades locais.

O geógrafo canadense Butler (1980) propôs um modelo evolucionário dos espaços turísticos sugerindo um ciclo de vida dos destinos turísticos. Sua proposta versa sobre a evolução do número de turistas num espaço segundo o tempo, onde, à medida que o tempo passa várias fases podem ser identificadas nos destinos: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação, culminando num estágio final de desenvolvimento que pode ir desde o rejuvenescimento do destino, assim como no seu declínio imediato. Embora muitos estudos tenham sido feitos com sustentação empírica baseada neste modelo, alguns geógrafos os invalidam por considerar que o declínio de um destino turístico não estaria associado ao aumento do número de turistas.

Alguns modelos estruturais dos espaços turísticos também foram elaborados no âmbito da ciência geográfica, como os propostos por Georges Cazes (1980) ao analisar o processo de difusão do turismo no chamado terceiro mundo, e por Britton (1980), que analisou os países periféricos. Nos referidos estudos, está explícito o controle exercido pelas empresas multinacionais, com a difusão dos enclaves turísticos do tipo *resort* mantendo relações de domínio e exploração nos países em questão.

Destaca-se, ainda, como modelo de sistema do espaço turístico, o proposto pelos geógrafos Dewailly e Flament (2000), composto por três domínios estreitamente interdependentes, mas raramente considerados como no mesmo nível: o espaço, a sociedade e a economia. Neste modelo teórico, essas três camadas se sobrepõem, em seus níveis local, regional, nacional e internacional. Para esses autores, é preciso atribuir maior atenção ao aspecto econômico, já que é a sociedade a produtora de finalidade do funcionamento econômico, e criadora do sistema em questão. Por fim, argumentam que esta inter-relação economia-sociedade só pode existir se forem especializadas em um espaço concreto. É a sociedade que organiza a economia, mas também o espaço, em função das políticas que esta determina. É o espaço que suporta, no sentido físico do termo, todas as atividades turísticas.

Outros modelos teóricos de produção do espaço turístico foram elaborados na geografia, como os de Wackerman (1993), Michaud (1983), Lozato-Giortart (1985), Mesplier (1992), entre outros surgidos, principalmente, pela geografia de língua francesa. Aqui no Brasil, merecem destaques os estudos baseados no modelo de sol e praia no nordeste brasileiro, como os realizados por Rodrigues (1996), Cruz (2001) Coriolano (2007), Benevides (1996) e Marcelino (1996), entre outros.

2.2 – A Geografia Histórica como via de análise na ciência geográfica

Na análise sobre a organização do espaço o geógrafo, em muitos casos, incorpora o tempo, mesmo que alguns estudos não se enquadrem nos preceitos da Geografia Histórica. O tempo, isto é, o *tempo social*, está presente em toda ação humana, incluindo as ações realizadas no presente, por isso ele é constantemente levado em consideração nos trabalhos de geografia. A antiga divisão entre Geografia estudando o presente e História o passado foi desqualificada por Marc Bloch, conforme aponta Barros (2005). Já é consenso entre geógrafos e historiadores que a História estuda a ação humana no tempo e a Geografia no espaço: a primeira pode, assim, estudar o tempo presente e a segunda o espaço no passado. O que deve ficar claro é como pode-se estudar o passado levando em consideração o objeto proposto e seus métodos de abordagem. Em outros termos, qual o interesse do geógrafo pelo tempo passado?

Constata-se, na história da ciência geográfica, que sempre foi considerado um paradigma estudar apenas o presente. Os estudos do passado caberiam apenas a História realizá-los e nunca a Geografia. Segundo Abreu (1998), esta visão é muito limitadora, no sentido de que ela obriga os pesquisadores a fazer apenas uma interpretação do *presente dos lugares*, não deixando a possibilidade de se fazer uma *interpretação dos lugares*, onde deve-se obrigatoriamente ser analisada a questão temporal.

A abordagem da Geografia Histórica busca fazer uma interpretação dos lugares, levando em consideração que as formas sociais são resultado da ação humana sobre o espaço, ao longo do tempo. Neste sentido, segundo Santos (2004, p.11), “...o espaço é a acumulação desigual de tempos”. Para estudar o espaço, deve-se necessariamente abordarmos a questão temporal.

Uma abrangente análise das relações entre a Geografia e a História, segundo Silva (2012) e Correa (2011), foi realizada por H. C. DARBY em seu texto “On the relations of geography and history” (DARBY, 1953). Para esse autor, existem três possibilidades de se relacionar a História e a Geografia: a primeira deveria colocar a Geografia por trás da História, neste caso a Geografia seria o palco onde os acontecimentos históricos se desenvolveriam. Uma outra forma seria colocar a História por trás da Geografia, mas teríamos duas dificuldades de diferenciar a História e a Geografia. Primeiramente, como fixar um limite para a Geografia do tempo presente? Onde terminaria a Geografia e onde começaria a História? Outra dificuldade surge quando se considera que a paisagem é o resultado de sucessivas gerações, e não simplesmente o resultado das ações naturais.

A terceira e última possibilidade de se relacionar a Geografia e História proposta por Darby (1953, p.9) sugere o estudo das “*geografias passadas*”. Tem-se aí uma das metodologias

próprias da Geografia Histórica, que, segundo Abreu (2000, p.18), seria a identificação do “presente de então”. A Geografia Histórica procuraria então retratar o passado, mas assentada no presente (no momento em que é escrita).

Conforme aponta Santos (2004, p.51), os geógrafos históricos encontram “...o difícil problema de discernir, através de uma geografia retrospectiva, o que, de num dado ponto do passado, era, então, o presente”. Fazer uma “geografia do tempo”, reconstruindo “as geografias do passado” constituem os maiores desafios dos estudiosos da Geografia Histórica.

2.2.1 – A análise do tempo na Geografia

As relações entre espaço e tempo vem sendo pouco trabalhada pelos geógrafos brasileiros, mesmo considerando-se que esta é uma temática importante para a ciência geográfica, pois a vida humana é inscrita em espacialidades e temporalidades. Na literatura anglófona, essas relações foram discutidas principalmente por Sauer (1941), Lowenthal (1975), Harvey (1990) e Baker (2005). Na França, onde a escola francesa de geografia esteve por muito tempo impregnada de história desde sua instituição como ciência pelo historiador Paul Vidal de la Blache, destacam-se os trabalhos dos geógrafos Huetz de Lemps (1978), Pitte (1983), Planhol (1988), Droulers (2001, este sobre o Brasil), e Boulanger e Trochet (2005). No Brasil, o geógrafo Maurício de Abreu (1987, 1992, 2005, 2010, 2011) é reconhecido entre os maiores expoentes dos estudos de Geografia Histórica, além das preciosas contribuições dos geógrafos Correa (1987, 2011) e Moraes (2002, 2009).

A Geografia Brasileira ainda tem pouca tradição de estudos sobre o tempo e, segundo Abreu (2000), a maioria dos estudos nesse domínio é feita para se compreender o presente. Estudos do passado estão caracterizando algumas abordagens da Geografia Cultural, onde se privilegia a análise das transformações ocorridas no tempo.

Santos (1986), ao discutir acerca da noção de tempo na ciência geográfica, elucida a negligência da dimensão temporal nos estudos geográficos. Para esse autor, tal erro já foi apontado por Carl Sauer, que o atribuiu a Richard Hartshorne, pelo fato deste afirmar que o tempo não importava para a Geografia. Ainda no referido trabalho, Santos atribuiu a dificuldade metodológica dos geógrafos históricos e retrospectivos à ausência de um conceito de tempo social e defendeu a necessidade de um enfoque espaço-temporal, pois os enfoques espaciais e temporais isoladamente são insuficientes. Para tal, foram atribuídas algumas características essenciais ao tempo geográfico, a saber:

a) O tempo não é um conceito absoluto, mas relativo, ele não é o resultado da percepção individual, trata-se de um tempo concreto; ele não é indiferenciado, mas dividido em seções. Somos desse modo levados a encontrar uma periodização, baseada em parâmetros capazes de ser empiricizados e a considerar esses parâmetros não como dados individuais, mais em suas inter-relações. Seguindo essa linha, chegamos à identificação de sistemas temporais. b) As relações entre os períodos históricos e a organização espacial também devem ser analisadas; elas nos revelarão uma sucessão de sistemas espaciais na qual o valor relativo de cada lugar está sempre mudando no correr da história. (SANTOS, 1986, p.207)

Algumas sugestões metodológicas para o estudo do tempo na Geografia Histórica, baseada na obra de Milton Santos (2002), foram elaboradas por Abreu (2000). Para esse autor, os estudos geográficos do passado podem ser realizados a partir de um sistema de conceitos que abarquem o todo e as partes em interação, devendo esse sistema ser trans-temporal. Concordando com as propostas metodológicas de Milton Santos (2002, p.12), ele afirmou que estas possibilitam o estudo de qualquer temporalidade, desde que o conceito de espaço seja definido como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistema de ação, sendo os primeiros os objetos naturais e os acréscimos de impostos pelos homens e os segundos os sistemas de processos dotados de propósitos”.

A grande dificuldade de se abordar o tempo na geografia surge pelo fato de que esta variável só pode ser identificada por meio de permanências e daquilo que é possível reconstruir baseados em fonte primárias, que são fragmentadas e seletivas.

Duas possibilidades de incorporação do tempo (de reconstituição teórica) apresentam-se à geografia. Primeiramente, através de uma análise baseada na *perspectiva diacrônica*, onde são considerados a sequência dos eventos, privilegiando os temas de difusão espacial e de periodização do espaço. Segundo, sob a *perspectiva sincrônica*, considerando-se, neste caso, uma seção do tempo, ou seja, um período do tempo.

Correa (2011), apoiando-se no trabalho de Hornbeck, Earl e Rodrigues (1995), apresenta alguns pontos fundamentais para as análises na perspectiva da geografia histórica, a saber:

- Os dados à disposição do pesquisador são seletivos, refletindo o viés daquele que o produziu e raramente são consistentes. Assim, muitos aspectos do passado não foram registrados e se o foram podem estar tematicamente fragmentados. Lacunas em termos de dados também ocorrem,

- O passado não deve ser visto com o olhar do presente, mas com o olhar do passado. Isto implica em compreender modelos conceituais e práticas que podem não mais existirem no presente, que deve estar, ao menos em parte, exilado de nossas mentes,
- O passado não foi necessariamente melhor que o presente, visto nostalgicamente e com o olhar no presente; deve-se considerar as mazelas sociais, também existentes no passado,
- Como há lacunas nos dados a respeito do passado, as inferências são problemáticas. Isto deve ficar claro nas pesquisas de geografia histórica,
- A narrativa cronológica, cara a muitos geógrafos, incorre no risco da visão teleológica, na qual a explicação está implicitamente contida na sequência de eventos. Por outro lado, minimiza-se a autonomia, ainda que relativa, do presente,
- As relações entre espaço e tempo são muito complexas, não sendo possível concebê-las a partir da visão de um jogo de espelhos, o tempo refletindo-se no espaço e este no tempo. Há formas espaciais refuncionalizadas, isto é, formas criadas no passado para determinadas funções que foram substituídas por outras no presente: cinemas, prisões e fábricas foram refuncionalizados, originando, por exemplo, templos e shopping centers. Há ainda ruínas e um infindável número de paisagens poligenéticas, caracterizadas pela coexistência no mesmo espaço de formas datadas de tempos diferentes, denotando a existência de camadas de temporalidades residuais e do presente,
- O passado deve ser analisado pelo geógrafo com base em teorias geográficas, criadas para compreender o passado ou transpostas do presente para o passado, se considerado possível. Subjacente está a tese de que a espacialidade humana está em todos os momentos da história humana ou simplesmente, “a geografia está em toda parte” (COSGROVE, 1998, p.7).

Se o espaço geográfico pode ser qualificado como espaço *absoluto*, *relativo* e *relacional*, sendo ainda submetido a diferentes modos de ver e viver, como sugerem os textos da coletânea organizada por Castro, Gomes e Corrêa (2012) – espaço público, espaço político, espaço sagrado e espaço simbólico, entre outras qualificações, o tempo também pode ser submetido a qualificações, destacando-se está aquela que distingue ‘chronos’ e ‘kairos’, como indicado por Adam (Crang, 2005). O primeiro considera o tempo como tendo objetividade, podendo ser mensurável por meio do calendário gregoriano, implantado em 1582, e dos fusos horários estabelecidos a partir do Observatório de Greenwich, em 1884. Noções como duração, frequência, sequência e ritmo fazem parte do entendimento deste modo de ver o tempo.

‘Kairos’, por sua vez, envolve a (inter)subjetividade, não sendo mensurável, mas enquadrável no tempo ‘chronos’. Está impregnado de valores, práticas e oportunidade. Ambos os tipos de tempo são úteis ao geógrafo interessado em incorporá-lo em suas análises sobre a organização do espaço. Período é, talvez, a mais importante noção associada ao tempo como ‘kairos’. É nesse sentido que aparece o conceito de ‘genius temporis’, espírito do tempo, que é um útil conceito para se definir um período.

O tempo, chronos e kairos, apresenta enorme importância para o ser humano, interessado ao geógrafo. Segundo Hornbeck, Earle e Rodrigues (1995), porque:

- Sustenta os sistemas físicos e biológicos;
- Constitui parte da estrutura cognitiva, que define o comportamento humano e a visão de nossa existência;
- Contribui para organizar a sociedade via sincronização das interações, permitindo ainda modelar e categorizar o mundo via, por exemplo, os fusos horários, que organiza o tempo do cotidiano;
- Permite identificar o passado, o presente e o futuro;
- Constitui uma forma simbólica geral.

O interesse do geógrafo pelo tempo se dá por meio da *espacialidade da ação humana no curso da História*, espacialidade que está materializada em obras *fixas* e expressas em *fluxos*, ambos resultados de complexos processos sociais. Em outros termos, é a *organização do espaço em suas temporalidades* que interessa ao geógrafo: espaço, região, lugar, paisagem, território e redes são os focos de análise do geógrafo.

Entre as possíveis vias de análise do tempo pelo geógrafo, a trajetória merece aqui destaque. Por trajetória, entende-se as combinações entre processos e formas que, a partir de um foco inicial no espaço e um ponto inicial no tempo, sucedem-se até uma dada área e ponto no tempo no presente ou no passado. A trajetória pode ser vista, de um lado, por meio da *periodização espacial* e, de outro, por meio da *difusão espacial*, como sugere Correa (2011).

2.2.2 – Suportes metodológicos nos estudos em Geografia Histórica

Conforme visto, a Geografia Histórica estuda o presente que já existiu e que hoje consideramos como passado. Na opinião de Abreu (1998, p.93-94), não existe nada que impeça

a Geografia de estudar o passado, assim como não há razão para que ela se limite à recuperação das formas morfológicas que restaram dele. Para esse autor, todas as análises feitas pela Geografia para se compreender o momento presente, podem também serem feitas para os momentos passados. O que deve ser feito são algumas correções metodológicas:

Dentre as regras fundamentais que permitem que estudemos o passado, citemos aqui apenas três. A primeira é que preconiza que se as categorias de análise da geografia são universais, as variáveis que as operacionalizam não o são; daí precisamos estar sempre atentos à adequação destas últimas para o entendimento do passado. Variáveis não trafegam impunemente no túnel do tempo, só as categorias de análise podem fazê-lo. A segunda regra, por sua vez, indica que só se pode entender o ‘presente de então’ se pudermos contextualizá-lo. Embora informado pelo presente, o passado não é presente. Daí, para compreendê-lo, há que se investir muito em pesquisa indireta, via leitura do que já foi produzido sobre o tempo que se decidiu estudar, e também em pesquisa indireta, realizada nas mais diversas ‘instituições de memória’(...) Finalmente, há também que levar em conta que as geografias do passado trabalham, não com o passado propriamente dito, mas com os fragmentos que ele deixou. Por isso, é preciso sempre desconfiar dos vestígios que encontramos, pois os documentos não são neutros, isto é, incorporam estruturas de poder (...). Por outro lado, há também que tentar dar conta do que não deixou vestígios, mas que sabemos que ocorreu ou que deve ter ocorrido (ABREU, 2000, p.18).

Evidencia-se desta maneira que as categorias de análise e os conceitos da Geografia têm sua aplicação universal, podendo ser transpostas no passado, constituindo-se instrumentais teóricos nos estudos de Geografia Histórica.

Na análise dos espaços do passado, torna-se fundamental definir quais são os conceitos e variáveis adequados à análise do tempo que se decidiu estudar. Deve-se fazer uma recuperação do quadro referencial maior do lugar no tempo, ou seja, fazer um enquadramento espaço-temporal (ABREU, 1998, p.94).

Trata-se de buscar recuperar o “tempo do lugar”, ou seja, “*o conjunto de temporalidades próprias a cada ponto do espaço, [que] não é dado por uma técnica, tomada isoladamente, mas pelo conjunto de técnicas [amplamente definidas] existentes naquele ponto do espaço [naquele momento do tempo]*” (SANTOS, 1994, p.62).

Abreu (1996) e Santos (1997), sugerem como deve-se fazer para buscar as geografias do passado. Não se deve limitar apenas em resgatar as antigas *formas morfológicas*, apesar de sua importância na recuperação da produção material das sociedades do passado. Deve-se obrigatoriamente relacioná-las aos sujeitos que às construíram. Por outro lado, é preciso lembrar que além da forma espacial, no estudo do espaço deve-se atentar a “... uma dimensão dos comportamentos obrigatórios, que são as formas jurídicas e as formas sociais, e de outro lado com o *tempo*, tal como ele se dá nas diferentes escalas de sua existência, ainda que tenhamos frequentemente dificuldade em precisa-la” (SANTOS, 1997, p.68).

2.2.3 – A empirização do tempo

Para poder-se realizar uma *geografia do passado*, torna-se necessário empirizar o tempo, materializando-o, ou melhor, geografizando-o. As formas morfológicas são exemplos de expressão concreta desta empirização, sendo por isso bastante privilegiadas nos estudos geográficos.

Para Santos (2004), o espaço e o tempo são indissociáveis. Sendo assim, nos estudos geográficos, deve-se, necessariamente, estudar o tempo. Sendo o espaço concreto (material), resta ao geógrafo a tarefa de empirizar (materializar) o tempo. Esta tarefa pode ser realizada através do estudo das técnicas. Conforme Santos (2004):

“... a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dado pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada (...)

Um inventário dos estudos compreendidos sobre a técnica deixar ver que esse fenômeno é frequentemente analisado como se a técnica não fosse parte do território, um elemento de sua constituição e de sua transformação”. SANTOS (2004, p.29)

O estudo das técnicas na Geografia é essencial, independente de se tratar de geografia histórica. A relação entre a Geografia e as técnicas, bem como a importância da história, é amplamente discutida por Milton Santos na análise do Sistema Técnico Atual, onde segundo esse autor:

As características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas. Desse modo, o conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios, desde os albores da história até a época atual. Cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas das técnicas. (SANTOS, 2004, p. 171)

Na realidade, ao se analisar a história da sociedade, percebe-se que as épocas se distinguem pelas técnicas, onde cada época tem suas próprias formas de fazer. “ Os sistemas

técnicos envolvem formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discurso e interlocução” (SANTOS, 2004, p. 177).

Para poder-se empiricizar o tempo, materializá-lo, através das técnicas, é preciso sempre assimilá-lo ao espaço. Desse modo, as técnicas podem ser utilizadas como uma medida de tempo (empiricizado), pois é por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza a *união entre espaço e tempo*, conforme afirma Milton Santos:

A técnica entra aqui como um traço de união, historicamente e epistemologicamente. As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base da sistematização, solidária com as características de cada época. Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizadas.

*As técnicas são datadas e incluem o tempo, qualitativamente e quantitativamente. As técnicas são uma *medida de tempo*: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação”* (SANTOS, 2004, p. 54).

Recorrer-se a técnica para a empiricização do tempo é possível pois, toda técnica carrega uma história embutida. O recurso à técnica deve permitir identificar e classificar os elementos de um determinado período, onde:

Esses elementos são dados históricos e toda técnica inclui história. Na realidade, toda técnica é história embutida. Através dos objetos, a técnica é a história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação. A técnica é tempo congelado e revela uma história (SANTOS, 2004, p. 48).

É fato que o espaço geográfico constitui-se de objetos técnicos. O espaço, quando considerado como meio operacional, é visto de maneira objetiva e, quando analisado de modo subjetivo é visto como meio percebido (ou vivido). Sendo assim, o espaço é ao mesmo tempo operacional e percebido.

Na análise da natureza própria do espaço geográfico, Milton Santos (2004) discute como pode-se identificar e delimitar a “*idade de um lugar*”. Um critério geográfico (não histórico) para a identificação da idade de um lugar é feito pelos geomorfólogos. Pela análise dos processos naturais, é possível datar áreas inteiras segundo as camadas que revelam as fases da história natural. Recorre-se às técnicas de cortes transversais para a análise das diversas camadas constituintes de um determinado lugar. Essa identificação da idade dos lugares é tradicional na chamada “Geografia Física”, porém, pode-se também realizar uma identificação da idade dos lugares no âmbito da “geografia humana”, analisando as paisagens elaboradas pelo homem recorrendo-se a análise das técnicas. Para isso, deve-se saber que:

A materialidade artificial pode ser datada, exatamente, por intermédio das técnicas: técnica de produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, da política e, também, técnicas da sociabilidade e da subjetividade. As técnicas são um fenômeno histórico. Por isso, é possível identificar o momento de sua origem. Essa datação é tanto possível à escala de um lugar, quanto à escala do mundo. Ela é também possível à escala de um país, ao considerarmos o território nacional como um conjunto de lugares (SANTOS, 2004, p 57).

Desse modo, o recurso à empiricização do tempo através da análise das técnicas, proposta por Milton Santos, constitui-se como um método para se estudar as “geografias passadas”, relacionando o tempo ao espaço estudado, permitindo realizar uma datação e uma periodização dos lugares (recortes temporais).

2.2.4 – A periodização espacial

A periodização espacial, tal como exemplificada por Corrêa (1987), não deve ser confundida com a narrativa cronológica, isto é, a sucessão, passo a passo, de eventos no espaço e no tempo, sucessão esta que é analisada sem nenhuma reflexão teórica e que considera, em muitos casos eventos selecionados sem uma base teórica derivada de uma problematização.

A periodização do espaço tem correspondência com a *regionalização*. Ambas constituem construções intelectuais, que pressupõe que sejam considerados processos sociais especializados, originando diferenças espaciais. Assim, o geógrafo delimita os tempos históricos de uma certa sociedade em um certo espaço geográfico. A periodização seria a

sequência de tempos históricos inscritas no espaço. Somente desse modo ela pode ser trabalhada no âmbito da geografia.

Os períodos, bem como as regiões, não constituem entidades concretas e visíveis, eles são delimitados pelo geógrafo segundo propósitos definidos que levaram a seleção de certos temas. Por ser considerada uma construção eminentemente intelectual, admite-se que seja possível uma variedade de periodizações, inclusive sobre o mesmo espaço.

O passado é considerado na perspectiva da *trajetória*, como uma sucessão de eventos combinados que ora se fixaram espacialmente, marcando a organização do espaço por meio de heranças, onde ora desapareceram, produzindo ruínas e resíduos, ao mesmo tempo que alimentam a memória.

Assim, como afirmou e definiu Santos (1980) acerca das *rugosidades*, considera-se que existam no presente processos e formas do passado. Na realidade cada período delimitado é resultante de uma cominação de formas e de processos dotados de distintas temporalidades. Existem temporalidades distintas resultantes da força de permanência de certos processos e certas formas no espaço. Cada periodização reflete suas temporalidades próprias segundo o tema considerado pelo geógrafo.

Em cada lugar pode ser analisado a diacronia e a sincronia, ou seja, identificado o eixo das sucessões e o eixo das coexistências (Figura 03), onde:

“... os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Esse é o eixo das sucessões. Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. No viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes. Temos, aqui, o eixo das coexistências” (SANTOS, 2004, p. 159).

Na realidade, no espaço geográfico, as temporalidades não são as mesmas para cada um dos elementos que o constitui. Para os diversos agentes sociais, tem-se simultaneamente diversas temporalidades, pois em cada lugar:

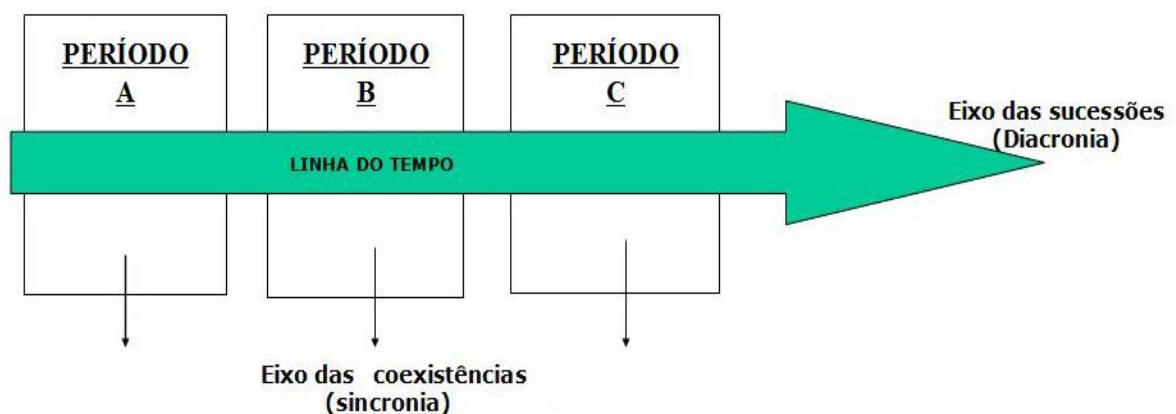
“... constatamos, de um lado, uma assincronia na sequência temporal dos diversos vetores e, de outro lado, a sincronia de sua existência comum, num dado momento. O entendimento dos lugares, em sua situação atual e em sua evolução, depende da

consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências”. (SANTOS, 2004, p.159)

O espaço geográfico é, dessa maneira, analisado como um espaço de união (ou cruzamento) desses dois eixos, formando uma só unidade espaço-temporal:

O tempo como sucessão, o chamado tempo histórico, foi durante muito tempo considerado como uma base do estudo geográfico. Pode-se, todavia, perguntar se é assim mesmo, ou se, ao contrário, o estudo geográfico não é muito mais essa forma de ver o tempo como simultaneidade: pois não há espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresas e instituições. Pensamos que a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é que constitui o domínio propriamente dito da Geografia. Poderíamos dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com as possibilidades diferentes de uso do tempo (SANTOS, 2004, p.159-160).

Figura 03: O eixo das sucessões e o eixo das coexistências



Fonte: SILVA, 2012

A identificação e delimitação dos diversos períodos em um determinado lugar é feita pela intersecção, no lugar, do eixo das sucessões com o eixo das coexistências. Esse método de

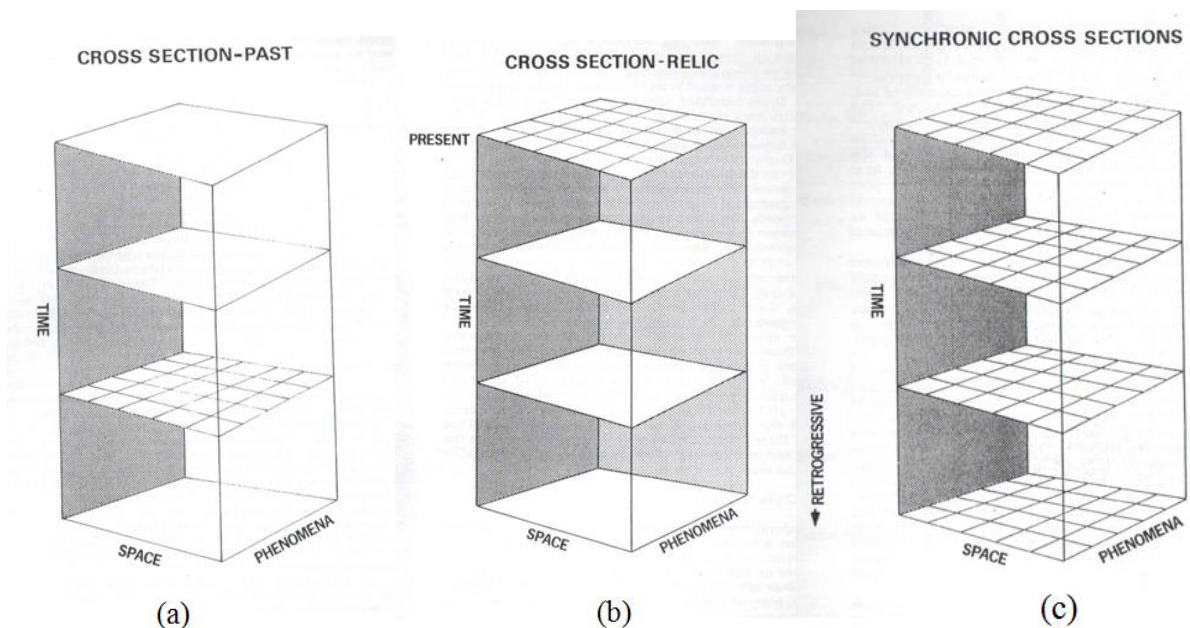
periodização é realizado na geografia para analisar o tempo, especializando-o. Procura-se neste caso, identificar algumas homogeneidades em um determinado tempo, num determinado espaço. Cada período teria como característica uma técnica (de relacionamento entre o homem e a natureza) comum que, ao ser substituída por outra, daria origem a um outro período.

Para o entendimento e o estudo do tempo na geografia, deve-se discutir o conceito de evento, seus nomes, suas características e suas tipologias. Para Milton Santos (2004), não há evento sem sujeito, como não há evento sem ator, pois, toda teoria da ação é também uma teoria do evento. A compreensão da ideia de evento e de ação é fundamental para a construção de uma teoria geográfica.

Ainda segundo Santos (2004), existem dois tipos de eventos, os naturais (a queda de um raio, o começo de uma chuva, um terremoto) e os eventos sociais ou históricos (a chegada de um trem, um comício, um acidente de automóvel). Dessa maneira, os eventos sociais, que supõem a ação humana, são sinônimos de ação.

O que se denomina de periodização, são também conhecidos por “recortes temporais”. No trabalho de Silva (2012), tem-se exposto diversas formas de organizar o tempo para se estudar as relações espaciais (Figura 4, a, b, c/Figura 5 d, e, f), segundo a proposta do geógrafo Estaville (1991, p.310-324).

Figura 04 – Recortes temporais

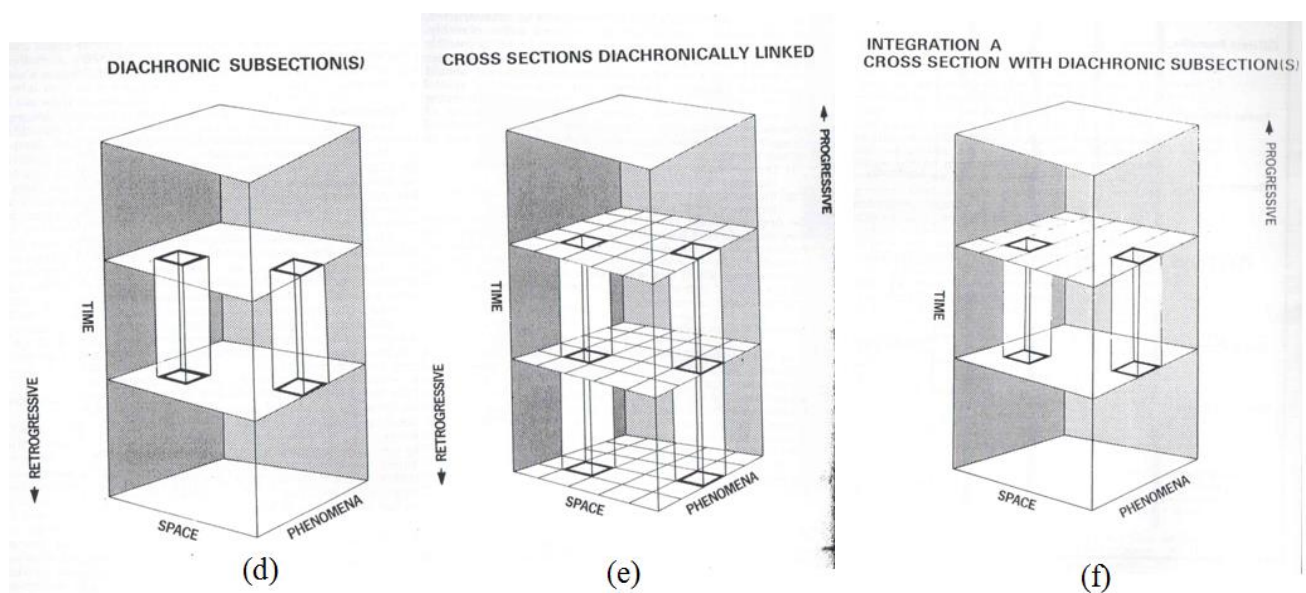


Na primeira figura (4 a) aparece o recorte temporal simples (cross section-past), onde um tempo particular é selecionado por sua importância histórica ou por haver disponibilidade ou significância de fontes materiais sobre o espaço analisado. Pode se referir a um ano ou um século, e é uma tentativa de recriar o “presente histórico”, o presente como existiu em algum momento do passado. Apresenta a vantagem de uma estrutura temporal estática, permitindo simplicidade, economia e facilidade na organização da pesquisa, proporcionando que as relações espaciais possam ser explanadas com relativa precisão. Porém, esse recorte apresenta a desvantagem de não considerar as transformações no interior do recorte, tornando-se, segundo Silva (2012, p.7), um “método do antiquário”.

A segunda proposta (4 b), apresenta o método retrospectivo ou refletivo (cross section-relic). São aqui utilizados objetos do passado que permaneceram no presente. Esse método é utilizado para recriar geografias passadas a partir de seus vestígios encontrados na paisagem atual.

Os recortes sincrônicos (4 c), são uma extensão do recorte temporal simples, mostrando mudanças de um tempo a outro. São a soma de dois ou mais recortes temporais simples. Pode-se com esse método, analisar as mudanças de um momento a outro, permitindo comparações temporais e análise de certos processos.

Figura 05 – Recortes temporais



Fonte: SILVA, 2012

Nas subseções diacrônicas (5 d), são isoladas relações espaciais de fenômenos particulares, analisando o fluxo contínuo de um evento através de um tempo relativamente longo de tempo até outro momento distinto.

Os quatro métodos expostos até o presente mostram as diferentes maneiras de realizar recortes temporais sincrônicos ou diacrônicos. O próprio Estaville (1991, p. 315-317), reconhece que ambos apresentam problemas. Os recortes sincrônicos, quando estabelecem recortes temporais com pequenas transformações, levam a um olhar rápido sobre os eventos que podem não ser os mais significativos. Já os recortes diacrônicos, que procuram realizar os fenômenos através do tempo, correm o risco de o número desses fenômenos analisados serem insignificantes para se captar a estrutura espacial.

Os geógrafos históricos desenvolveram outras estratégias metodológicas que unem recortes sincrônicos com sub-seções diacrônicas: tanto podem ser utilizados recortes sincrônicos unidos diacronicamente (5 e), como estudar diacronicamente padrões espaciais, partindo do passado até chegar ao padrão analisado ou partindo de um padrão do passado estudando-se diacronicamente seu desenvolvimento até um próximo padrão espacial (5 f).

Para Silva (2012), a vantagem da abordagem sincrônica-diacrônica é possibilitar o estudo da estrutura e do processo. Como o recorte sincrônico congela um padrão espacial, perde-se informação referente ao processo, situação que se inverte ao utilizar-se a análise diacrônica, pois tem-se muita informação referente ao processo, porém perde-se informação a respeito dos padrões espaciais (ESTAVILLE JR., 1991, p. 315-322).

2.2.5 – A difusão espacial

A difusão espacial constitui-se no segundo modo de análise possível na perspectiva da Geografia Histórica. É, no entanto, menos complexa em razão de ter sido selecionado um item (turismo, pessoas, idéias, doença) para análise. Assim, as relações entre processo e forma são vistas de modo mais simples, direto. A difusão espacial pode ser definida como um processo onde o tema escolhido se difunde no espaço geográfico por um período de tempo selecionado.

Análise diacrônica por excelência, a difusão espacial tem, na geografia, a sua primeira grande expressão com as contribuições dos membros da Escola de Berkeley, a começar pela contribuição de Carl Sauer (1969) e de Wagner e Mikesell (2003/1962). A segunda grande expressão emerge no âmbito da denominada geografia teórico-quantitativa, com as grandes contribuições de Hagerstrand (1967) e Brown (1968), conforme descreve Silva (1995), que

elaboraram modelos matemáticos de difusão espacial e foram os pioneiros da chamada *time-geography*.

Se a periodização espacial produz tempos relativamente homogêneos em cada período, definindo tempos históricos que caracterizam o desencadear de processos e formas, suas combinações desiguais, suas tensões e rupturas, a difusão espacial descreve a trajetória, indicando seus agentes sociais, o itinerário, as barreiras, os agentes receptores, apontando ainda para a intensidade e o ritmo da difusão, descrevendo, a *temporalidade da dispersão espacial*. Ambas, periodização e difusão, contudo, têm em comum a possibilidade de tornar mais inteligível as complexas relações entre espaço e tempo, entre forma e processo ou vice-versa.

No que se refere aos tipos de difusão espacial, Correa (2011) comenta:

A literatura sobre difusão espacial reconhece quatro tipos básicos de difusão no que diz respeito à espacialidade: difusão por relocação, por saltos, por contágio e por via hierárquica (Gould, 1969). A espacialidade de cada tipo deriva de condições específicas nas quais uma dada inovação espraia-se no tempo e no espaço. Cada tipo, por outro lado, pode apresentar variações no que se refere ao tempo de espraio: rápido ou lento, contínuo ou descontínuo, com ritmo uniforme ou não. Adicionalmente, cada tipo pode estar associado à ação de diversos agentes sociais e, por outro lado, cada agente pode implementar a difusão de uma mesma inovação segundo os diversos tipos de difusão. As relações entre agentes sociais e a espaço-temporalidade da difusão de uma inovação constitui-se, em realidade, em tema para investigação (CORREA, 2011, p.26).

Neste particular, pode-se, haver diferentes tipos de difusão de um certo tema estudado, segundo certas condições específicas da área de estudo. No estudo do turismo pela geografia foram detectados os quatro tipos de difusão elencados. Na análise da difusão de um fenômeno social, deve-se reconhecer as variações de tempo de difusão, como reconhecer que o tipo de difusão pode ser fruto da interação de diversos atores sociais.

O tipo de difusão por relocação envolve uma transferência do tema estudado, que pode ser uma atividade ou um grupo social, de um espaço para outro. Certas migrações populacionais do passado, como a mobilidade de gêneros agrícolas constituem alguns exemplos desse tipo de difusão.

A difusão por saltos é percebida quando existe uma separação entre a área de emissão e a área de recepção do fenômeno observado. Neste caso, tem-se uma descontinuidade espacial, conforme analisada por Gay (1995). A separação entre as áreas podem ser de ordem física, política ou religiosa, entre outras.

Quando a difusão ocorre por contágio, tem-se como cerne as relações custo-distância, tanto em termos monetários, quanto em termos de tempo. Neste caso, o fenômeno observado diminui a difusão com o aumento da distância.

Por último, a difusão por hierarquia ratifica a teoria da hierarquia dos lugares centrais. Por exemplo, o foco emissor normalmente é uma metrópole, de onde são difundidos produtos e ideias para as cidades menores. Considera-se também que os serviços possam se difundir por este tipo.

2.3 – O turismo no espaço litoral

O turismo pode ser considerado na atualidade como sendo a primeira atividade econômica no mundo. O turismo é a principal forma de ocupação e a principal atividade econômica dos litorais. Entre os estudiosos do turismo, já é consenso que o litoral é atualmente a destinação turística mais privilegiada pelos turistas, sendo que diversos lugares míticos hoje valorizados são as praias, principalmente as localizadas na zona tropical.

Como atividade de prestação de serviços, o turismo é um fenômeno eminentemente urbano. As estatísticas mostram que a maioria dos turistas são originários das cidades. Constatase igualmente na análise dos destinos turísticos mundiais que a maioria são também cidades (Stock et al, 2003).

O processo de *turistificação* dos litorais projeta nestes espaços paisagens urbanas: o turismo contribui para aumentar a urbanização costeira, dinamizando a sua valorização. As atuais transformações no litoral do nordeste brasileiro, com uma especulação imobiliária sem precedentes, confirmam o exposto.

Segundo Miossec (1998), o turismo é um forte modificador das paisagens, das economias e das sociedades envolvidas. Ele dá ao litoral um novo sentido, agregando um novo valor e gerando impactos sobre o meio e sobre a sociedade que nele habita.

2.3.1 – A diversificação das práticas turísticas: praticantes e práticas espaciais

Historiadores como Alain Corbin (1988) e Marc Boyer (1972, 1996, 2000, 2001, 2002, 2005, 2007) mostram que este fenômeno é relativamente recente, datando na Europa como sendo posterior a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, essa produção do espaço litorâneo pelo

turismo foi posterior e vai surgir em diferentes momentos segundo o estado considerado. Afirma-se que atualmente todos os estados litorâneos brasileiros implantaram, em momentos diferentes, o modelo europeu de turismo de sol e praia em seus litorais.

A simples observação dos usos recreativos das praias e do seu entorno revelam uma grande diversificação de usos e de práticas. À utilização propriamente dita do meio natural se acrescentaram os diversos usos que se sucederam ao longo do tempo. É possível identificar nos espaços costeiros diversos períodos de usos diferentes desses espaços. Quando se identifica o período de uso turístico, percebe-se que este é diverso segundo o momento e espaço. Pode-se, neste espaço inclusive não fazer nada, ou até mesmo praticar-se atividades que não tenham nenhuma relação com o meio costeiro (ler, jogar futebol, almoçar). Constata-se que algumas práticas recreacionais exercidas nestes espaços independem da existência de certos equipamentos específicos do turismo: as praias “selvagens” ainda existem em todos os continentes. É no crescimento da frequência do litoral que se justifica operações de planejamento e ordenamento.

Para se compreender o processo de turistificação do litoral, deve-se levar em consideração uma dupla “invenção”. A primeira, que data do século XVII, onde as sociedades europeias teceram novas relações com um espaço até então marginalizado: o litoral. Têm-se nesse caso a “invenção” do litoral. Em um segundo momento, essas sociedades desenvolveram uma nova relação com a praia, até então desconhecidas. As invenções da estética da praia e dos banhos terapêuticos são consideradas como as primeiras práticas turísticas dos espaços costeiros.

Alain Corbin (1988) consagra um capítulo de sua obra ao que ele denominou de “a invenção da praia”. O autor mostra como o status do litoral mudou radicalmente no período por ele estudado, passando de um estado repulsivo para atrativo. Foi no início do século XVIII, na Europa Ocidental, que esse novo “olhar” sobre esse espaço caracterizou-se por novas contemplações e pelo surgimento das caminhadas nas areias das praias.

Percebe-se, desde o século XVII, na Holanda principalmente, uma mudança de “olhar” da sociedade europeia sobre o litoral. À repulsão, face a um meio sempre percebido como sendo hostil e perigoso, se sucedeu à atração, pelas praias, onde inicia-se um processo de construção de residências pelos afortunados. Tem-se então o surgimento de novos olhares e de novas práticas sociais nos espaços litorâneos.

Estas novas relações da sociedade sobre o espaço litorâneo não foram suficientes para provocar a turistificação das praias. Esse processo surge apenas no século XIX, segundo os

historiadores. O que se verificou primeiramente foi o uso das águas das praias para fins terapêuticos.

Durante muito tempo as praias foram frequentadas em função dos benefícios médicos a elas atribuídas, seja pelo clima marinho, seja pela própria água do mar. Surgiram nesse período as primeiras estações de curas, que existem ainda até os dias atuais.

O processo de frequência dos litorais para fins terapêuticos, bem característica na Europa Ocidental a partir do século XVII, foi também característico no surgimento das novas práticas em algumas partes do litoral brasileiro no início do século XX.

A “invenção” da Côte d’Azur, segundo Boyer (2010) seguiu exatamente essa lógica. As primeiras práticas eram contemplativas, onde os ingleses, fugindo do inverno rigoroso, vinham passar as férias e, posteriormente, a aposentadoria. Seguiu-se a prática de banhos de mar para fins terapêuticos, no início eram prescritos banhos em águas frias e posteriormente em águas quentes.

O banho de mar significou um primeiro tipo de prática nos litorais, perdurou durante todo o século XIX e início do século XX. Outras práticas se sucederam com o passar do tempo, dando origem a novas relações entre as sociedades e esses espaços costeiros.

Foi a partir dos anos 1920, que surge nas praias francesas do Mar Mediterrâneo, a prática da natação, exercida pelas elites que frequentavam esses espaços. Essa nova prática foi amplamente difundida pós Segunda Guerra Mundial com o surgimento dos clubes com piscinas criados para esta finalidade.

Concomitante a prática da natação, surge a prática do bronzamento. Se até os anos 20 do século XX as estadias nas praias eram feitas sob o abrigo do sol, agora o objetivo da frequência passou a ser o bronzamento natural da pele. Desde então, as praias começaram a se transformar para atender as novas práticas sociais: bronzear e nadar. Diversos autores, como François Péron e Jean Rieucan (1996) caracterizam esse fenômeno como *heliotropismo*, como se fosse uma busca pelo sol para novas práticas. As praias passaram a ser frequentadas mais nos verões que nos invernos, fenômeno que foi denominado de *balneotropismo*.

A partir da década de 50, essas novas práticas se difundiram por toda a Europa e em outros continentes. Surge um novo modelo balneário, fundado sobre os 3 S (*sea, sand, sun* – mar, areia e sol), presente até hoje, acrescido por vezes de mais um S (*sex*). O uso do mar como espaço lúdico intensificou-se na proximidade das praias pelo desenvolvimento de atividades esportivas, como velejar, surfar e outras práticas marítimas. Constata-se, portanto, que, durante três séculos, o litoral e seus dois elementos constitutivos: praia e mar, foram constantemente palco de novas práticas, reflexos de novos valores projetados pelas sociedades.

Verifica-se que, historicamente, a supremacia turística do litoral é confirmada. A importância do litoral no fenômeno turístico pode ser compreendida pelo antigo elo criado entre essa atividade com este espaço. As recentes pesquisas realizadas na história e na geografia mostram que, a invenção de um, (do litoral), foi em parte realizada por meio da invenção de outro, (o turismo), segundo uma certa alquimia na qual foram identificados dois componentes: a praia e a água, e uma certa dinâmica: a renovação permanente das atividades e das práticas. Esses processos foram responsáveis pela formação dos espaços turísticos litorâneos.

2.3.2 – Processo e formas espaciais do turismo no espaço litorâneo

Segundo Duhamel e Knafou (2003), a organização espacial do turismo no litoral é tributária de dois fatores: a desigual temporalidade da valorização, e a linearidade da urbanização, guiada pela linha de costa. Tais fatores são responsáveis pela diversidade de formas e de processos de turistificação verificados nos diversos litorais.

Estudos realizados por Duhamel e Violier (2009), referente ao surgimento de difusão das estações turísticas na França, entre o final do século XIX aos dias atuais, mostram uma mudança radical na urbanização costeira ao longo do tempo. Até a Segunda Guerra Mundial, a concentração das estações litorâneas se situava no norte do país, mais precisamente no Mar do Norte. Esse fato deve-se a valorização do litoral com águas frias a partir do final do século XIX. Já no final do século XX, foram o Mar Mediterrâneo e o litoral Atlântico que viram surgir e difundir diversas estações turísticas. As mudanças nas práticas e nas valorizações das sociedades sobre as praias causaram esse tipo de difusão do turismo.

Conforme Boyer (1996), o turismo surgiu na Inglaterra, no momento da Revolução Industrial. As primeiras estações turísticas foram criadas no litoral sul do país, quando se valorizava as praias com clima frio. Só posteriormente os ingleses vão investir no litoral sul da França, quando se buscava praias com climas mais quentes, para a prática do bronzamento, entre outras. Percebe-se que a localização das estações turísticas depende da busca das sociedades de realizarem suas práticas, em determinado momento histórico.

Os geógrafos Flament e Dewailly (1998) afirmam que as práticas turísticas também são fortemente ligadas às formas das paisagens, tradução de nossos gostos, de nossos valores estéticos, o que determina os períodos históricos no fenômeno do turismo.

No que se refere as formas espaciais do turismo litorâneo, Corbin (1988) e Duhamel e Knafou (2003) concordam em afirmar que desde o início do século XIX elas eram lineares.

Segundo esses autores, todas as estações turísticas costeiras construíram uma *promenade* (calçadão) bem próximo a areia da praia. O objetivo era permitir um contato mais direto com o mar, uma maior contemplação da paisagem.

Foram justamente essas *promenades* (ou *paseo*, em espanhol) que determinaram a dinâmica de urbanização: as mansões, os hotéis e os restaurantes ocuparam os espaços vazios existentes nas primeiras estações costeiras. Debié (1993) afirma em seu estudo sobre as formas de urbanização das primeiras estações turísticas costeiras, que, a urbanização seguiu o sentido linear das praias. Os chamados equipamentos turísticos foram criados entre os portos e casas dos pescadores, em um sentido paralelo a linha de costa.

Ainda sobre a dinâmica do turismo balneário, Miossec (1998) fez um estudo comparando as primeiras estações turísticas inglesas, espanholas e francesas. Comprovou-se a linearidade da urbanização em diversas praias dos países estudados. Tanto as praias frequentadas por causa das águas frias, quanto pelas águas quentes, o sentido da urbanização foi sempre linear, paralelo a linha de costa.

Verifica-se que a *promenade* estrutura o novo espaço, possuindo uma dupla dimensão: ao mesmo tempo que ela permite um novo olhar sobre o litoral, ela coloca em relação a população permanente com os turistas. Esse padrão linear, com a construção de “calçadões” nas praias turísticas, pode ser encontrado em diversas praias do litoral brasileiro.

Verificou-se na Europa, a partir dos anos 1930 (SORIANO, 1996), que o surgimento do automóvel como meio de transporte dominante, teve efeitos diretos na afirmação da *promenade* e sobre o sentido linear da urbanização turística. O “calçadão” tornou-se ao mesmo tempo ponto de entrada e de saída da estação turística, onde o conjunto de fluxos se concentram e se distribuem. Se antes chegava-se na estação pelas estações de trem, depois a chegada foi sendo gradativamente realizada diretamente na praia urbanizada.

Tem-se então, nas estações turísticas, a *promenade* como um elemento primordial. Ela tornou-se o centro das atenções dos planejadores na maioria das estações turísticas europeias. Primeiro espaço a ser construído, o calçadão litoral foi igualmente o primeiro elemento da estação a ser repensado. Diversos trabalhos de reurbanização tentaram afirmar o lugar preponderante dos pedestres, assim como reduzir o tráfego dos veículos.

Ainda nos estudos supra citados, verifica-se que, após a urbanização linear das praias, o interior se desenvolveu. Em todos os casos estudados, o interior foi planejado em função do litoral. Foi somente após a ocupação da linha de costa que se iniciou a urbanização no sentido perpendicular à praia.

Conclui-se desse modo que, turismo e litoral apresentam fortes conexões, pois a invenção do turismo surgiu essencialmente (mas não exclusivamente), sobre os espaços litorâneos. A frequência turística dos litorais iniciou-se para as práticas de banhos de mar com fins terapêuticos. Foram acrescentados progressivamente sobre esses espaços equipamentos para acolher os banhistas e seus acompanhantes (visitantes): casas, hotéis e restaurantes. Com o passar do tempo as práticas mudaram e os espaços litorâneos evoluíram e foram sendo criados ou recriados, sempre em função das práticas sociais.

A tripla invenção: A da praia, da vilegiatura e do turismo

Capítulo 3

O presente capítulo objetiva analisar os significados da *invenção* no âmbito das ciências sociais e humanas. Para se buscar uma compreensão da invenção do destino turístico de Guarapari, torna-se necessário, *a priori*, compreender e analisar três *invenções* que se deram nos últimos séculos e em diversas sociedades, a saber: a invenção da praia, da vilegiatura e do turismo.

No final do século XX, principalmente na França, a geografia aumentou suas reflexões acerca do espaço litorâneo, afim de melhor compreender as relações entre as diversas sociedades e este espaço. As abordagens não se limitavam apenas a produção deste espaço pelo homem, mas também referente as representações das sociedades em relação ao mar.

Surge nesse período um neologismo, a *maritimidade*. Este novo vocábulo, criado pelos geógrafos Jean RIEUCAU e Françoise PERON na ocasião do colóquio intitulado “A maritimidade neste final do século XX, qual significado? (Sorbonne, Paris, 25 e 26 de novembro de 1991)”, foi utilizado para designar “a variedade de formas de se apropriar do mar, insistindo principalmente sobre as inseridas no plano das preferências, das imagens e das representações coletivas” (CLAVAL, 1996). O tema da maritimidade busca, na ciência geográfica, revelar a subjetividade que condiciona as diferentes relações das sociedades com mar e com o litoral e as consequências que resultam das frequentações e das transformações dos litorais.

A maritimidade constitui na realidade em um fenômeno de sociedade (PERON; RIEUCAU, 1996). Alguns estudos apontam para uma eventual “atratividade”, “potencial” ou “vocação” dos espaços litorâneos, justificando diversas relações entre a sociedade atual com os litorais. Porém, outros estudos na ciência geográfica afirmam que a compreensão das transformações nas costas, não deve levar em consideração esses fatores, pois estaríamos assim voltando aos paradigmas do determinismo geográfico. Na realidade, não é o meio (o litoral) que condiciona as atividades humanas, ele apenas oferece possibilidades ao homem de desenvolver diversas atividades, usos e práticas.

No Brasil, a temática da maritimidade foi discutida pelo geógrafo Eustógio Dantas (2009), com sua análise centrada principalmente acerca das práticas marítimas modernas, dentre elas: os banhos de mar, a vilegiatura e o turismo. Para este autor, essas práticas são resultantes da modificação da mentalidade das populações autóctones, principalmente pela elite e seguida pela classe média. Os espaços litorâneos tropicais seriam assim valorizados atualmente como uma consequência de uma “imitação” dos usos dos litorais feitos pelas sociedades europeias no pretérito. A abordagem cultural é utilizada para se compreender as

modificações das relações dos homens com o mar nos trópicos, sugerindo este autor que o desejo pelo mar no Brasil surgiu com padrões próximos ao da invenção da praia no Ocidente.

A utilização do conceito de maritimidade na Geografia busca realizar uma abordagem global de um fenômeno social, situando-o imediatamente no domínio do cultural. Conforme afirma Peron (1996):

Falar de maritimidade, é convidar à reflexão sobre as construções sociais e culturais que foram edificadas pelos grupos humanos para organizar suas relações com o mar, para se protegerem, para socializá-lo, para balizá-lo, para amá-lo. Estas construções são ancoradas evidentemente na profundidade histórica, mas ao mesmo tempo, elas são evolutivas.

Se interrogar sobre a maritimidade contemporânea, é refletir sobre as relações entre o presente e o passado, numa perspectiva de compreensão das reconversões atuais do marítimo, colocadas em relação com as aspirações e as necessidades profundas de nossa sociedade. (p.14)

Na realidade, a reflexão acerca da maritimidade não aborda as atividades humanas nos litorais na perspectiva econômica, ela busca abarcar a diversidade de formas de sensibilidade sobre o litoral e sobre a evolução das formas de se perceber o mar, a praia, que condiciona as atividades marítimas dos diferentes grupos sociais. O foco da compreensão da relação homem-meio repousa assim na sua dimensão simbólica.

3.1 – A invenção da praia (e do litoral)

Conforme afirma Paulet (2006), é impossível compreender a percepção e as representações dos mares sem se referir às costas. Na realidade, é a partir do litoral que superfície marítima é observada pela sociedade: pode-se ignorá-la, teme-la ou até mesmo admirá-la. A conquista do litoral se deu em função dos usos que fizeram as diversas sociedades, em diversos momentos históricos.

O litoral constitui uma ruptura topológica que separa dois mundos diferentes: o continente e os oceanos. Interface de contato entre terra, água e ar, as zonas costeiras são não somente espaços de trocas, mas principalmente, segundo Partoune (2004), este tipo de paisagem “nos faz sonhar, estimula a nossa imaginação”.

Como o olhar projetado sobre os espaços litorâneos evoluem segundo as sociedades e segundo o período histórico. A recente “corrida em direção às praias”, conforme demonstrou o

antropólogo Jean Didier URBAIN (1996), resulta da mudança de valores e costumes das sociedades contemporâneas.

O mar, que outrora foi percebido como sendo o “território do vazio”, segundo o historiador Alain CORBIN (1988), hoje tornou-se um espaço atraente para as sociedades atuais, segundo Peron e Rieucan (1996).

O que pode ser considerado como um consenso entre os estudiosos da praia (e do litoral), é que o olhar projetado pelas sociedades ocidentais sobre estes espaços transformou progressivamente suas funções e seus usos. Corroborando com esta constatação, Rieucan e Lageiste (2008) afirmam sobre a praia:

Atrativa nas margens do Mediterrâneo na Antiguidade, posteriormente repulsiva na Idade Média, espaço de contemplação com virtudes terapêuticas a partir do século XVIII, ela torna-se um lugar de hedonismo no século XX. No início do século XXI, nos países desenvolvidos, o *balneotropismo* configura-se com uma demanda crescente de praias artificiais, construídas dentro de bolhas aquáticas peri-urbanas, nos parques temáticos litorâneos e continentais. Nas cidades do interior, são reconstituídas a balnearidade através da construção de praias fluviais, como as de Paris a partir de 2002 e a de Toulouse a partir de 2003. (p.3)

Através do resgate histórico, verifica-se que os usos das praias no mundo não cessaram de se renovar: frequentadas primeiramente no inverno e posteriormente no verão (BOYER, 1972, 1996, 2002, 2005), durante o dia e ultimamente à noite (LALLEMENT, 2008), vestido ou despido (JAURANT, 2008), com prescrições médicas (BOYER, 1996, 2005) ou para o prazer (MIT, 2002, 2005).

Atualmente, nas sociedades ocidentais, a praia constitui um território de lazer e de sociabilidade. No mundo oriental as práticas diferem e, raramente esses espaços são palco de sociabilidade. Nas praias do Oriente ainda predominam usuários que não sabem nadar e que frequentam estes territórios com vestimentas que cobrem a maior parte do corpo, ou seja, os biquínis curtos e o ato de bronzear não são usuais nestas sociedades (PEYVEL, 2008).

3.1.1 – Litoral: um espaço hostil

As zonas costeiras constituem ao mesmo tempo em áreas de contato (entre o continente e o mar) e em lugares de encontros e diferentes trocas. Hoje constata-se uma “conquista”, ou melhor, uma busca incessante de litoral, mas a história confirma que nos séculos pretéritos estas zonas já foram consideradas como repulsivas. Durante muito tempo, os litorais foram vistos

como meios hostis e insalubres (CORBIN (1988), CORBIN e RICHARD (2014), HARTOG (2004), VILLAIN-GANDOSI (2004), PERON (2004)). Durante séculos, os litorais foram verdadeiros desertos, excetuando-se as zonas portuárias. Alguns autores afirmam que as sociedades ocidentais, até um presente relativamente próximo, “deram as costas para o mar”, privilegiando a ocupação nas áreas interioranas dos continentes.

Desde a Idade Média o mar era percebido como um elemento repulsivo e perigoso, pois era visto como uma reserva de animais e monstros que devoravam os que eventualmente se aventurariam por estes espaços (CORIBIN (2004, 2014)). A própria Bíblia, no Antigo Testamento, possui passagens que confirmam esta visão temerosa dos mares desconhecidos até então.

Algumas exceções em relação ao temor dos mares e zonas costeiras podem ser verificadas, como no caso da Grécia. Segundo Prévélakis (1996), na cultura helênica o mar constituía um elemento positivo. Para esta sociedade, o mar representava uma abertura para o mundo, uma pátria móvel que permite partir sem renegar as suas raízes.

Na região do Mar Mediterrâneo, antes do século XIX, as zonas costeiras não eram favoráveis ao estabelecimento humano. As pequenas comunidades de pescadores eram poucas, pois o mar fornecia poucos recursos a estas, obrigando o homem a cultivar a terra para o seu sustento.

Nos litorais dos diversos continentes, o medo das zonas costeiras perdurou durante séculos. Nas zonas pantanosas ou de manguezais, os casos de febre amarela faziam a população temer estes espaços que eram considerados perigosos à saúde (PAULET (2006), GASPAR (2004), CHRISTOFFOLI (2003), O'DONNELL (2013)).

Além de temer as zonas costeiras por serem consideradas insalubres, diversas sociedades viam estes espaços como passíveis a ataques diversos, como nos casos de pirataria.

3.1.2 – As relações modernas com o mar e com os litorais

Se durante a Idade Média o mar era muito pouco conhecido, com o advento da Idade Moderna essa situação se inverteu. De fato, a partir deste período, a relação da sociedade com o mar mudou radicalmente. A partir deste período, o mar e o litoral passa a ser visto como áreas a serem desbravadas, conquistadas. A visão dos espaços marinhos é de uma imensidão sem limites, de um elemento a ser conhecido e explorado.

Até o final da Idade Média o mundo conhecido dos europeus se resumia ao Mediterrâneo, Oriente Médio e às Índias. Surgiu no início da modernidade a necessidade de explorar novos horizontes, de buscar novos mares e povos até então desconhecidos. As descobertas de novas rotas e terras pelas Grandes Navegações, o desenvolvimento da cartografia moderna, e os sucessivos périplos marítimos que culminaram com a descoberta de continentes e ilhas perdidas pelos oceanos, atestam que o olhar, os usos e as práticas dos espaços marítimos mudaram radicalmente. O mar deixa de ser temido para tornar-se um espaço a ser explorado e consumido.

A partir desta ruptura fundamental do pensamento ocidental, e no âmbito de uma nova relação do homem com o mundo é que vai surgir e se desenvolver uma sensibilidade ao marítimo. O homem neste momento passa a perceber de maneira mais atenta o que existe nos litorais, que vão sendo aos poucos conquistados e transformados. Como bem demonstrou Corbin (1988), é no final do século XVIII que se afirma um novo olhar sobre os litorais e sobre os mares que bordam estes espaços.

Até este período histórico, não se imaginava que os litorais até então ignorados poderiam vir a se constituírem espaços de exploração econômica ou até mesmo de diversão (lazer). Até então, a costa Mediterrânea era percebida apenas pelas suas três funções das quais ela é suporte: função de produção (pesca e salinas); função de trocas (pequenos portos de cabotagem e grandes portos de comércio com o Novo Mundo); e função estratégica (fronteiras controladas pelos Estados).

Foi com o advento do Romantismo, iniciado no final do século XVIII na Europa, que uma nova percepção, um novo olhar, sobre as praias. Caracterizado por ser um movimento artístico, político e filosófico, que buscou uma visão de mundo contrária ao racionalismo e ao iluminismo, este período vai revelar uma nova visão do litoral, essencialmente contemplativa, que culmina com novos usos e práticas das praias do mundo ocidental europeu.

Desde o início do Romantismo, pintores e escritores projetam sobre as praias um novo olhar contemplativo. Conforme analisou o geógrafo Knafou (2000), os quadros de pintores holandeses no final do século XVII representavam as praias como espaços a serem contemplados e frequentados para a admiração da natureza. Este autor corrobora com Corbin (1988) na afirmação do surgimento de um “desejo de praia” pela sociedade e com o início da frequência das praias pelos cidadãos que não trabalhavam.

O historiador Alain CORBIN (1988), mostrou em seu estudo a evolução dos valores simbólicos na sociedade ocidental, nos séculos XVIII e XIX. Com sua análise centrada nas praias europeias, ele mostra a invenção do uso do mar para os banhos. Para este autor, buscou-

se nesse período uma solução para os problemas de saúde das classes dominantes, e os banhos de mar para fins terapêuticos produziram as condições para as mudanças de valores em relação ao mar.

O que de fato observou-se foi que, a busca das praias para fins terapêuticos (que será discutida no final deste capítulo), junto com a percepção destas como busca da contemplação da natureza surgida no Romantismo, a praia foi palco de uma conduta social até então desconhecida. Frequentada pelas elites, as praias tornaram-se com o tempo em mais um motivo de diferenciação social.

Focado na análise do “olhar do turista”, o sociólogo britânico John URRY (1996) também analisou o surgimento e difusão do balneário marítimo europeu, com destaque para os britânicos. Ao estudar os balneários que surgiram no século XVIII, ele descreve os novos usos das praias:

“... Um certo Dr. Wittie começou a preconizar o uso de se tomar a água do mar e de banhar-se nela. Durante o século XVIII houve considerável aumento do hábito dos banhos de mar, à medida que as classes mercantis e profissionais, então em desenvolvimento, começaram a acreditar em suas propriedades medicinais, que davam conta de todos os males. Naquela época o balneário era recomendado para adultos e havia pouca associação entre o litoral e as crianças. Com efeito, como o objetivo de banhar-se no mar era o bem que isso provocava, os banhos realizavam-se frequentemente no inverno e envolviam basicamente a “imersão” e não aquilo que hoje é entendido como natação. Essas caídas no mar eram estruturadas e ritualizadas, prescritas apenas para tratar graves estados de saúde. O banho só deveria ser tomado “após devida precaução e conselhos” e, normalmente, o banhista entrava na água inteiramente nu. A praia era mais um lugar “de cura” do que “de prazer”. (URRY, p.35)

Conforme podemos constatar, novos usos e práticas nas praias surgiram na modernidade. Porém, estes espaços ainda eram pouco frequentados e os usos e práticas nesses espaços eram bem diferentes dos que existem na atualidade. No período analisado por Urry, os balneários conseguiram permanecer relativamente restritos no plano social. No entanto, ainda segundo esse autor:

“... à medida que os banhos de mar tornaram-se relativamente mais favorecidos, ficou mais difícil, para os grupos socialmente dominantes, restringir o acesso. Foram criadas dificuldades em Scarborough devido a sua dupla função, como balneário e como lugar de recreação situado à beira-mar. Em 1824 o terreno do balneário foi cercado e instalou-se uma guarita, com entrada paga, a fim de excluir as “classes impróprias”. (URRY, p.35)

Interessante observar que com a posterior invenção do turismo, o mesmo fato ocorreu: os primeiros lugares inventados pelos turistas foram eleitos pela elite e, assim que a massa começa a ter acesso a estes espaços, dificuldades são criadas para se manterem nas praias a divisão da sociedade em classes. Este certo elitismo e a distinção de classes existentes nas praias podem ser observados ainda na atualidade, onde novas formas de dificultar os acessos aos menos favorecidos são criadas constantemente.

Após a invenção na Inglaterra do balneário para cura, este tipo de estabelecimento se expandiu por toda Europa e por outros continentes, vindo inclusive a surgir no Brasil no século XIX. Outras invenções se sucederam nas praias e serão a seguir analisadas, a saber: a vilegiatura e o turismo litorâneo. A busca de sol e praia, o heliotropismo e o balneotropismo, caracterizam os novos usos das praias na contemporaneidade.

Fica-se assim evidenciado que os usos e as práticas das praias evoluíram ao longo da história. Em uma abordagem cultural, verifica-se que as diferentes sociedades projetaram sobre os litorais diferentes olhares, carregados de diferentes valores e simbolismos. Ao se compreender essa evolução histórica, corrobora-se com Urbain (1996) e Knafo (1991) no sentido de afirmar que as praias na atualidade não são “descobertas” pelas sociedades, mas sobre elas são projetados novos olhares, consequentemente novos valores, novos usos e novas práticas. Prefere-se, portanto, empregar o termo de “invenção”, para designar novos usos dos espaços litorâneos.

3.2 – A invenção da vilegiatura

Segundo o historiador Boyer (2008), o termo *villegiatura* surge no Renascimento Italiano, designando o bem estar de residir temporariamente em um lugar escolhido pela sua amenidade, para se viver uma vida de ociosidade e lazer. Esta prática surge com os ricos venezianos e outros italianos, no século XVI, que construíram imensas mansões para o descanso. Os reis dos séculos XVII e XVIII construíram enormes castelos para impressionar seus contemporâneos com sua possibilidade de viver momentos de vilegiatura, como o caso do Chateau de Versailles.

Nos séculos XVIII e XIX, os aristocratas e as classes rentistas manifestam, face aos burgueses emergentes, a superioridade cultural da vilegiatura (LAVENIR (1997)). Em suas residências rurais, mansões e casarões, eles passam uma grande parte do ano praticando a vilegiatura. A partir do final do século XIX, a aquisição de uma casa no campo atesta a sua

promoção social, ao mesmo tempo em que ela permite o acesso aos jogos exclusivos dos ricos (casinos). Já no século XX, as novas classes sociais e a burguesia conseguem se apropriar das práticas elitistas da vilegiatura.

Conforme Boyer (2008), trata-se de um fenômeno de sociedade de grande espessura histórica. Embora sabendo-se que a vilegiatura surgiu no século XVI, será discutido aqui apenas o tipo de vilegiatura que surge no século XVIII e se desenvolve e expande em diversos lugares do mundo no século XIX, a saber, a vilegiatura marítima.

A vilegiatura marítima surge na Inglaterra, no século XVIII, destinada apenas à elite. Foi a invenção das praias que propiciou o surgimento deste tipo de vilegiatura. Com a descoberta das propriedades terapêuticas das águas dos mares, as praias do litoral sul britânico foram palco de sucessivos investimentos, através das construções de termas e de residências secundárias. As praias tornaram-se assim lugares de vilegiatura e não somente lugares de cura.

De fato, segundo Corbin (1999), foram os românticos, os médicos higienistas e a nobreza que contribuíram para o desenvolvimento desse novo tipo de vilegiatura. Quando os britânicos decidem fugir dos invernos rigorosos e investir nas praias da Côte d'Azur, uma grande transformação da paisagem e da cultura local surge no Mediterrâneo. As praias investidas pelos ingleses para vilegiatura, primeiramente no inverno e posteriormente no verão, servirão de exemplo para os franceses e outras sociedades do mundo ocidental. Conforme exposto anteriormente, a vilegiatura se difunde na Europa para posteriormente surgir em outros continentes e atualmente nas zonas tropicais.

Conforme exposto anteriormente, a invenção da praia se deu na Inglaterra, primeiro sendo utilizada para cura e posteriormente para o lazer e espaços de segunda residência da elite britânica. Segundo MIT (2005), Urry (1996) e Boyer (1996), as primeiras estações termais e turísticas foram Bath e Brighton.

A originalidade de Brighton, conforme MIT (2005), reside no fato que foi neste lugar que foi inventado e consolidado prática social da praia enquanto lugar de vilegiatura. Foi aqui que surge uma nova relação entre uma sociedade urbana e a natureza, representada por praias desertas com mar agitado e de águas frias.

Esta nova relação com a natureza surgiu graças às prescrições médicas, mas também pelo surgimento de uma nova estética e de uma nova atribuição social do banho de mar. A paisagem se transformou, foram criados meios de hospedagem, espaços de encontros e de jogos, piers foram construídos à beira-mar. O sucesso deste novo destino de vilegiatura foi tão grande que virou modelo para serem criadas outras estações parecidas, primeiramente na Inglaterra e posteriormente na França e na Espanha. A configuração de lugares virados para o mar, a criação

de calçadões, de piers sobre o mar, e a organização do lazer associado ao ambiente marinho, deram origem a novos gêneros de vida, que construíram incessantemente diversas habitações e edificaram-se fortunas nos espaços costeiros.

O desenvolvimento de Brighton foi também descrito por Urry (1996). Sua descrição deste destino de vilegiatura exemplifica as mudanças das relações da sociedade com a praia. Conforme este autor, Brighton surgiu e se desenvolveu no século XVIII, onde:

“... A praia era encarada como local de tratamento médico e, à frente delas, estavam as “mergulhadoras”, mulheres responsáveis pelos banhos de imersão. Em meados do século XIX essa praia medicalizada foi substituída por uma praia de prazer, que Shields caracteriza como uma zona liminar, uma escapadela dos padrões e ritmos de vida cotidiana. Essa zona apresentava uma outra característica, a do carnaval, à medida que a praia se tornava barulhenta, apinhada de gente, repleta de uma mistura social imprevisível e que envolvia a inversão das hierarquias sociais e dos códigos morais. No carnaval medieval clássico, o corpo grotesco se contrapunha ao corpo disciplinado do decoro e da autoridade; no século XIX, por ocasião do carnaval, durante as férias, o corpo grotesco era desavergonhosamente descoberto e exposto aos olhos dos outros. Corpos literalmente grotescos tornaram-se cada vez mais afastados da visão real e eram contemplados através de representações comerciais, sobretudo o cartão postal vulgar.” (URRY, 1996, p.52)

Percebe-se nesta descrição a radical transformação dos usos da praia. A consequência imediata da chegada de novos usuários, com novas práticas, será a partida de alguns dos pioneiros que construíram suas residências secundárias em um local que deveria ser calmo e espaço de práticas de bons costumes, ou seja, opostas as práticas do carnaval acima descritas.

O modelo de Brighton foi pioneiro, na medida em que foi o primeiro balneário em que a praia foi estruturada para se constituir em um espaço de lazer, de mistura social, de inversão do status, e do carnaval. Tudo isso fez com que a imagem deste destino fosse de deteriorando, sendo está associada aos excessos sexuais e aos comportamentos sociais fora das normas.

Diversos fatores fizeram com que as estações balneárias britânicas entrassem em declínio, dentre elas está a mudança de percepção dos benefícios das praias. No início, a reputação das praias se dava pelos banhos de mar em águas frias, onde os banhos de sol eram inusitados e tinha um forte valor a pele alva, que significava ócio e delicadeza, restritos as elites. Em 1920 as classes altas começam a mudar seus paradigmas, buscando frequentar os balneários da moda no sul da França, onde a pele mais bronzeada era associada a espontaneidade e à sensualidade. A partir desse momento, são os banhos de sol que valorizaram as praias, e não mais os banhos de mar em águas frias. Conforme afirma Urry (1996):

No período do pós-guerra era o sol, e não o mar, que, supostamente, proporcionava saúde e atração sexual. O corpo ideal passou a ser visto como aquele que é bronzeado. Esse ponto de vista foi difundido nas diversas classes sociais e o resultado é que muitos pacotes turísticos o apresentam quase como se fosse um motivo para viajar durante as férias. Os balneários do norte da Europa passaram então a ser considerados menos atraentes, menos na moda, pois não podem garantir a produção de um corpo bronzeado. Embora isso possa se modificar, devido ao atual pânico provocado pelo melanoma maligno e talvez pelo fato de que a pele alva volte a ser considerada marca de elegância, até agora, na Europa, essa ênfase no sol beneficiou enormemente o desenvolvimento de balneários em torno do Mediterrâneo. Isso teve início na França e na Espanha, espalhou-se para a Grécia, a Itália e a Iugoslávia, em seguida para o norte da África e, mais recentemente, para a Turquia. (URRY, 1996, p.60)

Observa-se, pelo exposto acima, mais uma invenção na praia: sua utilização para os banhos de sol, para se bronzear. A valorização da praia muda a partir deste momento. As praias com fraca incidência solar perderam bastante frequentadores e, as com forte insolação, tornaram-se os novos destinos de vilegiatura e turismo. Nesse sentido, as praias tropicais aparecem como um “paraíso” para uma elite que mudou seus valores, privilegiando agora a pele bronzeada em detrimento da pele alva. Este heliotropismo, esta busca pelo sol, pode vir a sofrer modificações, conforme atesta John URRY. Novos valores podem ser atribuídos as praias, surgindo assim novas práticas e novos usos, e eventualmente novos espaços ainda não inventados.

O desenvolvimento das cidades da Côte d’Azur francesa, tais como Nice e Cannes, se deu principalmente graças aos grandes investimentos dos britânicos que, na busca de um clima mais ameno, com inverno menos rigoroso e com forte incidência solar, ergueram neste espaço grandes mansões. Porém, a invenção da vilegiatura marítima no Mediterrâneo não pode ser vista como consequência de um determinismo geográfico. Na realidade o meio físico sempre ofereceu tais características, o que mudou foram os valores atribuídos a estes espaços. Reforça-se aqui a ideia de que não é o meio que justifica ou condiciona uma atividade humana, tais como a vilegiatura e o turismo, mas são os novos valores, usos e práticas que são projetadas no meio que fazem com que a sociedade eleja os espaços mais propícios para desenvolverem suas práticas.

A vilegiatura na Côte d’Azur foi denominada pelos seus praticantes como “*L’hiver dans le Midi*”, ou seja, o inverno no Midi (região mediterrânea francesa onde se localiza o que se denominou como sendo a Côte d’Azur). Essa região teve uma vilegiatura marítima com algumas diferenças das existentes até então na Inglaterra, a começar pela sua duração, que poderia chegar a sete meses por ano: de outubro a maio. Constata-se que para alguns de seus

praticantes, o tempo de vilegiatura era superior ao tempo passado em suas residências principais.

Com as mudanças nas estações balneárias britânicas (mudança de frequentadores principalmente e de valores atribuídos as praias) e com a divulgação pelos médicos higienistas de que o que fazia bem para a saúde não mais era beber e mergulhar em águas geladas e sim o ato de se expor ao sol (bronzear-se), muitos aristocratas britânicos dirigiram-se para o sudoeste francês para fugir do inverno nórdico, do frio, do céu constantemente encoberto, e das constantes chuvas, para viver temporariamente um clima mais ameno durante os meses de inverno.

O retorno desses ingleses aristocratas era feito apenas no momento em que os dias mais quentes e ensolarados voltassem a predominar no norte da Europa, ou seja, durante a primavera. Esses praticantes “descobrem” algumas praias desta região com suas temperaturas amenas e com a vegetação constantemente verde e inventam uma nova relação com este litoral, denominada de *L’Hiver dans le Midi*.

Esse tipo de vilegiatura, segundo o historiador Marc BOYER (2008), perdurou durante um século e meio e teve uma grande extensão geográfica, ao contrário das vilegiaturas precedentes: a do campo, a termal, a balneária oceânica, a das montanhas no verão e posteriormente no inverno. Para este autor, a vilegiatura climática de inverno foi a mais importante da Europa. Esta vilegiatura praticada essencialmente pelas camadas sociais mais elevadas, em sua maioria muito afortunadas e sem trabalhar (viviam de rendas), suscitou muitos investimentos suntuosos até então não vistos em outros espaços de vilegiatura, tais como os enormes palacetes à beira-mar, as grandes avenidas litorâneas, os grandes casinos... As despesas feitas pelos praticantes eram sem precedentes na história das vilegiaturas e foi considerada a que mais deixou renda e investimentos na França.

Este fenômeno, perfeitamente inscrito em um tempo histórico, expressou valores elitistas, as de uma aristocracia que aos poucos foi se assimilando com uma parte da burguesia emergente. A migração se fez para lugares precisos, inventados e consagrados, onde a presença das famílias reais era comum. Esses lugares tornaram-se verdadeiras “cidades de inverno”, ao ponto de Nice se proclamar ser “a capital do inverno”. Observa-se aqui que os valores atribuído as praias neste momento histórico diferem muito dos existentes hoje, onde são valorizadas as praias para se passar o verão, e não mais o inverno como no período acima referido. Este fato atesta o quanto os valores atribuídos as praias evoluem ao longo do tempo, não sendo o meio o determinante das práticas e sim os valores e os olhares projetados sobre esses que são essenciais para se explicar as transformações espaciais e sócio-culturais.

Os novos lugares, ou seja, as novas praias inventadas pela elite, surgiram e se desenvolveram separados dos já existentes anteriormente à chegada dos novos migrantes. A própria urbanização verificada nesse espaço mostrou-se descontínua ao longo do litoral. Os lugares de vilegiatura eram isolados e afastados das populações autóctones.

BOYER (2002, 2008) mostrou em seus trabalhos dedicados à essa região francesa, que grandes escritores, artistas, britânicos e franceses, vindos de toda a Europa e americanos no século XIX passaram o inverno no *Midi* e desenvolveram, pelas suas *Correspondances*, a vontade de passar a vilegiatura nesse espaço.

Em uma breve descrição desse fenômeno, Boyer (2008) descreve:

“.... Nas suas vilegiaturas, eles apreciam primeiramente o *far-niente* (arte de não fazer nada) ... E a doçura do clima; as notações sobre as temperaturas abundantes nos tratados e nas correspondências. Se, por exceção, neva 15 minutos em Nice, convém que toda a Europa seja imediatamente avisada. Esses vilegiadores de inverno são seduzidos pela vegetação. Os primeiros invernantes puderam experimentar o fato de encontrar ao ar livre uma natureza ainda verde; os invernantes do século XIX foram os principais introdutores de espécies novas, chegadas da América, da Oceania, de todos os países tropicais e equatoriais. Muitas dessas espécies se aclimataram tão bem que hoje se tornaram muito presentes, quase invasoras, em todo caso são espécies perfeitamente integradas na paisagem... O turista atua, ignorando a botânica e amando os clichés, admiram na Côte d’Azur, as mimosas, os eucaliptos, as palmeiras, os diversos cactos, os buganvilas, os hibiscos... e muitas outras árvores e plantas como espécies típicas do lugar; elas foram importadas e proliferaram. O *vilegiador* do *Midi*, em todas as estações, ignoram geralmente que elas não são espécies nativas, como os pinheiros verdes e outras espécies espetaculares”. (BOYER, p. 112)

Pode-se perceber na descrição acima o quanto a invenção desse trecho litorâneo francês marcou e transformou profundamente a paisagem. Novas invenções surgiram nesse espaço, e as qualificações para este espaço tão imaginário foi mudando. Sua denominação passou de *Midi* (francesa) para Riviera (inglesa) e posteriormente denominada de Côte d’Azur, fazendo referência a cor azul do mar Mediterrâneo.

Além de sofrer alterações na denominação ao longo do tempo, os períodos de frequência e os seus frequentadores também foram se diversificando. Atualmente o que é considerado como alta temporada na região é o verão. Ainda existe uma vilegiatura durante o inverno, praticada pelos residentes dos países nórdicos principalmente, mas a maior parte da frequência é feita durante os meses de verão. A elite francesa passou a investir na construção de palacetes e mansões das praias da região.

Uma praia que bem ilustra essa última transformação é a praia de Saint Tropez, atual destino da *jet set* internacional. Se atualmente ela é frequentada por milionários do mundo todo, que veem para ver e serem vistos, até um passado relativamente recente esta praia era

completamente desconhecida. No final dos anos 50, o filme *E Deus criou a mulher*, foi gravado nesta praia que até então não passava de um vilarejo de pescadores que nela construíram suas barracas. Ao se apaixonar pelo espaço bucólico e isolado, a atriz francesa Brigitte Bardot decidiu investir e comprar uma casa em 1964 para poder se isolar dos paparazzi e dos seus admiradores. Mesmo construindo um muro de dois metros de altura, Brigitte Bardot não conseguiu afastar os curiosos, ao contrário, pelo sucesso do filme e pelo fato de uma atriz reconhecida internacionalmente ter comprado uma casa na vila dos pescadores, fez com que a elite internacional investisse nessa praia para poder afirmar sua condição de frequentador de espaços elitistas.

Saint Tropez passou então de uma simples vila de pescadores até os anos 60 a um dos destinos internacionais incontornáveis para a elite do mundo todo. As grandes lojas de grifes, os desfiles de carros de luxo e de luxuosos iates atestam hoje os novos valores projetados sobre esta praia, mostrando mais uma nova invenção de praia no sul da França.

O modelo de Saint Tropez foi seguido aqui no Brasil pouco depois da sua invenção na França. A mesma Brigitte Bardot que inventou Saint Tropez vai inventar a praia de Búzios, ou mais precisamente, Armação dos Búzios. A atriz foi convidada por um amigo argentino no final da década de 60 para conhecer essa praia isolada, uma vila de pescadores. Ao se apaixonar pela paisagem bucólica das praias, com areias brancas, coqueiros e águas cristalinas, a atriz resolve comprar uma casa. Tem-se aí mais uma invenção de uma praia.

Na verdade Búzios não foi descoberta, pois a mesma já era conhecida pelos cariocas. Búzios foi literalmente inventada, ou seja, depois que uma personalidade atribuiu um valor diferente a esta praia, imediatamente ela foi investida pela elite carioca. Se a praia tinha pouco valor por ser isolada e frequentada por pescadores pobres, a partir da visita da atriz ela vai ter seu valor elevado graças a aquilo que era até então visto como desvalorizante, ou seja, constituir-se em um lugar isolado e bucólico.

Fica desta maneira evidente, através dos exemplos destacados, que a praia sofre constantemente invenções. Os novos valores atribuídos a estes espaços o transformam. A valorização, as práticas, os usos, e os olhares sobre o litoral sempre evoluíram ao longo da história. Acredita-se que as praias que eram frequentadas exclusivamente pelas elites venham a sofrer alterações devido ao maior acesso da massa nesses destinos. A elite, na sua eterna busca de distinção e separação das massas, tende a migrar para fugir das classes inferiores, inventando assim novas praias...

3.3 – A invenção do turismo

Diferentemente ao que afirmam alguns estudiosos, o turismo nem sempre existiu. A história mostra que ele foi criado em etapas. Suas práticas e seus lugares são invenções que refletem a história sócio-cultural da Europa desde o século XVI. Os “atrativos” do turismo, os lugares a serem visitados e/ou pernoitados (estações sazonais), não são dados prontos e sim aquisições culturais.

Para Boyer (2000 e 2005), o turismo até o final do século XIX era um privilégio da aristocracia, um comportamento que distinguia certos membros que não trabalhavam pertencentes à elite inglesa.

Para a maioria dos historiadores do turismo, este é um fenômeno historicamente datado e que emergiu na sociedade ocidental em um momento preciso da sua história, a saber, o momento da Revolução Industrial. A palavra “turismo” surge na língua francesa, segundo Stock (2003) apenas em 1841, bem depois da palavra “turista”, que em 1816 foi a tradução do termo inglês “*tourist*”, o qual tem como origem a palavra “*tour*”.

O “Grand Tour” designava a viagem de iniciação que efetuavam os jovens aristocratas ingleses na Europa entre os séculos XVII e XVIII, antes de ser propagada pelo mundo todo. A palavra turista se aplicava às pessoas que viajavam para o seu prazer, primeiro os aristocratas, esta classe inativa, e em seguida os burgueses. O vocábulo qualificava as práticas nascidas no momento particular em que se instaura, no lugar de um tempo único ritmado pelas festas religiosas, um tempo de trabalho assalariado e um tempo de não-trabalho. É neste último, ao mesmo tempo oposto e indissociável ao tempo de trabalho, que a aristocracia, excluída da vida econômica, inventou o turismo como filiação do “Tour” e da vilegiatura.

O que era chamado de Grand Tour (grande volta), era um itinerário em forma de laço, que era executado na maioria das vezes pelos futuros *gentlemen*, de Londres à Roma, através do continente europeu constituído de uma série de etapas obrigatórias e de lugares destacados que mereciam a estadia que alguns dias. Tratava-se assim de uma viagem educativa, onde os conhecimentos adquiridos pelos jovens (acompanhados de um tutor) serviriam para poderem debutar na sociedade logo de sua chegada.

O contato com outras culturas, onde se aprendiam outras línguas (principalmente o francês e o italiano), se visitavam museus e universidades, permitiam aos jovens adquirir uma nova visão de mundo, diferente dos que viviam isolados nas ilhas britânicas. Reservado a uma minoria da parcela da sociedade, essas viagens de iniciação eram distas como mais uma forma de se distinguir da massa, das classes populares.

Durante esse período, diversos guias foram publicados, contribuindo a codificar as práticas e os itinerários, descrevendo os lugares à serem necessariamente vistos. Esse movimento, segundo MIT (2005), foi rapidamente se amplificando e se complexificando ao longo das quatro primeiras décadas do século XVIII. Ao mesmo tempo, se diversificavam os motivos das viagens: o renascimento do prestígio do termalismo, a peregrinação em direção aos lugares cristãos, a visita de museus, de antiquários, e, de uma maneira geral, o desejo de admirar o espetáculo da natureza, assim como foi popularizada pelos romances, pinturas e gravuras.

A vilegiatura e o Grand Tout tornaram-se as bases das práticas turísticas que, progressivamente, foram realizadas e facilitadas pelo desenvolvimento espetacular dos meios de transportes, encurtando as distâncias e tornando a viagem cada vez mais confortável. Novos lugares foram assim inventados e investidos, produzidos pelos próprios turistas.

No caso da vilegiatura marítima, ela se consolidou apenas em alguns certos espaços do litoral francês. Já o *grand tour* favoreceu a invenção de novos lugares, no momento em que os jovens do continente europeu começaram a imitar as práticas itinerantes inglesas.

De uma maneira geral, nos séculos XVIII e XIX, os chamados *gate-keepers* (guardiões culturais) britânicos inventaram muitos lugares, muitas práticas, estações lúdicas e de ócio, que foram sendo imitadas ao longo do tempo. A invenção de distinção foi seguida pela difusão por imitação (pelas classes inferiores) principalmente ao longo do século XX.

Passou-se, com o tempo, do turismo raro e elitista ao turismo chamado de massa, de um costume aristocrata a um turismo globalizado. O século XX foi palco de uma difusão sem precedentes das práticas turísticas. Praias foram sendo inventadas pelo mundo todo, novas práticas, novos usos e novos valores foram sendo atribuídos aos litorais.

O turismo hoje representa um fenômeno de sociedade que mais transforma os litorais. Diversos são os exemplos de praias que foram inventadas, e não descobertas. Essa atividade econômica do setor terciário foi responsável em alguns países de ser uma alternativa ao declínio econômico, onde as economias eram pautadas em setores em declínio, como o primário e o secundário.

Os países insulares situados na faixa intertropical são exemplos atuais de economias que vivem única e exclusivamente do turismo. Seus litorais foram criados para e pelo turismo. O exemplo de alguns países do Caribe serve de validação desta hipótese, onde durante séculos se viviam da agricultura, quando está entre em declínio, foi o turismo o responsável pela recuperação econômica, tornando-se o principal setor da economia.

Por fim, verifica-se na atualidade espaços costeiros que se constituem em verdadeiros territórios de conflitos. Como os usos e os praticantes são diferentes, em um mesmo espaço, os

conflitos surgem. A praia hoje é frequentada por seus moradores, por turistas e por vilegiaturistas, cada um com seus interesses e valores diferentes atribuídos a este espaço.

Evidencia-se assim, com o exposto neste capítulo, que o litoral passou por profundas modificações ao longo do tempo. Os valores atribuídos a este espaço mudaram segundo a cultura existente em um determinado momento. As praias continuam a serem palcos de transformações, visões e valorizações diferenciadas segundo as sociedades. O que atualmente é valorizado e inventado, pode no futuro perder valor caso a cultura venha a modificar-se em relação aos espaços costeiros.

A invenção da praia turística de Guarapari

Capítulo 4

Será apresentado no presente capítulo, as sucessivas “invenções” do litoral do município de Guarapari, assim como os sucessivos períodos históricos de ocupação do espaço. A periodização proposta deve contribuir a demonstrar que o litoral em estudo já teve vários usos, segundo as sociedades que ali viveram. O resgate histórico das sucessivas relações que as sociedades pretéritas teceram com este espaço atestam para uma radical mudança de valor deste litoral, passando de “espaço vazio” e sem valor, para um espaço densamente ocupado e disputado na atualidade, com uma supervalorização da sociedade contemporânea.

4.1- A periodização como recurso de compreensão da produção do espaço em Guarapari

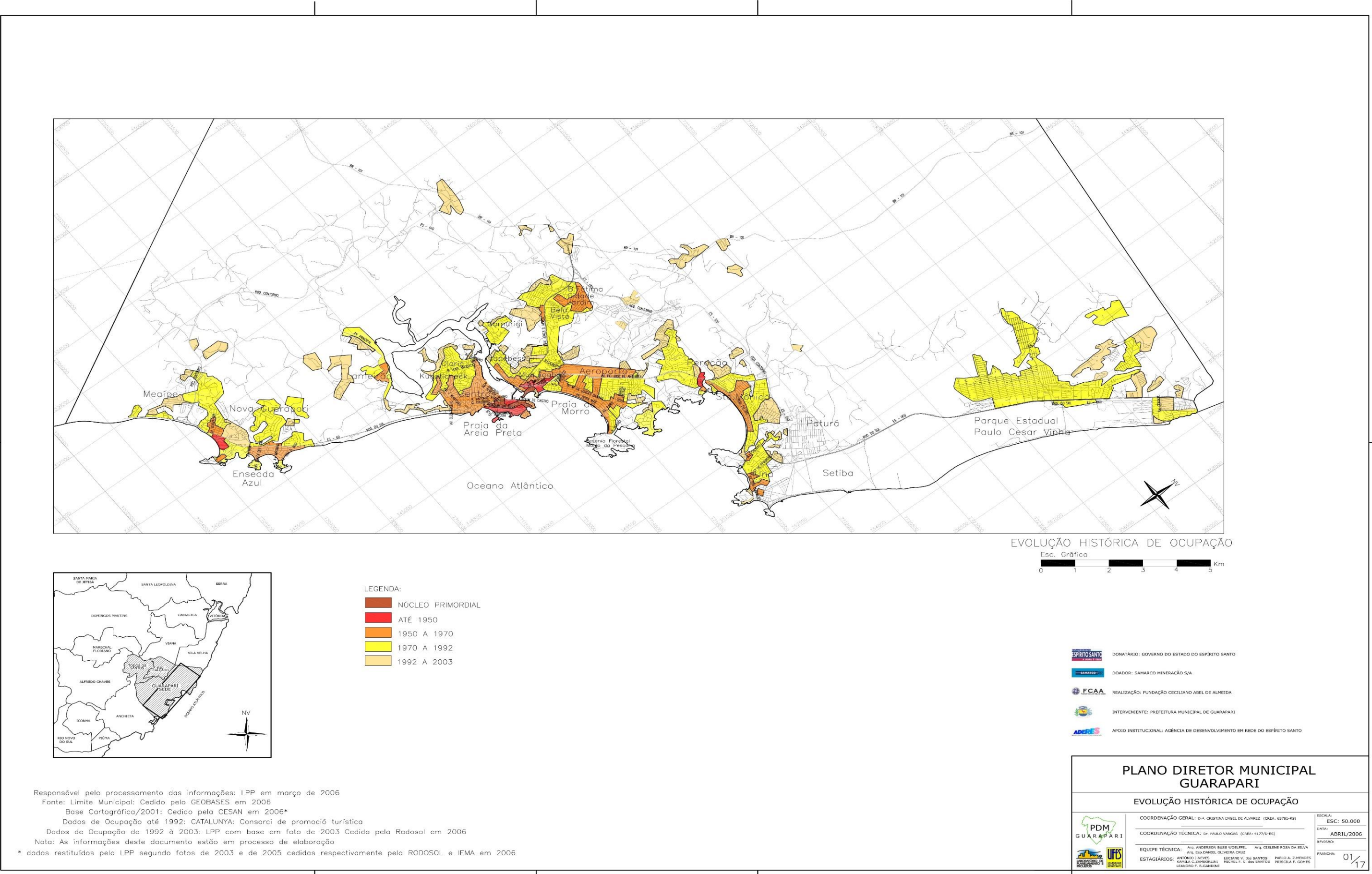
Conforme visto anteriormente, a abordagem da Geografia Histórica busca fazer uma interpretação dos lugares, levando em consideração que as formas sociais são o resultado da ação humana sobre o espaço, ao longo do tempo. Para se compreender a produção do espaço de Guarapari faz-se necessário realizar uma periodização, identificando em cada período uma especificidade, uma forma diferente de se produzir o espaço segundo as necessidades das sociedades que nele viveram.

A periodização do espaço é uma construção intelectual que pressupõe que seja considerado os processos sociais especializados, dando origem a diferenças espaciais. Recorreu-se aqui a uma delimitação de tempos históricos de uma certa sociedade sobre o espaço litorâneo de Guarapari. A periodização neste caso constituiu uma sequência de tempos históricos inscritas sobre o espaço em estudo.

Para a delimitação de cada período exposto no presente estudo, recorreu-se a identificação do uso que cada sociedade fazia do espaço litorâneo de Guarapari. Os usos diversificaram ao longo do tempo, assim como o tipo de apropriação cultural e física das praias. Cada período delimitado foi resultante de uma combinação de formas e de processos dotados de diferentes temporalidades, no mesmo espaço. A periodização aqui elaborada reflete assim quatro temporalidades distintas (Figura 06).

Em Guarapari foi analisado a diacronia e a sincronia, ou seja, foi identificado o eixo das sucessões e o eixo das coexistências para poder delimitar cada período, que foi fruto da intersecção destes dois eixos em um determinado período histórico.

Figura 06 – Processo de ocupação do litoral de Guarapari



4.2- Principais atributos da gênese da cidade: Guarapari como “Território do vazio” (da gênese até o final do século XIX)

Os primeiros usos do litoral de Guarapari são descritos nos diversos documentos históricos referentes ao processo de colonização do Brasil, assim como nos registros de jesuítas, naturalistas e de alguns historiadores que descreveram as relações entre a sociedade e o espaço capixaba.

Os primeiros habitantes da localidade de Guarapari, antes da chegada dos colonizadores portugueses, eram os índios de diversas tribos, principalmente Goitacás. Posteriormente, com o incentivo dos colonizadores, vieram para a região os Tupiniquins. Segundo a historiadora Nara Salletto (1998, p.92), esta tribo específica era originária da Ilha do Governador (RJ), que foi expulsa pelos invasores franceses e buscou refúgio nas terras capixabas.

A formação do núcleo de catequese em Guarapari se deu entre 1556 e 1557. CARVALHO (1982) atribui a fundação deste núcleo a Vasco Fernandes Coutinho (donatário da Capitania), ao Padre Brás Lourenço e ao índio catequizado Pira-Obys. Estes fundadores teriam organizado uma expedição com o objetivo de localizar pontos estratégicos ao longo do litoral para estabelecer povoações que auxiliariam na defesa do território contra os invasores estrangeiros, e Guarapari foi um desses povoados por eles escolhidos.

O histórico da criação do município inicia-se pouco tempo depois do início do processo de colonização portuguesa. Em 1569, o Padre Jesuíta José de Anchieta percorreu as terras capixabas encarregado de estabelecer novas aldeias para a catequese dos índios. Foi neste momento histórico que nasce Guarapari, como aldeia para catequisar os índios.

Guarapari foi a quarta e última aldeia fundada pelo jesuíta em terras espírito-santenses. Sua fundação ocorreu em 1585, tendo como respectivos toponímios: Aldeia do Rio Verde ou Santa Maria de Guaraparim, Vila dos Jesuítas, Goaraparim, Guaraparim e finalmente “Guarapari”. O último vocábulo, que permaneceu até hoje, é de origem indígena, sendo derivado de:

GUARÁ: s. a.: Garça, ave (íbis-rubra), nasce branca, torna-se cinza, volta a embranquecer e por fim, sua coloração é vermelho carmesim. Esta cor é derivado da sua alimentação, constituída de peixe, camarão e carangueijo.

PARI ou PARIM – s. a.: pesqueiro, lugar cercado para apanhar peixe, curral. Os índios faziam um cercado de galhos em forma de labirinto, perto dos alagados – manguezais. Quando a maré enchia os peixes entravam e quando a maré baixava, eles ficavam presos. Os Guarás como também se alimentavam de peixes ficavam em volta

desses cercados. Em Morro de São Paulo – Bahia, os pescadores ainda usam os cercados que recebem o nome de **gamboa**. (BUENO, 2011, p.16)

Entre 1585 e 1587, o Padre José de Anchieta fundou no alto de uma colina (que atualmente corresponde ao centro histórico da cidade), uma capela para servir de residência para os jesuítas e para a evangelização dos índios que habitavam a região. Em 1677, o Donatário da Capitania Francisco Gil de Araújo, mandou edificar no local desta capela uma igreja, dedicada a Nossa Senhora da Conceição.

No dia 1º de janeiro de 1679, o mesmo Donatário elevou a Aldeia de Guarapari à categoria de Vila e a sua instalação se deu no primeiro dia de março do mesmo ano.

A Comarca de Guarapari foi criada pela Lei Provincial em 1835 e os primeiros limites do município só foram fixados em 24 de dezembro de 1878. Posteriormente, em 19 de setembro de 1891, Guarapari foi elevada à categoria de cidade pela Lei Estadual nº 28.

Conforme o exposto, Guarapari, assim como as quatro primeiras aldeias capixabas, teve seu surgimento graças à sua localização geográfica (litoral) e ao seu relevo peculiar (colinas). A primeira “invenção” de Guarapari, como local de catequização e proteção contra os estrangeiros, só se deve graças ao litoral singular deste município. A ocupação do espaço nos primeiros séculos do município se deu exclusivamente nas áreas mais elevadas, ficando assim as praias totalmente desocupadas. Não houveram construções nos espaços praias e os únicos usos do litoral eram para a pesca e para o transporte de pessoas e mercadorias aos municípios próximos.

No período analisado, a ocupação do solo para construções diversas se limitou às áreas que não margeiam as praias e atualmente correspondem ao centro histórico e ao centro da cidade. A relação da sociedade com a praia neste momento, ou seja, seus usos, não provocaram nenhuma transformação espacial nestes espaços. A sociedade que ali viveu não ocupou as regiões praias, estes espaços eram verdadeiros “territórios do vazio”, e pode-se afirmar que a praia, neste período, era considerado um espaço repulsivo, onde temia-se ataques dos estrangeiros.

Poucos são os documentos históricos e relatos referentes ao modo de vida da sociedade no período analisado. A maioria das informações históricas sobre as relações da sociedade com o meio em que elas viveram são oriundas dos relatos dos padres jesuítas e dos naturalistas, assim como as pesquisas antropológicas realizadas até o presente.

Autores como Sequeira (1944) e Valle (1971), pesquisaram o referido período e em seus estudos, não fazem referências a nenhum uso do litoral capixaba, a não ser para a pesca. O

litoral tinha apenas a finalidade de ajudar na sobrevivência da comunidade, abastecendo-a de peixes e crustáceos.

A quantidade de registros históricos sobre Guarapari é bastante expressiva a partir do século XIX. No início deste século algumas descrições de Guarapari mostram a sua evolução histórica. Nuñez (1987) cita algumas partes do relatório de viagem do Desembargador Luiz Tomás de Navarro, que viajou da Bahia ao Rio de Janeiro por ordem do Príncipe Regente em 1808, apresentando Guarapari: “... *cheguei à vila de Guarapari ao norte, da qual passei o rio do mesmo nome; tem passagem pertencente à Câmara da vila; admite barcos grandes, até sumacas. A sua população será de pouco mais ou menos três mil almas*” (NUÑEZ, 1987, p.42). Ainda na descrição do referido Desembargador, em Guarapari haviam duas grandes fazendas, com dois engenhos de açúcar e mais de 400 escravos.

O naturalista e viajante francês Auguste Saint-Hilaire, que esteve no Espírito Santo no início deste século, também faz descrições sobre o que hoje é o município de Guarapari. Saint-Hilaire (1830, p.69) afirma que as terras situadas na Vila de Guarapari eram muito procuradas pelos luso-brasileiros, pois estas eram em geral de boa qualidade, onde se cultivavam arroz, algodão, feijão, cana de açúcar e mandioca. A produção oriunda desses cultivos era destinada às cidades de Rio de Janeiro e Vitória. Para o naturalista, o fato de ter rios e litoral contribuíram para o desenvolvimento da agricultura neste período.

Ainda segundo o naturalista francês:

A Vila de Guarapary foi construída em posição muito pitoresca, na embocadura do rio do mesmo nome; mas, em vez de estender-se pela margem do rio, com elle confinou-se perpendicularmente; e não se pode alcançar a praia senão após atravessar a cidade em toda a sua extensão (SAINT-HILAIRE, 1830, p.74-75)

A percepção do autor ilustra como os habitantes que viviam em Guarapari, desde a sua origem, não valorizavam suas praias. A ocupação deu-se principalmente nas colinas e nas margens do rio, distante do oceano. Conforme será demonstrado, a ocupação e valorização dos espaços praias são relativamente recentes. O litoral de Guarapari permaneceu durante mais de dois séculos como um “território do vazio”.

A descrição da ocupação humana, ainda segundo esse autor, se concentrou essencialmente numa rua principal que dava acesso ao rio. Esta rua era larga e sem calçamentos, onde existiam cerca de 300 casas coberta de telhas.

Nas duas obras de Saint-Hilaire (1818 e 1830), as descrições de suas caminhadas ao longo de todo litoral hoje situadas no município de Guarapari, mostram que a ocupação humana em todas as praias era inexistente, havendo sempre casas no alto das colinas.

Segundo Rocha (1971), o Príncipe Maximiliano de Neuwied visitou Guarapari em 1821 e relatou um episódio de rebelião de escravos (mais de 400) da duas grandes fazendas que ficavam próximas à vila.

No ano de 1847, conforme Bueno (2011), foram realizadas obras importantes para o município, como pontes e cadeias, algumas ajudadas por subscrição dos próprios habitantes e outras às custas das autoridades locais.

Somente em 1850, uma das praias de Guarapari começa a ser ocupada. Ao norte da vila, do outro lado do canal, várias famílias de pescadores se instalaram na Prainha de Muquiçaba. Esta primeira praia ocupada localiza-se nas margens do Rio Guarapari, nas proximidades da sua foz. Nesta praia fluvial, a colônia de pescadores se desenvolveu e até os dias atuais o local continua sendo uma zona de pescadores artesanais.

Outras descrições de Guarapari ainda no século XIX foram feitas por Wilberforce (1851), um oficial da marinha inglesa que veio ao Brasil em uma missão repressiva ao tráfico de escravos, visitando os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Em suas narrativas, são descritas as belezas naturais, os habitantes, os costumes e as produções das comunidades costeiras por ele visitadas, incluindo entre elas algumas capixabas. Segundo esse oficial inglês, em Guarapari havia tráfico de escravos, mesmo tendo um porto onde “... a ancoragem ali era difícil, devido a ressaca permanente, que sempre começa e nunca termina” (WILBERTFORCE, 1851, p.23).

Uma outra passagem da obra do aspirante inglês descreve um pouco a Vila de Guarapari:

Nenhuma parte da Vila é visível da baía, e mesmo próximo à foz do rio apenas algumas poucas cabanas aparecem. Sinais de decadência mostram-se por todos os lados. A Igreja e o convento erguem-se sobre um alto promontório à entrada do rio, e estão ambos dilapidados. O convento especialmente está coberto de ervas daninhas e arbustos, que alcançam grande altura dentro de suas paredes... Ao lado desses dois edifícios ergue-se uma altíssima palmeira que, sendo a única no promontório, é visível a longa distância, servindo para indicar a posição de Guarapari a navios com destino aquele porto. (WILBERTFORCE, 1851, p.28)

Esta passagem ilustra bem a ocupação humana em Guarapari. O fato de não ser vista pela baía ou pelo mar, mostra que as praias ficaram completamente abandonadas. Somente as partes mais elevadas da vila, assim como algumas margens do rio, foram ocupadas pelos habitantes até a data em questão. O que atualmente é valorizado e diz-se ser atrativo (as praias)

foram durante séculos desprezados pelos índios, pelos luso-brasileiros e pelos pescadores locais.

Em 26 de janeiro de 1860, Guarapari recebe a visita do ilustre Dom Pedro II. A visita durou quase duas horas e algumas das impressões dos visitantes são descritas por Rocha (1980). Nesta data, Dom Pedro II observou na Vila de 1.000 a 1.200 habitantes, algumas casas de aspecto confortável localizadas no alto de uma colina. Localizava-se aí também a Igreja Matriz e uma capela em ruínas. Dom Pedro II descreve suas impressões sobre Guarapari em poucas linhas:

A rua maior estende-se ao longo do cimo duma colina, e a vila tem bastantes casas de telha e algumas de sobrado. A matriz pequena está na parte superior da vila numa chapada tendo de frente em ruínas a capela e casa do arcediogo Quental que era dono da fazenda onde se levantou a vila. A capela havia de ser bonita e a casa contígua é de sobrado com 6 janelas de frente, mas pouco fundo. (ROCHA, 1980, p.216)

Percebe-se que as impressões descritas pelo Imperador continuam afirmando que a ocupação de Guarapari ainda se localizava nas partes mais elevadas da vila. É na colina que se encontrava a maior rua e a Igreja Matriz.

Ainda na sua curta estada em Guarapari, Dom Pedro II visitou a escola e a Câmara da vila. Ao vigário da Igreja Matriz ele doou trezentos mil réis para a realização de reparos e, para os pobres doou a mesma quantia. Por fim, doou aos cofres da Municipalidade quinhentos mil réis para a construção de um cemitério público.

O Imperador pode verificar que pelo pequeno porto da vila havia exportação de café, açúcar, peixe seco e madeiras cortadas das matas vizinhas. Sua visita culmina no estaleiro de construção naval, onde havia uma lancha grande (de propriedade do Presidente da Câmara) e mais cinquenta outras grandes embarcações estavam sendo construídas.

Ao resgatar a história do Poder Legislativo do Espírito Santo, Bueno (2011) mostra que a situação financeira de alguns municípios capixabas eram promissoras. No ano de 1862, foram autorizadas por lei a construção de cemitérios, estradas, pontes e aterros nas vilas da Serra, Mangaraí, Guandu, Benevente e Guarapari.

Ainda segundo Bueno (2011), em 1870 a população total da Província era de 82.131 habitantes, inclusive escravos, num total de 22.695. A população de Guarapari nesta data era de 2.771 habitantes.

Foi no ultimo quartel do século XIX que se iniciou um forte fluxo de imigração europeia no Espírito Santo. No dia 1º de novembro de 1876, chegam em Todos os Santos (distrito de Guarapari) os primeiros imigrantes italianos que ali se instalaram e construíram a Igreja de Nossa Senhora do Caravaggio em 1885.

Com a abolição da escravatura e o início da expansão do café no Espírito Santo, o número de imigrantes de outros estados, principalmente Rio de Janeiro e Minas Gerais e da Itália e Alemanha aumentou constantemente neste período. Os primeiros imigrantes europeus se instalaram nas vilas litorâneas enquanto as vias fluviais em direção ao sertão eram desbravadas. Terras no interior do Espírito Santo foram doadas a esses imigrantes europeus para o cultivo do café. Somente na década de 1881-1890, o estado do Espírito Santo recebeu 23.093 imigrantes italianos (FRANCESCHETTO, 2014).

A maioria dos imigrantes que chegaram ao Brasil neste período eram recrutados para trabalhar nas fazendas cafeeiras da Região Sudeste em substituição da mão de obra escrava, mas no Espírito Santo a imigração não objetivava esta substituição, visto que neste estado a introdução dos escravos começou mais tardiamente, inclusive na época em que o processo abolicionista estava em curso. O que se queria fazer no Espírito Santo era fixar famílias de agricultores no sertão, povoando assim os espaços vazios e dinamizando a economia.

A última descrição de Guarapari encontrada, ainda no final do século XIX, data de 1896, onde Alfredo Moreira Pinto assim a descreve em seu Dicionário Geográfico Brasileiro:

GUARAPARY, cidade e município do Estado do Espírito Santo, termo da Comarca do seu nome, situada ao lado Sul e próxima a entrada do porto do seu nome, em posição elevada, pitoresca, bem ventilada e por isso sadia, tendo a Este um majestoso rochedo pelo lado do mar, revestido de terra argilosa e carregada de árvores e arbustos, a que se denomina morro da Igreja, tendo no alto a risonha Matriz, de recente reconstrução e uma das mais belas igrejas do Estado pela sua legana architectura (PINTO, 1896).

Este primeiro período definido para estudo, que vai da fundação da aldeia de Guarapari até o início do século XX, caracterizou-se por uma ocupação nas partes mais elevadas do município e em algumas partes da margem do rio de mesmo nome. Até o início do século passado, as praias de Guarapari não haviam sido ocupadas e nelas não existiam nenhuma prática social, caracterizando-as assim como “territórios vazios”, não valorizados pelos habitantes e talvez até mesmo “espaços repulsivos”.

No século XX, a relação da sociedade com o espaço praial de Guarapari vai mudar. As praias irão apresentar num primeiro momento uma oportunidade de exploração econômica através da extração de suas areias. Posteriormente, este espaço outrora abandonado, começará a ser valorizado, tornando-se “atrativo” para a sociedade poder contemplar e realizar práticas lúdicas de lazer. O que é importante perceber ao longo do tempo histórico é esta evolução de olhares, valorizações e práticas sociais no mesmo espaço: a praia.

4.3 – A descoberta do *tório* e a exploração da areia monazítica para a indústria bélica (1906-1950)

As famosas areias radioativas que deram fama nacional e internacional a Guarapari foram descobertas no final do século XIX, mas sua exploração só veio a ocorrer nas primeiras décadas do século XX.

O fundador da Escola de Minas em Ouro Preto (MG), o professor Henrique Gorceix, foi o pioneiro nas pesquisas sobre as areias monazíticas no Brasil. Seus primeiros estudos referentes as análises das areias dos litorais da Bahia e Espírito Santo foram publicados nos anais da Escola entre 1884 e 1885.

As amostras de areias analisadas por Gorceix lhe foram enviadas pelo geólogo Orville Derby do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Eram amostras de areia amarela oriundas das praias de Prado e Caravelas, no sul da Bahia. Estas amostras foram coletadas por um comandante de um veleiro da empresa britânica de exploração de café Edward Johnston & Co., que as enviou ao diretor da empresa Jonh Gordon.

Foi o engenheiro americano Jonh Gordon que solicitou que fossem feitas análises destas amostras, com o intuito de saber se as areias poderiam ter alguma finalidade. O resultado das análises do Professor Gorceix informavam que as areias continham algum tipo de minério, porém ele desconhecia qualquer uso industrial.

No ano de 1898, Jonh Gordon descobre a areia monazítica em Guarapari e, de posse do relatório vai a Europa procurar interessados em comprar o tal mineral brasileiro. Segundo Mello (1971), não foi fácil para Gordon achar mercado para as areias, visto que ainda não existia qualquer aplicação industrial para os produtos delas extraídos.

Ainda segundo Mello (op. cit., p.131), em 1886 surgiram as primeiras camisas incandescentes para iluminação a gás, nas quais eram empregadas sais de latânio, ítrio, zircônio, magnésio, que davam a chama uma cor amarela intensa. Essas camisas, chamadas de AUER, foram criadas pelo Austríaco Carl Auer von Welsbach e iluminaram a Europa por vários anos através do sistema de lâmpadas a gás incandescentes. No início o material empregado provinha de minerais suecos e, depois que Gordon apresenta a AUER os resultados das análises das areias monazíticas, os minerais utilizados na fabricação das lâmpadas foram substituídos pelo tório, provenientes das areias monazíticas.

Quando AUER constata que o óxido de tório era o melhor material para se produzir luz forte e duradoura, ele encomenda ao vendedor Gordon o máximo de toneladas que este poderia vender. Aproveitando-se desta situação, Gordon inicia uma exploração clandestina das areias

amarelas das praias do litoral sul da Bahia, fazendo repetidos carregamentos alegando servir de lastro para os navios (usado para equilibrar as embarcações).

Silva Mello (op. cit.) cita alguns trabalhos do geólogo Othon Leonardos publicados na revista *Mineração e Metalurgia* em 1937. Segundo este último, a exploração das areias no sul da Bahia despertou a atenção da população daquelas zonas e o Governo do Estado a proibir as exportações fraudulentas em 1890. Foi calculado nesse época que já haviam sido embarcadas mais de 15.000 toneladas de areias monazíticas no ato da proibição.

Apesar do escândalo no litoral sul da Bahia, no ano de 1886 o engenheiro Gordon consegue permissão oficial do Poder Executivo brasileiro para extrair monazita de terrenos devolutos de Marinha, assim como o direito de adquirir terrenos particulares. A fábrica das lâmpadas incandescentes tinha autorização para produzi-las com o uso de no máximo 3% de monazita, porém o forte brilho intenso despertou a atenção de um laboratório alemão que identificou que as camisas continham 98 e 99% de nitrato de tório. O autor desta fraude foi Gordon e a patente foi cassada, ocasionando o fechamento da fábrica.

Segundo Leonardos (1937, apud MELLO, 1971, p.132), embora a fábrica da Holanda tenha sido fechada, as lâmpadas incandescentes fabricadas com tório continuaram a ser fabricadas na Alemanha e em Viena. Em 1902 Gordon assinou um contrato de fornecedor exclusivo destas empresas. Somente na cidade de Hamburgo, Gordon teria acumulado 9.000 toneladas de areia, capazes de garantir o consumo durante muitos anos.

Oficialmente, a exportação de monazita no Brasil cessou no ano de 1933, quando foi substituída pela proveniente da Índia, com 9 a 12% de óxido de tório, enquanto que a brasileira só possuía de 3 a 6% deste metal. Em Guarapari a exportação clandestina da areia prosseguiu, tendo a MIBRA (Monazita Ilmenita do Brasil) recomeçado sua extração oficial no ano de 1937, com sua usina trabalhando 24 horas por dia (Figura 07).

Figura 07 - Extração de areia monazítica em Guarapari no início do século XX



Fonte: Acervo da Biblioteca Central da UFES

Se no início do século XX as areias monazíticas de Guarapari eram alvo de cobiça dos europeus para a fabricação de luminárias a gás, a partir da década de 1940 descobre-se outra utilidade do elemento radioativo Tório: o desenvolvimento de energia nuclear e consequentemente da bomba atômica, pois pode-se produzir a partir dele o Urânio 233 (U233), que é um elemento criado em laboratório e usado em reatores ou bombas atômicas.

A exportação das areias monazíticas entrou em declínio desde que a energia elétrica se popularizou na Europa, ainda na década de 1920. A origem do interesse atômico das areias de Guarapari é fruto das pesquisas sobre energia atômica que muito se intensificaram durante a Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria. Nesta época, a monazita volta a ter valor devido as suas novas aplicabilidades na geração de energia nuclear e na indústria bélica.

O Urânio-233 foi estudado e utilizado em diversas pesquisas do Projeto Manhattan, que foi um plano secreto americano para desenvolver bombas atômicas para uso bélico. Face a possibilidade da União Soviética estar também produzindo bombas atômicas, os Estados Unidos investem maciçamente nas pesquisas nucleares e buscam em todo o planeta as matérias-primas necessárias para a construção deste tipo de bomba. Guarapari entra novamente em cena neste momento, como fornecedora de areias radioativas para o governo americano.

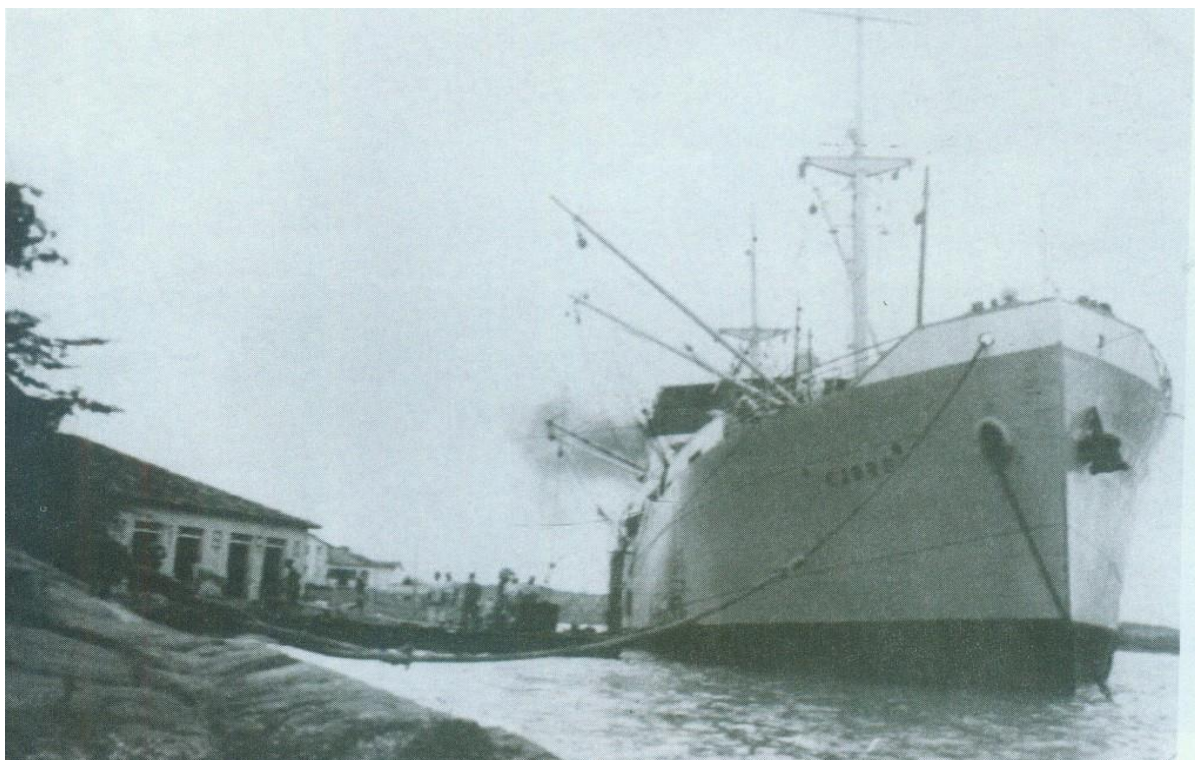
Em 1945 o governo de Franklin Roosevelt negociou com o governo de Getúlio Vargas para conseguir aumentar o volume de monazita exportada para os Estados Unidos e obteve

êxito. Guarapari se tornou, neste momento, o maior fornecedor de areia monazítica do mundo, visto que a Índia suspendeu as exportações de suas areias para desenvolver sua própria tecnologia atômica logo após o término da Segunda Guerra Mundial.

No ano de 1948, o Conselho de Segurança Nacional consegue interromper as exportações das areias monazíticas ao perceber que o governo americano era o único que se beneficiava com acordo entre os dois países. Três anos depois, em 1951, a lei 1.310 estabelece monopólio estatal da maioria dos minérios atômicos brasileiros e proíbe a exportação de tório e urânio e seus compostos e minerais.

Segundo Lopes e Bourguignon (2015), o envio das areias de Guarapari (Figura 08) perdurou por mais algumas décadas, legalmente e cladestinamente (Anexo A, B, C, D). Ao todo foram fabricadas 14 bombas nucleares com o Urânio-233 e lançadas no deserto de Nevada, nos Estados Unidos.

Figura 08 - Navio Fjord sendo carregado de monazita em Guarapari



Fonte: Acervo da Biblioteca Central da UFES.

Na década de 1980 a extração e exportação das areias monazíticas de Guarapari, que era quase insignificante neste período, é definitivamente encerrada. Foi o prefeito Graciano Espíndula Filho, na sua gestão de 1983 a 1988, que conseguiu proibir a extração das areias e buscou investimentos em infraestrutura e turismo, visando tornar o balneário em um grande

destino para o tratamento de pessoas com diversas doenças graças às propriedades terapêuticas das areias das praias. (Anexo E).

As propriedades terapêuticas das areias de Guarapari já eram divulgadas desde a década de 1940, porém nada se fez para estimular seu uso. Nenhuma administração se preocupou em desenvolver infraestrutura de atendimento aos banhistas, o uso terapêutico das areias foi durante décadas negligenciado em detrimento a sua exploração para fins nucleares.

Na década de 1960 o setor hoteleiro se alia com os poderes públicos para “inventar” um novo uso das praias, com novas práticas e novos olhares, nascerá a partir deste período a “Guarapari: Cidade Saúde”. A ampla divulgação mudará a frequência das praias e irá transformar radicalmente o espaço costeiro, criando-se orlas e iniciando um processo de urbanização sem precedentes, que perdura até os dias atuais nas praias mais afastadas do centro do município.

4.4 – Guarapari como “Cidade Saúde”: turismo e ideologia (1950-1980)

O descobridor das *areias terapêuticas* de Guarapari e o seu maior divulgador foi o médico Silva Mello. Tendo estudado o *Radium* (elemento químico Rádio) no início do século XX na Alemanha, quando este metal radioativo foi descoberto e utilizado em pesquisas energéticas e medicinais, ele participou de diversos estudos sem saber de sua existência em Guarapari, tendo descoberto posteriormente que este metal estava presente nas areias das praias deste município.

Em seu consultório no Rio de Janeiro, o Dr. Silva Mello ouvia com frequência os seus pacientes falarem de Guarapari, uma cidade próxima à Vitória e que ele ainda não havia conhecido. Em 1935 ele e sua família embarcam de navio para Vitória e de lá seguem de carro para Guarapari, onde ficam hospedados por alguns dias. Suas primeiras impressões o deixaram muito admirado e esperançoso sobre o futuro desta cidade, como se verifica na descrição de suas impressões:

Verifiquei que o clima da região era excelente, havendo muita gente de idade avançada e de boa saúde, muitos habitantes falando das propriedades de Guarapari para o tratamento de determinadas moléstias. Eu encontrava na natureza o que conhecia de laboratórios e pude prever com absoluta segurança que essa dádiva da natureza, teria um futuro de proporções inacreditáveis (MELLO, 1971, p.6)

Em suas narrativas nos artigos por ele escrito, Silva Mello sempre descreve uma cidade ainda provinciana, com casas e terrenos quase sem nenhum valor, parecendo estar em decadência ou até mesmo abandonada. O único hotel da cidade, onde o médico se hospedou, estava sem as mínimas condições de receber hóspedes, tendo ele que sair para comprar roupas de cama e fazer a limpeza do quarto.

Ao constatar que havia descoberto algo que pudesse mudar a história da cidade, Silva Mello decide convocar a população para alertá-los do futuro, como consta em seus escritos:

Todos os habitantes ficaram sabendo que um futuro espantoso esperava por Guarapari, cada um dos seus proprietários, de terra ou de casa, sendo possuidor de uma fortuna, que deveria surgir proximamente. Isso foi dito numa reunião em praça pública, na qual tomaram parte algumas dezenas de habitantes, os mais importantes da localidade. Avisei-os que nada vendessem, pois, em breve, iria escrever sobre o que lhes acabava de comunicar, acrescentando que eu próprio nada aceitaria da Prefeitura nem compraria qualquer propriedade, não deixando também que qualquer parente o fizesse. Eu queria que a minha opinião não desse lugar a dúvidas e suspeitas, que pudesse haver qualquer interesse financeiro motivando a minha propaganda. A minha situação pessoal era vantajosa e folgada e jamais fizera eu um negócio na vida, toda a minha atividade havendo sido sempre de caráter puramente médico-científico. Na verdade, se tivesse querido, poderia ter adquirido todas as casas da cidade e alguns quilômetros da sua circunvizinhança por pouco mais de uma centena de contos, como alguns habitantes da cidade puderam calcular com segurança. O nosso hotel, que se encontrava onde está hoje o Edifício Caparaó, ocupando porém área muito maior, talvez mais do dobro da desse prédio, foi-nos oferecido por oito contos, assim como por vinte alguns alqueires da zona que se encontra atualmente o bairro Ipiranga. Isso sem contar ofertas gratuitas da Prefeitura, com grande insistência por parte do seu prefeito, Antônio Cláudio Coutinho, que se tornou um dos nossos grandes amigos, ele e toda a sua família, da esposa e filhos -aos netos atuais... (MELLO, op. Cit., p.7-8).

Nos relatos do Dr. Silva Mello, onde ele afirma ter alertado a população em praça pública, percebe-se a sua convicção de que o balneário teria um futuro promissor, passando de uma cidade quase abandonada para uma grande estação balneária de cura. O seu encanto nesta primeira visita foi tamanho que, ele decide escrever aos jornais sobre Guarapari e retornar outras vezes a cidade, acompanhando a sua evolução como consequência de sua propaganda sobre as possibilidades de curas de reumatismos diversos.

4.4.1 – A divulgação da “Cidade Saúde” em âmbito nacional e suas repercussões

Para se compreender a invenção da “Cidade Saúde” torna-se necessária uma análise do discurso vinculada nos jornais e revistas científicas acerca das praias de Guarapari e das propriedades terapêuticas das suas areias radioativas. Esses escritos, de ampla circulação

nacional, foram os responsáveis pela “descoberta” de Guarapari enquanto estação de cura para diversos enfermos do país.

Em consequência da divulgação das propriedades terapêuticas, surge no balneário uma frequência de visitantes que, ao aumentar com o passar do tempo, vai fazer desenvolver na cidade todo um conjunto de infraestrutura necessária para a estadia dos doentes, como meios de hospedagem e de alimentação.

A maioria dos artigos do Dr. Silva Mello foram publicados na *Revista Brasileira de Medicina*, por ele fundada em 1944, assim como na revista “*O Cruzeiro*” e nos jornais “*A Gazeta*” e “*Jornal do Brasil*”.

O primeiro artigo sobre Guarapari, e o que mais repercutiu, foi publicado no *Jornal do Brasil* em 19 de abril de 1939 e, posteriormente publicado na *Revista Brasileira de Medicina* no seu número de novembro de 1944, acompanhado de fotografias do balneário. Nesta revista, foram posteriormente publicados diversos artigos referentes a Guarapari, todas de caráter científico, especialmente médico e terapêutico.

Em seu primeiro artigo sobre Guarapari, o Dr. Silva Mello assim a descreve:

“GUARAPARI: UMA RELEVAÇÃO

Há quase 10 anos, aportei, pela primeira vez, a Guarapari, uma pequena praia de banhos, no Espírito Santo, a 60 quilômetros de Vitória. Lá passei então as férias de verão e a permanência foi tão salutar, tão cheia de encantos e surpresas, tão benéfica para o corpo e para o espírito, que de novo para lá voltei diversas vezes, em procura de tão excepcional vilegiatura.

A descoberta foi quase casual, dum simples curioso, interessado em conhecer terras e costumes do país. Nunca ouvira falar em Guarapari, que é também desconhecida de todos com quem depois falei no Rio a respeito de tal localidade. Mesmo no Espírito Santo e na própria Vitória, eram poucos os que a conheciam pessoalmente. Da primeira vez, o Touring Club nada soube informar-me sobre ela, e, escrevendo ao proprietário dum hipotético hotel, recebi a resposta da sua existência real, embora numa casa em ruínas, sem banheiro, sem água nos quartos e rara também no chuveiro, ausência de todo e qualquer conforto, tudo no mais baixo grau de primitivismo. O proprietário, com surpreendente honestidade, informara tudo isso, asseverando que o hotel era inabitável para um doutor da cidade. E a realidade não ficou abaixo de tão absoluta honestidade. Mas, se era quase impossível descer a um nível mais baixo de desconforto e simplicidade, houve, por outro lado, tanta boa vontade, foi tudo tão natural e verdadeiro que bastou isso para compensar todas as faltas e insuficiências. A cozinha era composta quase que somente de produtos do mar, desde a lagosta, o camarão, a ostra e os mariscos, até os mais variados peixes, todos de absoluta frescura, pescados quase no momento, sem qualquer contato com gelo, a princípio ainda inexistente na região. Das outras vezes, encontrei o hotel melhorado e até outros na pequenina cidade, que, seguramente, há de se tornar uma das estâncias mais célebres e procuradas do Brasil.

Guarapari representa uma verdadeira maravilha pelas suas praias abertas sobre o Atlântico. Praias de areias alvas, de vagas tranquilas de água tão límpida e transparente que nos reflete a própria imagem no seu fundo e deixa ver o contorno nítido das pedras submersas. Nada de ondas enfurecidas, de dias em que os banhos se tornam impossíveis. As crianças brincam na água, boiando como em lago tranquilo,

de ondas calmas e amigas. Mas o que torna Guarapari verdadeiramente surpreendente são os relevos das suas costas, a disposição das suas curvas e enseadas, dos seus rochedos avançando pelo mar. Tudo lembra a Côte d'Azur, numa semelhança muito autêntica, em perspectivas admiráveis, das mais lindas que é dado ao homem contemplar. E também as águas variam nos tons diversos do verde e do azul, não raro orlados pela espuma branca do quebrar das ondas. Uma verdadeira maravilha, mesmo para nós, que estamos habituados com o mar e vivemos dentro da nossa incomparável Guanabara.

Aliás, em comparação com as praias da Côte d'Azur, as célebres de Nice, Cannes, São Rafael, Juan-les-Pins e outras que fazem o orgulho dos franceses da costa do Mediterrâneo, apresenta ainda Guarapari sobre elas vantagens e superioridades, no sentido de serem mais extensas as suas praias, mais alvas as suas areias, mais limpas as suas águas. Tudo isso já bastaria para tornar Guarapari uma estação balneária excepcional, igual e talvez superior às melhores do mundo. E isso também porque Guarapari, além das condições indicadas, possui ainda em abundância areias monazíticas, ricas em cério e tório, de mistura com zincônio e ilmenita. E a abundância de tais areias é de tal ordem que se prestam a grande exploração industrial, sendo exportadas em larga escala para países estrangeiros. E é fácil reconhece-las nas praias, em filões amarelos e pretos, de areia compacta, pesada como metal. A amarela, monazítica; a preta, rica em ferro magnético e titânio.

É problema ainda saber exatamente a influência que tais substâncias podem ter sobre o organismo humano e animal, estabelecer seu valor terapêutico, descobrir todas as suas virtudes curativas. Dos 80 elementos existentes na natureza, há 32 na água do mar, alguns deles, dos mais raros, abundando em Guarapari. Tudo isso constitui problema científico da mais alta relevância, cuja solução pode transformar Guarapari num lugar único do mundo, verdadeiramente excepcional, sob múltiplos aspectos. O que sabemos, por enquanto, tendo sido por nós próprios verificado, é da ida para lá de grande número de doentes, principalmente do sistema nervoso, que se restabelecem com extraordinária rapidez. E também no lugarejo existem velhos de idade avançada, alguns pretendendo ter excedido idades de um século. Vi um homem de 78 anos, que me disse viver ainda como rachador de lenha.

Do lado histórico, Guarapari desperta igualmente interesse, tendo sido fundada em 1585 pelo Padre Anchieta. A velha igreja é dessa época e muitos dos poços de água doce existentes foram construídos pelos jesuítas. Encontram-se ruínas duma fortaleza e ainda canhões antigos, atirados pelos pastos. A 30 quilômetros está Anchieta ou Benevente, de semelhante topografia, já decantada por poetas e para onde se retirou Anchieta, quando já doente e cansado, tendo lá vivido muitos anos do final da sua vida. A região está cheia das suas obras e recordações, que merecem ser investigadas pelo nosso Patrimônio Histórico.

O clima de Guarapari é excelente, não havendo os grandes calores do nosso verão; durante todo esse tempo a brisa é contínua, há grande frescura na sombra das árvores, as noites são magníficas e não há mosquitos. A água potável vem das montanhas e é puríssima e saborosa. Excelente iluminação elétrica.

Pois bem, apesar de todos esses recursos naturais, do excepcional da sua situação, do surpreendente das suas perspectivas, lá está Guarapari ignorada e abandonada, desconhecida da população e do governo, esperando o milagre que tão facilmente pode torná-la numa das grandes maravilhas da nossa terra. Que os governos e os particulares se inteirem da maravilha e para lá canalizem os capitais necessários e indispensáveis. Poços de Caldas serviu como experiência e o exemplo precisa ser renovado e imitado. Os frutos já apareceram aí em toda a sua pujança. *Guarapari está talhada para uma nova e surpreendente experiência*. O perigo é, antes, do plano ser diminuto ou mesquinho. A obra a ser realizada precisa ser de vulto e grandiosa, para estar à altura da dádiva da natureza. Uma inversão de capital, de grandes capitais, num projeto dessa ordem, é tarefa de alto patriotismo, que precisa ser realizada pelos homens de governo, cuja função maior é encontrar solução para os problemas que, sendo de utilidade pública, ainda aumentam a sua grandeza.

É nesse sentido que escrevemos as presentes linhas, julgando, pelo que vimos e observamos, que Guarapari está talhada para uma estação balneária de primeira ordem, tão verdadeiramente única e excepcional que deve, por isso, receber também do governo auxílios únicos e excepcionais. E tal solução, útil, necessária, indispensável, não pode deixar de ser coroada dos mais decisivos resultados econômicos.

Pelas condições climáticas que oferece e pelas suas praias de areias radioativas, talvez as únicas existentes no mundo, pode Guarapari ganhar fama universal e tornar-se centro de tratamento para doentes do mundo inteiro. É uma profecia, mas que tem fundamento muito científico (MELLO, op. Cit., pp. 21-24).

O documento acima transcrito, embora não seja um texto publicitário, constitui o marco zero da invenção de Guarapari como “cidade saúde”. No início da década de 1940, no período em que se extraía as areias para fins nucleares, as suas propriedades terapêuticas foram divulgadas pelo país inteiro. Naquele momento histórico Guarapari tornou-se palco de um duplo interesse, uso das areias para fins nucleares nos Estados Unidos e uso das areias para fins terapêuticos para os doentes brasileiros. Durante duas décadas (1940-1950) esses dois usos que as areias apresentam para a sociedade irão existir no mesmo espaço, a extração para fins nucleares predomina até o final da década de 50 para posteriormente entrar em declínio e perder espaço para o uso terapêutico.

O artigo do Dr. Silva Mello constitui um documento bastante claro quanto aos objetivos do seu autor: divulgar as propriedades terapêuticas das areias radioativas de Guarapari e transformar esse balneário em um centro de tratamento para doentes do mundo inteiro, o que atualmente denomina-se de “turismo de saúde”.

A descrição contida no artigo ilustra bem as características da cidade neste período. Primeiramente o autor afirma que Guarapari era desconhecida dos cariocas e até mesmo de capixabas, fato que prova o seu relativo isolamento até mesmo no próprio estado. A descrição do único hotel da cidade, de suas condições físicas, atesta este isolamento e a aparência de cidade abandonada, como afirma o autor.

Ao descrever as paisagens físicas de Guarapari, o autor compara suas praias às célebres praias da Côte d’Azur, famosas até os dias atuais, com frequentações turísticas cada vez mais surpreendentes. A admiração do autor é tamanha que, ao comparar as praias francesas onde nasceu o turismo e a vilegiatura com as de Guarapari, ele deixa bem claro a superioridade das praias por ele recentemente descobertas. Segundo ele, “... *tudo isso já bastaria para tornar Guarapari uma estação balneária excepcional, igual e talvez superior às melhores do mundo*”.

Ainda no referido artigo, o autor afirma várias vezes que Guarapari está destinada a se tornar uma estação balneária conhecida mundialmente. Considerando que Silva Mello conhece

outros balneários Europeus famosos, assim como alguns de seus leitores, esta visão de futuro ganha credibilidade em diversos tipos de públicos, médicos, doentes, governo e habitantes locais que, a partir deste momento, tomam consciência da especificidade de Guarapari, que segundo o autor pode tornar-se um centro de tratamento para doentes do mundo inteiro.

Ainda neste mesmo número da *Revista Brasileira de Medicina*, outro artigo é publicado, escrito em francês, pelo Barão Leopold d'Adrian, antigo Embaixador da Áustria. Na realidade, este artigo constitui uma carta escrita pelo Barão dirigida a um amigo no Rio, enquanto ele esteve numa estadia em Guarapari para um tratamento.

A carta publicada torna-se interessante ao se observar a espontaneidade do autor. A “propaganda” por ele feita ganha muita credibilidade pois o diplomata tornou-se célebre na Europa e ele era um grande conhecedor das melhores termas e estações balneárias europeias.

Ao seu remetente no Rio, assim o Barão d'Andrian descreve sua estadia em Guarapari: “Caro amigo,

Você, como ocorre com tanto europeu que nesta terra goza de generosa e doce hospitalidade, leva uma vida encantadora e um tanto indolente, vendo passarem os dias, inebriado nos aromas sutis e envolventes de sua sedutora capital. Quando muito, acossado pela canícula impiedosa, um estágio em Petrópolis ou uma pequena excursão no Cruzeiro do Sul, rumo à grande capital das indústrias e comércio – São Paulo! Mas, agindo desta maneira, o amigo se achava impossibilitado de imaginar sequer todas as maravilhas que abriga este enorme e misterioso país, que lhe deu guarida. Ânimo! E deixe por algum tempo os jardins de Arminda, venha conhecer um lugarejo dos mais singulares e não muito distantes daí, 24 horas de trem, positivamente, pouco representa em distância para o Brasil.

Aqui me acho em tratamento. É uma pequena vila que brevemente gozará foros de cidade no Brasil e, quiçá em futuro bem próximo, uma das estâncias mais notórias nas Américas e mesmo na Europa. Chama-se Guarapari! E que lindo nome! Dista apenas 2 horas de Auto de Vitória, a capital do Estado do Espírito Santo, cuja baía, juncada de ilhas e promontórios verdejantes, lembra com laivos de doçura e jovialidade a Baía de Guanabara, tão celebrada em todas as línguas civilizadas. Já Guarapari nos leva a recordar das paisagens marinhas da Côte d'Azur, superando-as porém com vantagem. Suas praias são incomensuravelmente mais extensas do que as nossas do sul da França. A qualidade da vegetação é tão diferente! As árvores e as suas flores ostentam a exuberante prodigalidade do esplendor tropical. Paira no ar uma suavidade que lhe é dada por uma temperatura sempre constante. Durante todo o ano, o clima se conserva equidistante do calor abrasador e do frio, fazendo lembrar aquelas ilhas abençoadas do Pacífico, hoje refúgio predileto dos milionários americanos.

No dizer de seus moradores, não há doenças aqui neste recanto de felicidade e o número de nonagenários é muito maior do que na capital e no interior do estado. Entretanto, o que torna notável esta pequena cidade, encrustada a beira do oceano e envolta numa serena paisagem tropical é a qualidade da areia, ou melhor, das diferentes espécies de areias, que recobrem suas praias. A realmente, de permeio à areia comum, semelhante à de nossas praias da Europa, grandes extensões de uma areia amarela, com reflexos dourados, ricas em tório, mineral grandemente radioativo e uma areia negra, onde a ilmenita é encontrada em grandes proporções. Suas propriedades radioativas ultrapassam sobejamente as das termas mais afamadas da Europa. Atuam, evidentemente, com grande eficiência sobre o organismo doente e em particular nos reumáticos, gotosos, neuríticos, e em toda espécie de artríticos. Fala-se

em casos surpreendentes de cura e tive oportunidade de ver, com os meus próprios olhos, um funcionário da polícia que, ao chegar, arrastava as pernas amparado em muletas e ao termo de três semanas, recobrou completamente a firmeza, caminhando normalmente. Eu mesmo, velho e inveterado peregrinador das termas de maior renome da Europa, e sem resultados convincentes, senti já no meu oitavo banho conjugado de areia e de mar uma acentuada melhora de meu estado de saúde. As notícias de curas extraordinárias se propagaram a todo o Estado e centenas de doentes acorrem à Guarapari, apesar de suas instalações ainda um tanto primitivas. Essas mudarão certamente e com brevidade, haverá palácios, cassinos, e tudo que as praias modernas podem oferecer aos seus frequentadores. No momento o que existe, além de suas areias milagrosas, é um clima de uma amenidade sem par, sem os extremos de calor e frio; uma população amável e acolhedora; uma comida simples e sadia, baseada sobretudo em produtos do mar, sempre frescos e de um sabor requintado. Eu recomendo, principalmente aos gastrônomos, um pequeno restaurante situado perto do desembarcadouro, onde se saboreia lagostas e camarões dignos de Prunier e também uma salada de palmitos, prato delicioso, que se procuraria em vão em Paris. E a refeição pode ser acompanhada de um vinho do Brasil, perfumado e inebriante. A tudo isso se soma o custo de vida, que é uma modéstia espantosa. Eis as características de uma terra promissora que, por suas vantagens específicas e pela lei dos contrastes, deverá exercer uma influência altamente salutar para o corpo e a alma de pessoas excessivamente civilizadas e já fatigadas como você e eu...

Aqui o aguardo e insisto para que faça sua primeira viagem neste Brasil que você desconhece. Será muito bem recebido e encontrará na pessoa do prefeito, Sr. Edízio Cirne, um jovem cheio de energia e inteligência, sempre solícito em satisfazer os legítimos desejos do estrangeiro que se encontram em seu distrito, e em contribuir para o desenvolvimento de Guarapari. Adestrador, então, e animado por esta primeira viagem, você empreenderá outras, mas longa e estafantes talvez, porém tão atrativas, penetrando afundo neste imenso e estranho país, de aspectos múltiplos e variáveis, que vai da terra gaúcha às florestas virgens, onde viceja a mais rica e extraordinária vegetação dos cinco continentes, e onde sulcam os mais caudalosos rios do nosso planeta.” (MELLO, op. Cit., pp. 21-24)

Na descrição de Guarapari feita na carta, novamente encontra-se a crença de que a pequena vila tornará uma das estâncias mais notórias do mundo. O fato dos dois autores supra citados já terem frequentado estações famosas nos fornece credibilidade na crença de suas palavras. Verifica-se nos dois documentos transcritos que a projeção para Guarapari era de se tornar mundialmente conhecida, e não apenas uma estação de cura local.

Outra semelhança nas descrições dos autores é a comparação de Guarapari com as famosas praias da Côte d’Azur, sendo o balneário capixaba superior às praias francesas tão admiradas por turistas do mundo todo. Na realidade a superioridade se dá pelo fato de Guarapari ter, além das belezas naturais que as praias francesas têm, propriedades terapêuticas únicas no mundo, pois os minerais aqui presentes não são encontrados na Europa.

Nos dois artigos publicados na mesma revista, as duas descrições convergem em relação as instalações precárias da cidade para receber o visitante. A ideia que o leitor retém nos artigos é de uma cidade pequena e pacata, onde ainda não existe estrutura de acolhimento aos futuros visitantes.

Guarapari torna-se novamente espaço de análise em um outro artigo também publicado na *Revista Brasileira de Medicina*, agora no ano de 1947. De autoria de Silva Mello e seu assistente Ernesto Llopart de Castro, o artigo intitulado “A tragédia da saúde no Brasil rural: observações feitas em Guarapari” vai novamente descrever a cidade, com suas especificidades, e com um fluxo cada vez maior de visitantes em busca de cura para suas enfermidades.

São descritos no artigo 14 casos de doentes analisados pelos autores, nenhum deles de origem reumática. O documento tem ares de revolta com a saúde pública no país, mostrando casos de doenças que poderiam ser curadas e vidas que poderiam ter sido salvas se houvesse na época condições de deslocamento dos doentes ou até mesmo de atendimento e tratamento médico adequado.

Já em sua visita a Guarapari no ano de 1946, o Dr. Silva Mello percebe um certo desenvolvimento na cidade. O prefeito da cidade, Roberto Calmon, realizou várias obras de desenvolvimento urbano no balneário. Neste ano, verifica-se que as ruas estão calçadas com lajotas, que a energia elétrica vem sendo cada vez mais difundida na cidade e que diversas obras de saneamento estão sendo executadas.

O desenvolvimento da cidade pode ser acompanhado por Silva Mello ao longo de suas visitas verificando o aumento populacional da cidade. Se em 1935 Guarapari contava com apenas poucas centenas de habitantes, em 1960 a população era de 3.900 habitantes, passando para 10.000 no ano de 1965. Neste ano, durante o período de veraneio, a população do balneário triplicava, fruto da divulgação e do desenvolvimento urbano da cidade.

Em meados da década de 1960, o Dr. Silva Mello assim constata a evolução da infraestrutura de acolhimento de Guarapari:

As pensões e os hotéis têm-se multiplicado de maneira extraordinária, todos sempre aumentando capacidade e a melhoria de suas instalações. Alguns já são de primeira categoria, mesmo para visitantes vindo do estrangeiro. Os cafés, os bares, sorveterias vão surgindo por todos os cantos, assim como casas de comércio, de modas, jornais, farmácias, bancos, restaurantes, inclusive peixadas e pratos regionais recomendáveis, cinema, boates, cassinos, organizações esportivas, além das do governo, compreendendo Câmara Municipal, Fórum, Coletorias, Correios e Telégrafos, Administração do Porto, escritórios e outras instalações ocupadas com comércio e o aproveitamento das areias monazíticas e outros produtos minerais (MELLO, op. Cit., p.53).

Na citação (SILVA, 1960), é possível constatar as consequências da divulgação de Guarapari como “cidade saúde”. O próprio Silva Mello fez a constatação da evolução do desenvolvimento de Guarapari nas décadas em que ele frequentou. Houve um relativo aumento populacional, seguido de uma frequência de visitantes também crescente, em busca de cura.

As novas instalações comerciais e administrativas confirmam o grau de desenvolvimento do balneário em duas décadas. Houve preocupação dos setores privados e públicos em fornecer infraestrutura necessária para atender o crescente aumento populacional e de visitantes.

O desenvolvimento urbano de Guarapari, constatado pelo próprio médico Silva Mello, deixou-o revoltado, levando-o a censurar o que estava ocorrendo com a cidade, ou seja, o oposto por ele desejado na época do seu “descobrimento”. Em outubro de 1954 ele escreve mais um artigo sobre Guarapari na *Revista Brasileira de Medicina*, onde deixa claro a sua indignação com o que aconteceu com o balneário:

“OS BÁRBAROS DE GUARAPARI

Em princípios de junho de 1954, depois duma ausência de alguns anos, estive novamente em Guarapari, onde permaneci durante uma dezena de dias. A cidade desenvolveu-se espantosamente, havendo um hotel de grande categoria e preços muito elevados, além de diversos outros mais modestos, alguns com bastante conforto. O mar, as praias e a cidade encontram-se no mesmo lugar, embora tenha essa última sofrido profundas transformações. O prognóstico que lancei em 1936 foi confirmado, assim, completamente, de maneira absurda, em toda a sua extensão. O número de casas e ruas aumentou extraordinariamente e os terrenos valorizam-se de maneira prodigiosa.

Quando lá estive, pela primeira vez, poderia ter comprado todas as casas da cidade, todos os terrenos da circunvizinhança, inclusive dezenas de alqueires das imediações, por quantia insignificante, seguramente pouco acima de cem contos de réis. Percebi o futuro espantoso que estava reservado àquela região, chamei a atenção dos habitantes para a fortuna que tinham nas mãos e logo em seguida publiquei, em *O Jornal*, estas mesmas impressões, chamando ainda a atenção do governo para o futuro que aguardava aquela região. Foi o que repeti mais tarde, alguns anos depois, nesta *Revista*, onde tenho publicado diversos trabalhos sobre as virtudes curativas das suas areias monazíticas. No número de novembro de 1944, escrevi textualmente, depois de mencionar as maravilhas da localidade:

“Pois bem, apesar de todos esses recursos naturais, do excepcional da sua situação, do surpreendente das suas perspectivas, lá está Guarapari ignorada e abandonada, desconhecida da população e do governo, esperando o milagre que tão facilmente pode torná-la numa das grandes maravilhas da nossa terra. Que os governos e os particulares se inteirem da maravilha e para lá canalizem os capitais necessários e indispensáveis. Poços de Caldas serviu como experiência e o exemplo precisa ser renovado e imitado. Os frutos já apareceram aí em toda a sua pujança. Guarapari está talhada para uma nova e surpreendente experiência. O perigo é, antes, do plano ser diminuto ou mesquinho. A obra a ser realizada precisa ser de vulto e grandiosa, para estar à altura da dádiva da natureza. Uma inversão de capital, de grandes capitais, num projeto dessa ordem, é tarefa de alto patriotismo, que precisa ser realizada pelos homens de governo, cuja função maior é encontrar solução para os problemas que, sendo de utilidade pública, ainda aumentam a sua grandeza. É nesse sentido que escrevemos as presentes linhas, julgando, pelo que vimos e observamos, que Guarapari está talhada para uma estação balneária de primeira ordem, tão verdadeiramente única e excepcional que deve, por isso, receber também do governo auxílios únicos e excepcionais. E tal solução, útil, necessária, indispensável, não pode deixar de ser coroada dos mais decisivos resultados econômicos. Pelas condições climáticas que oferece e pelas suas praias de areias radioativas, talvez as únicas existentes no mundo, pode Guarapari ganhar fama universal e tornar-se centro de

tratamento para doentes do mundo inteiro. É uma profecia, mas que tem fundamento muito científico.”

Pouco tempo depois, voltei a Guarapari e os efeitos da primeira publicação já se estavam fazendo sentir. Começava a haver interesse pela localidade e o prefeito insistiu para que eu aceitasse um terreno ofertado pela municipalidade, à minha escolha, no melhor lugar das praias. Recusei e, logo depois, recebi manifestação pública da população, realizada festivamente na Câmara Municipal, na qual tive ocasião de repetir o que dissera a respeito do prodigioso futuro da cidade. Declarei que a valorização dos terrenos e das propriedades iria ser espantosa e que nada vendessem, que aguardassem tal valorização, que seria muito rápida.

No meu discurso, proferido diante de quase toda a população, declarei o que já era de conhecimento dos meus amigos de Guarapari, gente simples e afetuosa, à qual muito me afeiçoei. Repeti que não compraria terreno algum na localidade ou em suas imediações e evitaria também que qualquer parente ou amigo o fizesse. Por quê? Simplesmente para que todos tivessem a prova de que eu era sincero, de que não era movido por qualquer interesse material subalterno, de que a minha propaganda não tinha um móvel oculto, era apenas consequência dos meus conhecimentos científicos, conhecimento que eu havia alcançado como assistente do Instituto de Radium da Universidade de Berlim, onde trabalhei por longo tempo, publicando diversos trabalhos sobre os efeitos biológicos da radioatividade. A minha “descoberta” de Guarapari não passava de uma simples aplicação científica desses meus conhecimentos. Nessas condições, como médico e homem de ciência, não me ficava bem, era contra a própria ética, explorar comercialmente tal possibilidade. Sabem que Alexander Fleming, o descobridor da penicilina, não quis enriquecer-se com a sua portentosa descoberta, que tem feito correr centenas de milhões para o bolso de industriais e comerciantes?

Estou contente de haver tomado essa atitude em relação a Guarapari, cumprindo um dever de dignidade quanto aos nobres desígnios da ciência, da qual não passo de servo humilde e reverente. Também, por isso, conservei a liberdade de dizer agora as coisas como elas são, sobretudo quando Guarapari se transforma numa cidade de grande desenvolvimento. Dizer as coisas erradas ou monstruosas que por lá acabo de encontrar e que justificam o título desse artigo, classificando de bárbaros ou vândalos os seus ingênuos e acanhados realizadores.

Passemos aos fatos. Construíram uma ponte para ligar o continente à cidade, dando passagem a autos, caminhões, carroças e pedestres. Até aí, a travessia operava-se por meio de balsas e canoas, que transportavam veículos e pessoas. Essa travessia, um dos grandes encantos da cidade, garantia-a contra o trânsito comercial e fornecia à população um belo passatempo, que consistia em esperar no cais a chegada dos recém-vindos. Tudo isso acabou. A cidade tornou-se burguesa, poeirenta, barulhenta, igual a qualquer outra, perdendo o que tinha de mais simpático, bucólico e característico. Foi um verdadeiro crime de arte e bom gosto, crime contra o homem e a natureza, que só os burgueses, os piores burgueses poderão aplaudir. Mas, como eles são numerosos e obstinados, lá está a ponte para contentá-los e estragar Guarapari. Quero lembrar que em Paquetá não podem circular automóveis, apensar da ser uma ilha bastante populosa. Princeton, a célebre cidade universitária dos Estados Unidos, onde vivem Einstein e outros sábios, não tem indústrias, que foram removidas, assim como a própria estrada de ferro, para longe da cidade. Se não quiserem desmanchar a ponte – que, pelo menos, desviem o trânsito de automóveis e caminhões da cidade, sobretudo das praias e das ruas centrais, talvez conduzindo-o por uma avenida à beira do cais, em direção ao interior.

Medida que julgo de grande importância é que as ruas e praças sejam dispostas de tal maneira que possam ser favorecidas no verão pela aragem vinda do mar. Do contrário, pode acontecer de haver casa e recantos fechados, quentes e mal ventilados, como já pude verificar em certas zonas.

Em relação à Praça do Cais, tive a terrível decepção de verificar que árvores quase seculares que aí existiam foram cortadas e no seu lugar plantados arbustos

insignificantes, finos, quase como palitos, dos quais a maioria já morreu. A praça era relvada, tinha um tapete fino de grama natural, que foi arrancada para plantar-se a dos jardins artificiais. No centro, construíram em cimento uma espécie de pequeno bidê, uma ofensa para os olhos e a dignidade da cidade. Bem perto da praça, existem ainda algumas jaqueiras seculares, esplendidos monumentos da natureza, que bem merecem a proteção do Patrimônio Histórico, como é o caso em países mais civilizados. Se as cortarem, tomarei comigo próprio o compromisso de nunca mais lá voltar, em humilde protesto contra tamanho ato de vandalismo. É verdade que já outros, semelhantes, foram cometidos contra a maravilhosa Guarapari. Sobre uma das praias, arrasaram uma parte da colina, muito em harmonia com a beleza da paisagem, para construírem, contra o barranco vermelho – uma ferida aberta na terra, sangrando – vilas de terríveis burgueses. Para isso, destruíram ainda um poço multissecular, construído pelos jesuítas, talvez nos tempos de Anchieta! Ainda existem dois deles na cidade, para os quais desejaria a proteção do Patrimônio Histórico, antes que os vândalos e os bárbaros, na sua inconsciência cultural e na sua avidez argentária, possam destruí-los. Fora isso, têm sido distribuídos pelas praias e praças terríveis bancos e postos de luz de cimento armado, tudo muito catita e ignóbil, assim como também têm sido as árvores aparadas, barbeadas, tornando-se ridículas pelo seu artificialismo.

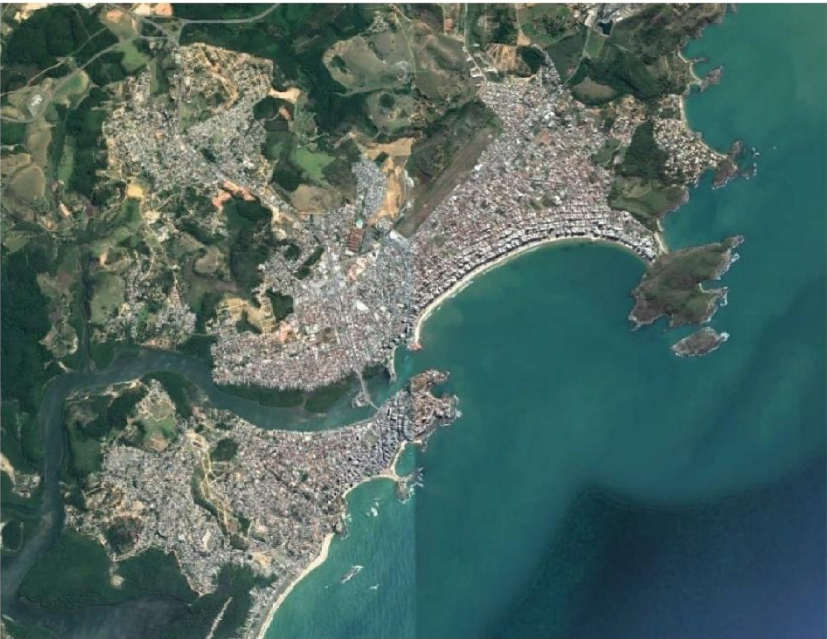
Mas, além dessas, já foram cometidas outras barbaridades. Na praia, no ponto mais belo da paisagem, onde os rochedos se encontram em perspectivas maravilhosas, levantaram um clube, que parece encher os seus membros de orgulho e satisfação. É um trambolho deslocado, fora do lugar, que com seus telhados e as suas paredes quebra as linhas grandiosas do panorama, roubando imponentes perspectivas ao mar e as praias. Quer se esteja dentro d'água ou fora dela, lá está, diante dos olhos, aquele trambolho agressivo, inadmissível, absurdo. Os pequenos rochedos que margeiam o mar, que se cobrem de espuma pelo embate das ondas, um espetáculo belíssimo e imponente, verdadeira maravilha da natureza, tem sido sacrificados para a extração de pedra, tanto para construir aquele mostrengo, quanto para alicerces de vilas burguesas, uma delas já construída a cavaleiro da praia, apenas a alguns metros das Areias Pretas! É mais do que estúpido, é uma ofensa e um desacato! Arranquem o clube dali e plantem-no em qualquer outra parte, ao lado de outros prédios das praias gloriosas, onde os seus membros também poderão dançar e beber aperitivos. Estragar, porém, a natureza, a grandiosa beleza de Guarapari, mais bela que a Côte d'Azur, única no mundo pelo seu mar e as suas areias radioativas, isso é que não está certo nem pode ser tolerado. Também o jogo já invadiu a cidade e é um elemento que somente lhe pode prejudicar. Levem-no para longe, com a ponte, com o clube, deixando as árvores, as praias, o mar, as pedras, que os burgueses são capazes de destruir ou conspuscar, talvez por política e para ganhar votos ou apenas para ganhar dinheiro. Querem um bom conselho? Convidem Burle Max para visitar Guarapari e formular projetos para salvar a sua beleza. Peçam-lhe planos, fechem os olhos e executem-nos cegamente. É a única maneira que vejo para se fugir dos bárbaros e dos vândalos, que já lhe fizeram tanto mal.

O novo hotel é excelente, mas segue a rotina internacional, dando ao cliente aquela mesma comida que é servida no Rio de Janeiro ou em Cartagena, na Suíça ou nos confins dos Estados Unidos. Lá comemos creme de aspargos e, por diversas vezes, a sobremesa foi “pêche melba”. Mesmo o bacalhau com pimentão apareceu naquela praia tão piscosa. Não vimos o feijão, o angu, as comidas de milho, o aipim, os mariscos da terra. Mesmo os peixes daqueles mares apareciam disfarçados em pratos estrangeiros, de feitio internacional. A água da cidade é de sabor excelente, vinda da serra. Foi a primeira vez que estive em Guarapari no inverno, em pleno inverno, sendo a temperatura deliciosa para os banhos de mar e de sol. Havia pouca gente, mas algumas pessoas enterravam-se na areia preta, prova de que a estação pode ser feita durante o ano inteiro, seguidamente. A cidade é fresca no verão e não é fria no inverno. Quem quiser pode ir, que não se arrependerá. Mas se quiser gozar a natureza, ver as maravilhas das suas perspectivas, os grandes panoramas das pedras, das praias, do mar, das árvores, é preciso que se apresse, antes que os vândalos estraguem tudo aquilo, acreditando que estão agindo como civilizados. Num próximo artigo falaremos dos exploradores de Guarapari, que estão exportando as suas areias monazíticas, uma

das coisas mais graves que estão ocorrendo atualmente, dentro do nosso Brasil.”
(MELLO, op. Cit., pp.53-57)

Neste artigo do Dr. Silva Mello, pode-se verificar em suas descrições a evolução do balneário de Guarapari em quase 20 anos. De uma cidade descoberta com apenas um hotel em condições precárias em 1935, em meados da década de 1950 já havia em Guarapari diversos hotéis, provando que o prognóstico do seu descobridor estava certo e que a cidade sofrera profundas transformações. O aumento do número de meios de hospedagem prova o aumento do fluxo de visitantes no destino, fruto da divulgação de Guarapari como “cidade saúde”, lugar único no mundo, com praias mais belas que as da Côte d’Azur e com areias radioativas que curam diversos reumatismos.

Houve também, segundo o artigo em análise, um aumento no número de casas e uma valorização dos terrenos. Trabalhos anteriores (BOUDOU, 2002, 2004) identificam esta fase inicial de crescimento urbano de Guarapari. Houve num primeiro momento o surgimento de casas e prédios próximo às praias do centro (Areia Preta, Castanheira, Praia dos Namorados, Praia das Virtudes e Praia da Fonte), que foram compradas em sua maioria por moradores de Vitória para usos ocasionais nos finais de semana, para vilegiatura (Figura 09). Já num segundo momento (década de 1980), houve um crescimento urbano em direção ao norte de Guarapari, principalmente na Praia do Morro, onde a maioria dos seus investidores são oriundos do estado de Minas Gerais, que frequentam a praia nos períodos de férias. O último processo de expansão urbana se deu em direção ao sul da cidade, na década de 2000, com a especificidade de se construir condomínios horizontais (seguindo a tendência de diversos municípios costeiros do Brasil) exclusivos para a elite dos moradores da Região Metropolitana da Grande Vitória.



Ainda neste artigo de Silva Mello, percebe-se a insistência do autor em reafirmar a singularidade, a especificidade, de Guarapari, única no mundo e onde ele poderia ter adquirido todas as casas da cidade e não o fez por razões éticas. Mesmo indignado com os rumos que a cidade tomou desde a sua “descoberta”, o autor ainda faz questão de citar um trecho escrito por ele em 1944, onde estava completamente deslumbrado com o balneário, que por ter características peculiares, seria uma estação conhecida internacionalmente se ali fosse feito um planejamento e investimentos maciços.

O autor do artigo assume sua participação no futuro da cidade quando afirma que “A minha “descoberta” de Guarapari não passava de uma simples aplicação científica desses maus conhecimentos”. Preferimos, neste caso, falar de “invenção”, onde realmente a divulgação de novos usos das areias radioativas e de práticas nas praias iria mudar radicalmente o destino do balneário, agora conhecido como “cidade-saúde”. Não há dúvidas quanto ao crédito ao Dr. Silva Mello para a “descoberta” de Guarapari a nível nacional, implicando numa forte transformação espacial devido a frequência impulsionada pelos seus artigos convincentes acerca das “maravilhas de Guarapari”.

A revolta do descobridor de Guarapari fica evidente nos adjetivos empregados em seu artigo, ao afirmar que fizeram coisas *erradas* e *monstruosas* na cidade, e que seus responsáveis são *bárbaros* e *vândalos*. Ao comparar a cidade descoberta com a atual, fez-se questão de diferenciar duas realidades opostas, onde a atual “... tornou-se burguesa, poeirenta, barulhenta, igual a qualquer outra, perdendo o que tinha de mais simpático, bucólico e característico. Foi um verdadeiro crime de arte e bom gosto, crime contra o homem e a natureza, que só os burgueses, os piores burgueses poderão aplaudir”.

As transformações espaciais que não agradaram ao descobridor de Guarapari mudaram radicalmente a paisagem por ele conhecida ainda na década de 1930. Uma ponte foi construída para permitir um fluxo maior na cidade, árvores seculares foram cortadas e substituídas por outras, colinas foram ocupadas por mansões, um clube foi construído sobre os rochedos da praia principal e até mesmo um cassino foi construído em frente a praia. Todas essas transformações mudaram radicalmente a vida na cidade, que de “desconhecida” passou a ser “desejada”, por doentes em busca de cura e por uma elite ávida de viver nas praias, ou seja, *balneotropismo* (atração pelas praias).

Outros artigos foram escritos e publicados sobre Guarapari e suas propriedades terapêuticas. O próprio Dr. Silva Mello publicou vários acerca do emprego terapêutico das areias, do clima e dos banhos de mar de Guarapari em diversas enfermidades reumáticas. Os publicados em revistas científicas foram responsáveis pela “revelação” da cidade e deram muita

credibilidade ao balneário, porém a maior divulgação foi feita pelos jornais locais e de outros estados. Mesmo sem falar em turismo e sim de cura, pode-se afirmar que esses artigos foram os responsáveis pelas mudanças radicais ocorridas em Guarapari no período em questão.

O jornal carioca *Última Hora* já publicava em 05 de setembro de 1956 propaganda de pacotes de finais de semana em Guarapari, saindo do Rio de Janeiro, incluindo o voo do Rio de Janeiro à Guarapari e a hospedagem no Hotel Radium. O balneário era divulgado como sendo de praias bonitas, de águas claras, onde havia as célebres areias monazíticas e radioativas indicadas nos tratamentos de reumatismos (Anexo F).

O mesmo jornal *Última Hora* publicou em dezembro de 1956 uma matéria qualificando Guarapari como sendo a praia mais famosa do Brasil (Anexo G). Segundo o artigo, o balneário estava abandonado pelo poder público, visto que ainda existia extração de areia sem nenhuma fiscalização. A reputação de ser “a praia mais famosa do país” fez com que o fluxo de visitantes não cessasse de crescer nos anos seguintes.

A revista *O Cruzeiro*, uma das mais lidas no país na década de 1960, trouxe uma reportagem especial sobre Guarapari em 1º de maio de 1969 (Anexo H). Na matéria fala-se bastante sobre as propriedades terapêuticas das areias monazíticas e são aconselhados hotéis e restaurantes para se curtir as “belezas naturais” da cidade. O crescimento urbano do balneário também merece destaque, onde o autor descreve com semelhança ao artigo do médico Silva Mello as transformações espaciais, e afirma:

Para atender o número cada vez maior de turistas e veranistas que procuram Guarapari, todos querendo ficar o mais próximo possível das praias de areias radiativas, começaram a surgir, sem planejamento algum, os arranha-céus da cidade. O saldo desse crescimento desordenado, hoje, é um trânsito irremediavelmente engarrafado por ruas estreitas que se esgueiram entre as construções, sem nenhum alinhamento, deixando poucas perspectivas de solução (grifo nosso). Mas a maioria dos que vão a Guarapari busca o sossego dos hotéis e os efeitos medicinais da areia monazítica não se sente afetada pelas dificuldades eventuais de circulação. A cidade é limpa e a gente local agradável, o que influencia muito o visitante e contribui para que ele volte nas férias seguintes. (Revista O Cruzeiro, 1º de maio de 1969)

Até o início da década de 1990, Guarapari ainda tinha a fama de “cidade-saúde”. O *Jornal do Brasil* e *Jornal A Gazeta* ainda divulgava suas areias medicinais, porém o número de visitantes para cura entrou em forte declínio devido a saturação urbana da cidade. Aos poucos a cidade que deveria ser visitada para cura tornou-se uma cidade de difícil circulação e com problemas graves para os visitantes, como a constante falta de água nos meses de verão (Anexos I e J).

Com os problemas oriundos da saturação urbana e do grande fluxo de visitantes, as praias com areias monazíticas foram aos poucos deixando de serem desejadas pelos banhistas. O final da década de 1980 e início da década de 1990 marca um período de mudanças nos usos das praias de Guarapari. Neste período, ocorre uma forte urbanização em direção ao norte da cidade, na Praia do Morro, onde não tem-se as areias radioativas.

Com a verticalização dos três loteamentos da Praia do Morro, Guarapari deixa de se tornar um local para cura para ser uma “cidade turística”, investindo agora no chamado “Turismo de Sol e Praia”. Esta constitui a última “invenção” de Guarapari, com novas práticas (lazer) e novas formas de urbanização, que serão mostradas posteriormente.

4.4.2 – O Radium Hotel, símbolo do auge da “cidade-saúde”

Ao fazer uma leitura da paisagem atual de Guarapari, uma *rugosidade* (uma construção) se apresenta como possibilidade de interpretação da produção do espaço geográfico. Trata-se do prédio do antigo Radium Hotel, registro concreto de transformações espaciais pretéritas, fruto de uma sociedade com usos diferentes do espaço em tempos passados, diferentes dos atuais.

O geógrafo Milton Santos desenvolveu o conceito de rugosidade na década de 1970 e 1980, com o objetivo de mostrar o papel importante das heranças espaciais deixadas por sociedades pretéritas nos diferentes períodos da história. Tem-se nesta construção uma marca que ficou no espaço, uma *forma* que desempenhava uma certa *função* em um dado momento histórico (década de 1950) e que no presente não exerce mais a função outrora que originou a sua construção. A função exercida nesta construção revela o significado de Guarapari para uma certa elite, principalmente na década de 1950 e início da década de 1960.

O edifício em questão foi construído pelo estado em 1947, na praia da Areia Preta, para ser uma Escola Naval, mas devido à fama que o município ganhou graças as suas areias radioativas e as suas “belezas naturais”, uma empresa italiana de hotelaria (Bianchi de Hotéis e Turismo) decidiu investir no prédio, arrendando-o por 15 anos e inaugurando-o no ano de 1953. A edificação tornou-se um hotel e a empresa arrendatária montou um cassino.

Segundo Bueno (2011), o hotel cassino era de padrão internacional e disputava qualidade e fama com os grandes hotéis cassinos do Brasil, como o Grande Hotel Araxá (MG), o Hotel Quintadinha (Petrópolis-RJ), o Hotel Guararapes do Recife e o Hotel das Cataratas do Iguaçu.

O Radium Hotel tinha três andares e contava com um total de 140 leitos. Havia duas suítes especiais para as autoridades importantes e dois salões de jogos. A empresa que arrendou e administrou o imóvel possuía três aviões Douglas, com capacidade para transportar 22 passageiros cada, colocados à disposição dos hóspedes e dos jogadores. Os aviões aterrissavam em Guarapari na sexta-feira de manhã e decolavam na segunda-feira às nove horas. O estabelecimento foi tão importante na história de Guarapari que, para atender a demanda do hotel, foram construídos um aeroporto e uma ponte para facilitar ao máximo a vinda de hóspedes (Figura 10).

Figura 10 - O Radium Hotel na década de 1950



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Guarapari

O principal atrativo do hotel era justamente o cassino. Para a sua inauguração, vieram da capital do país diversas personalidades para prestigiar o evento. Posteriormente, vinham para Guarapari a elite política e social do Brasil para jogar no cassino, como por exemplo o Conde Francisco Matarazzo, Maysa Matarazzo, Assis Chateaubriand, Rubem Braga, Carlos Lacerda, Garrincha, e até mesmo o Presidente da República João Goulart e a sua esposa.

Dentre as personalidades da música e do teatro carioca que se apresentavam no Radium Hotel destacaram-se Cauby Peixoto, Ângela Maria, Grande Otelo, Elza Soares e Nelson Gonçalves. Frequentaram também o hotel turistas oriundos de diversos países europeus.

No final da década de 1940 os cassinos foram proibidos no Brasil, durante o governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra. O Hotel Radium desobedeceu a lei por um certo período, permanecendo clandestino e atraindo mais jogadores, pois foi um dos últimos cassinos do Brasil a encerrar suas atividades.

Depois do fechamento do cassino em 1964, o governo não renovou o contrato de concessão e o hotel passou a ser administrado pela Empresa Capixaba de Turismo (EMCATUR). Já no início da década de 1970 o hotel mais bem localizado de Guarapari entrou em decadência e viu seu fluxo de hóspedes diminuir cada vez mais. Em 1992 o Corpo de Bombeiros obrigou o fechamento do estabelecimento devido ao péssimo estado de conservação, que colocava a vida dos hóspedes em risco.

4.5 – Guarapari como “Cidade Turística”: o turismo de massa, sua última invenção (1990-presente)

Já no final da década de 1980, as praias do centro de Guarapari já mostravam-se saturadas. A verticalização das orlas e a ocupação de quase todos os espaços disponíveis para construção fizeram com que os promotores imobiliários e os turistas procurassem outros espaços para investir. A solução encontrada foi a urbanização da Praia do Morro, ao norte de Guarapari, onde durante mais de duas décadas a construção civil não cessou de construir prédios elevados nas primeiras quadras do mar.

No início da década atual, o turismo de massa que caracterizou a Praia do Morro mostrou os seus limites. Com a saturação do espaço e com o surgimento dos problemas ligados ao turismo de massa, o capital imobiliário e a elite da Grande Vitória resolve investir ao sul de Guarapari, em Nova Guarapari ou Enseada Azul, construindo edificações de luxo em frente as praias, assim como condomínios horizontais de alto padrão.

Conforme discutiu BOUDOU (2004) em trabalho anterior, hoje tem-se em Guarapari uma diferenciação espacial nítida nos três espaços turísticos do município. Onde o turismo surgiu, no centro da cidade, tem-se uma frequentação das praias feita pelos moradores locais e pelos primeiros investidores em vilegiatura da cidade, nas décadas de 70 e 80. Na Praia do Morro, ao norte do centro, a maioria das ocupações permanecem ocasionais (nos períodos de

férias), tendo como investidores turistas oriundos de outros estados, principalmente de Minas Gerais e Brasília, sendo esta praia atualmente conhecida como “a praia dos mineiros” (turistas de Minas Gerais). Já nas últimas praias recentemente investidas pelo turismo, ao sul do centro, a ocupação dos imóveis de luxo é quase que exclusivamente de uso ocasional, sendo feita nos finais de semana e férias por parte da elite residente na Região Metropolitana da Grande Vitória.

4.5.1 – Guarapari e o “turismo de massa”: a urbanização da Praia do Morro

Segundo Borgo (2006), o final da década de 1980 e a década de 1990 foram profundamente marcantes na história de Guarapari. Foi justamente neste período que a cidade conheceu uma grande expansão urbana, fruto de um enorme crescimento no setor da construção civil (Anexo K). Muitas pessoas que vinham em Guarapari apenas para o veraneio, resolveram para lá residir definitivamente, gerando uma necessidade de oferta de imóveis e de serviços.

Durante este mesmo período, uma grande crise atingiu a lavoura de cacau nos municípios do sul do estado da Bahia, causada pela queda dos preços do produto no mercado internacional e pelo surgimento da praga chamada “vassoura de bruxa”, que destruiu grandes plantações de cacau na região. Neste cenário, muitos trabalhadores vieram à Guarapari, recrutados ou voluntariamente, para tentar trabalhar e fugir da crise do cacau.

Uma das consequências imediatas da chegada desses trabalhadores em Guarapari foi um crescimento ainda mais desordenado do município, assim como um aumento nos conflitos sociais. O juiz de direito Dr. Silvano Silva relata suas impressões deste período da história de Guarapari:

Sou natural do Rio de Janeiro. Vim para o Estado do Espírito Santo em 1977, quando passei no concurso de juiz. Guarapari tinha apenas um único juiz. O número total de processos não passava de 500. Instalei a 2ª Vara da Comarca de Guarapari em 1983. Todavia, a grande transformação de Guarapari ocorreu no final da década de 1980 e durante a década de 1990. Nesta época, a cidade experimentou um grande crescimento em razão da expansão da construção civil e da rede de comércio e serviços. Esse crescimento entretanto foi desordenado e exerceu profunda influência na administração judiciária da comarca. O período coincidiu com a crise do cacau no sul do Estado da Bahia. Muitas pessoas vieram de lá tentar uma melhor condição de vida como operários da construção civil em Guarapari. Algumas prefeituras de municípios baianos chegavam a fretar vários ônibus para que esses trabalhadores viessem para cá. Todos os dias chegavam inúmeras levadas de migrantes. A maioria dessas pessoas não teve sucesso econômico em Guarapari e hoje reside nos bolsões de pobreza do município. Judiquei durante muitos anos na Vara da Família, Infância e Juventude e pude constatar bem de perto os reflexos sociais gerados por esse súbito e desordenado crescimento de Guarapari. Desordens familiares, problemas com menores, aumento da criminalidade, com destaque para o tráfico de drogas, entre outros. Guarapari

possuía apenas duas varas em 1989, e a comarca era de categoria de 2ª estância. Hoje já possui categoria de 3ª instância e tem 15 varas criadas e 11 instaladas. Eu considero um impacto muito grande para um período de tempo tão curto”. (SILVA, apud BORGIO, op. cit.)

Os principais jornais capixabas relataram nesse período esse duplo fenômeno, de rápida expansão urbana e aumento do número de migrantes e, conseqüentemente, dos conflitos sociais. Alguns bairros que o juiz considera bolsões de pobreza fazem fronteira com o bairro Praia do Morro, fazendo com que a imagem retida pelos moradores do centro e pela elite da cidade, seja de uma praia de turismo de massa, denominada pejorativamente de “praia dos farofeiros”.

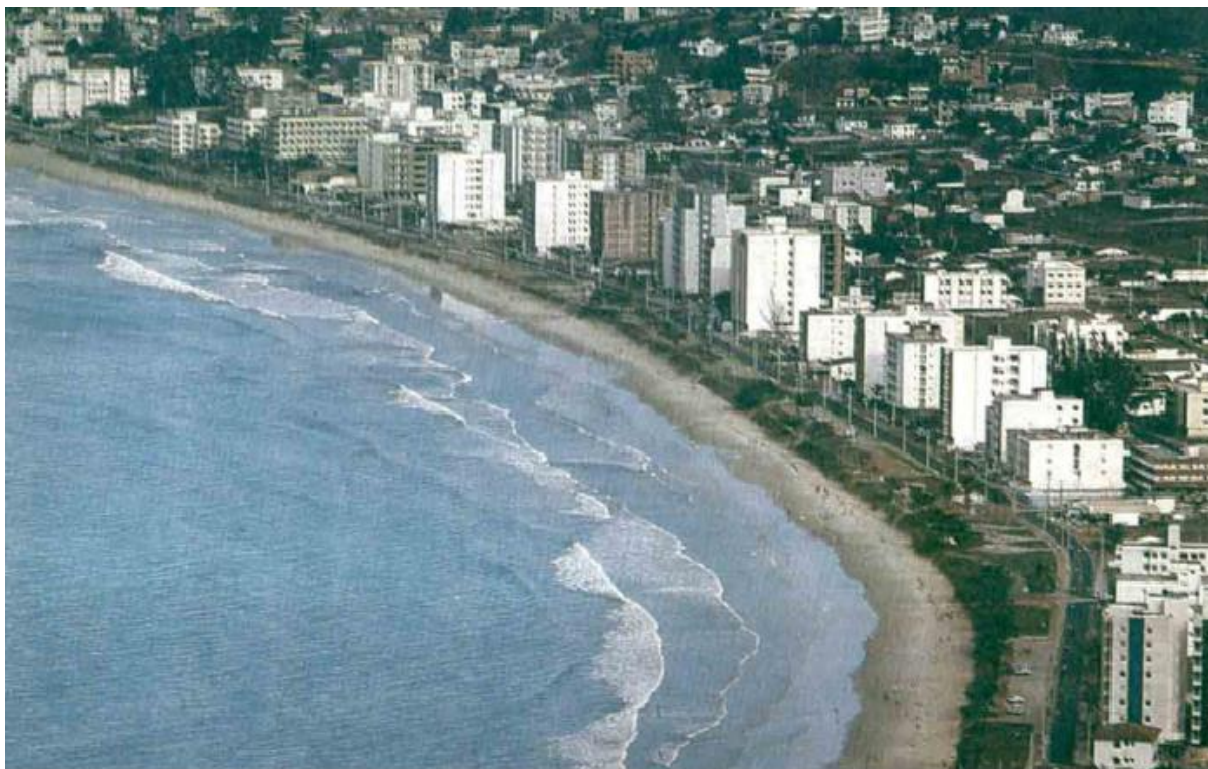
Em seu trabalho, Cirino (2006) pode mostrar a evolução urbana da Praia do Morro no período anteriormente apresentado. As duas fotografias seguintes ilustram bem dois momentos distintos, a praia na década de 1970 sem o investimento da construção civil, e a mesma praia na década de 1980, já com um processo de verticalização da orla desenvolvido (Figura 11 e 12).

Figura 11 - Praia do Morro em 1970



Fonte: CIRINO, 2006.

Figura 12 - Praia do Morro em 1980, início do processo de verticalização



Fonte: CIRINO, 2006.

Na década de 1990 o processo de urbanização da Praia do Morro intensificou-se ainda mais. Com a falta de legislação, de planejamento e de fiscalização dos órgãos municipais, a praia cresceu de forma desordenada, formando verdadeiros paredões de prédios na avenida que beira o mar.

Os jornais contribuíram muito para a divulgação do turismo na Praia do Morro na década de 1990 (Anexo L). As fotografias publicadas mostravam sempre a praia lotada de banhistas e nas matérias afirmava-se que esta era a única praia de Guarapari em que havia frequência tanto diurna como noturna.

Durante o período do carnaval, desde a década de 1990, as principais atrações a se apresentarem na praia são as que possuem reconhecimento a nível nacional, fazendo aumentar o número de visitantes a cada ano que passa.

Nota-se na matéria publicada no jornal sobre o verão na Praia do Morro, que a praia em questão é a “preferida dos turistas mineiros”, validando-se assim a concepção pejorativa válida até os dias de hoje de que este local é visto como uma “praia dos invasores”, uma praia que os próprios capixabas não frequentam como os outros turistas.

No trabalho de Cirino (op.cit.), verifica-se que houve nesta praia um conflito de interesses entre os nativos e os “invasores”, como eram denominados os turistas mineiros. Os nativos constataram que eles se tornaram minoria e que conseqüentemente os interesses da

maioria sobre o local era outro, o turismo. Como ocorre na maioria dos espaços turistificados, tem-se aí, em um mesmo território, usos, práticas e interesses diferentes, elementos potencialmente causadores de conflitos entre os usuários da praia.

O trabalho acima citado mostra que muitos moradores permanentes alugam suas casas aos turistas no verão, complementando-se assim sua renda familiar. Os que podem mudam-se para casa de familiares e veem à praia para trabalhar no verão, na sua maioria das vezes no setor de prestação de serviço aos turistas.

Na década de 2000 e início de 2010, o elevado número de turistas no verão obrigou o governo municipal e estadual a investir em melhorias de atendimento aos visitantes. Nos anos de 2009 e 2012, foram realizadas obras de “revitalização” da orla da Praia do Morro (Anexo M) (Figura 13). A maioria dos quiosques foram refeitos e padronizados e o calçamento foi inteiramente trocado. Fez-se um zoneamento para os diversos usos do calçadão, como para práticas de esportes (bicicleta, skate e corrida), locais exclusivos para feiras de artesanato e outros dedicados à restauração.

Figura 13 - Calçadão da orla da Praia do Morro (revitalizada)



Fonte: Jornal A Gazeta, 2009

Analisando-se o turismo na Praia do Morro, da sua origem aos dias atuais, constata-se que os usos e práticas neste espaço diferem das praias do centro de Guarapari. O marketing e o “atrativo” agora não são mais as areias radioativas com propriedade terapêuticas. Guarapari deixa de ser conhecida como “cidade-saúde” para ser inventada como maior polo turístico do Espírito Santo. Conforme dito anteriormente, a peculiaridade da Praia do Morro reside na sua sazonalidade, com a maior parte dos imóveis constituindo residências secundárias, assim como no fato de ter como maior parte de seus usuários os turistas oriundos de outros estados.

As Praias do Morro, assim como as praias da Nova Guarapari, representam o que os estudiosos do turismo denominam de destinos de “*sol e praia*”, um setor da atividade turística caracterizado por um turismo em que os visitantes buscam realizar práticas de lazer, fora do seu espaço de vida cotidiano (Figuras 14 e 15). A função das praias que outrora foram para fins energéticos, nucleares e terapêuticos agora possui fins de práticas de turismo e de lazer para a sociedade contemporânea.

Figura 14 – Praia do Morro durante o verão. Turismo de sol e praia.



Fonte: Folha da Cidade, 2017

Figura 15 – Praia do Morro: turismo de sol e praia.



Fonte: Secretária de Turismo do ES, 2016

4.5.2 – Guarapari e o “turismo elitista”: a invenção da *Nova Guarapari*

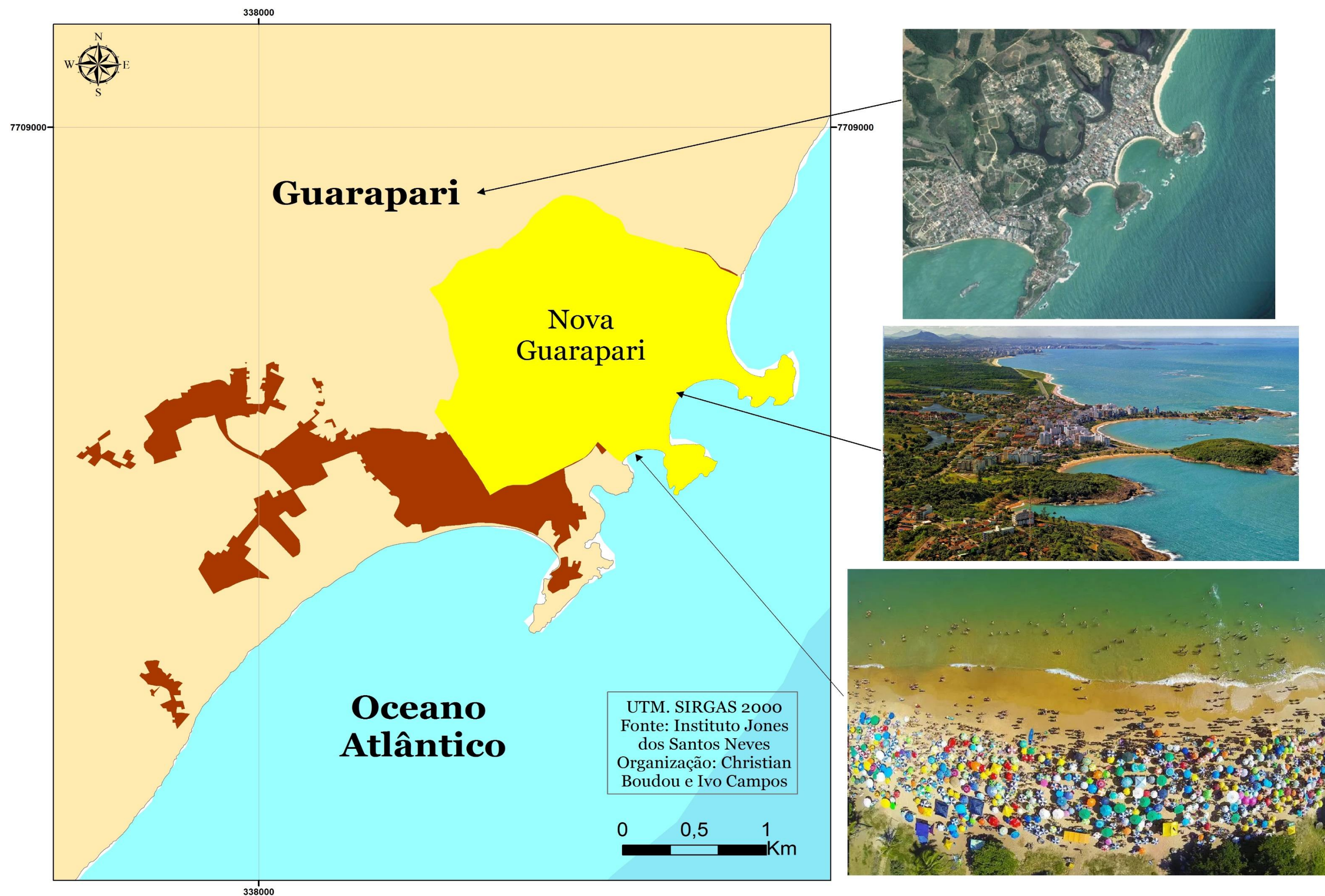
O chamado “turismo de elite” se caracteriza por ser uma oposição ao “turismo de massa”. A história do turismo e de certos lugares turísticos revela um fenômeno constante, que perdura até os dias atuais, que é o distanciamento dos turistas pertencente a elite socioeconômica em relação aos turistas de massa.

Desde a sua gênese, na Inglaterra, o turismo se difundiu no espaço motivado pela fuga da elite dos espaços frequentados pela massa. Estudos referentes a compreensão das motivações dos turistas na escolha dos destinos, mostram que a alteridade e o desejo de distinção são decisivos para a invenção de novos espaços turísticos.

A segregação sócio-espacial é um fenômeno comum em diversos destinos turísticos. Da mesma maneira que nos espaços urbanos tem-se esta segregação, nos espaços turísticos os turistas se segregam segundo algumas afinidades. A invenção da Nova Guarapari foi fruto deste fenômeno, onde a elite optou por não frequentar o mesmo espaço que a massa (Praia do Morro).

Neste novo espaço turístico a urbanização foi radicalmente diferente das praias anteriores (Figura 16). O perfil dos turistas e as práticas nas praias também são visivelmente diferentes.

Figura 16 – Nova Guarapi, 2017



Em Nova Guarapari a urbanização se caracteriza pela presença de condomínios horizontais de luxo, assim como pelos edifícios de alto padrão, frente ao mar, construídos com um apartamento por andar (Figuras 17 e 18). Diferentemente dos altos prédios da Praia do Morro, aqui as construções não ultrapassaram os cinco pavimentos.

Figura 17 – Vista aérea de Nova Guarapari.



Fonte: Vargas Construtora, Weverson Rocio

Outra diferenciação na morfologia urbana deste espaço vem da ausência de bares e quiosques na praia. O comércio de bebidas e comidas é feito apenas por ambulantes que devem necessariamente ser cadastrados pela prefeitura e obter licença para comercializar na faixa de areia da praia. O elevado preços dos produtos, assim como o que é comercializado caracteriza o tipo de turista que frequenta este espaço. A venda de espumante na praia demonstra como o turismo neste espaço é diferenciado em relação as outras praias de Guarapari.

As práticas esportivas de lazer realizadas pelos turistas em Nova Guarapari não são encontradas nas outras praias do município. Nos períodos de alta temporada os esportes náuticos de navegação como lanchas e jet-ski são muito praticados.

Figura 18 – Praia da Bacutia.



Fonte: Viagem e turismo, Disponível em: < <http://viagemeturismo.abril.com.br/atracao/praiia-bacutia/>>. Acessado em novembro de 2016

Localizada a seis quilômetros do centro de Guarapari, as praias de Nova Guarapari tiveram sua ocupação urbana iniciada no início dos anos 2000. Neste período surgem os primeiros condomínios horizontais próximos à beira mar. Após a construção sucessiva de três empreendimentos deste tipo, as construtoras investiram na área localizada em frete a praia, construindo neste espaço edifícios de alto padrão, também destinados exclusivamente a uma elite econômica, predominantemente oriunda da Região Metropolitana da Grande Vitória.

O sucesso de vendas destes empreendimentos permanece até os dias atuais, como pode-se constatar atualmente na construção de dois empreendimentos de conjunto de casas situados na região periférica as atuais construções, assim como um condomínio a ser construído sobre o pontão rochoso da praia (Morro da Bacutia), com 22 casas de luxo (Figura 19).

Figura 19 – Construção do condomínio no Morro da Bacutia.

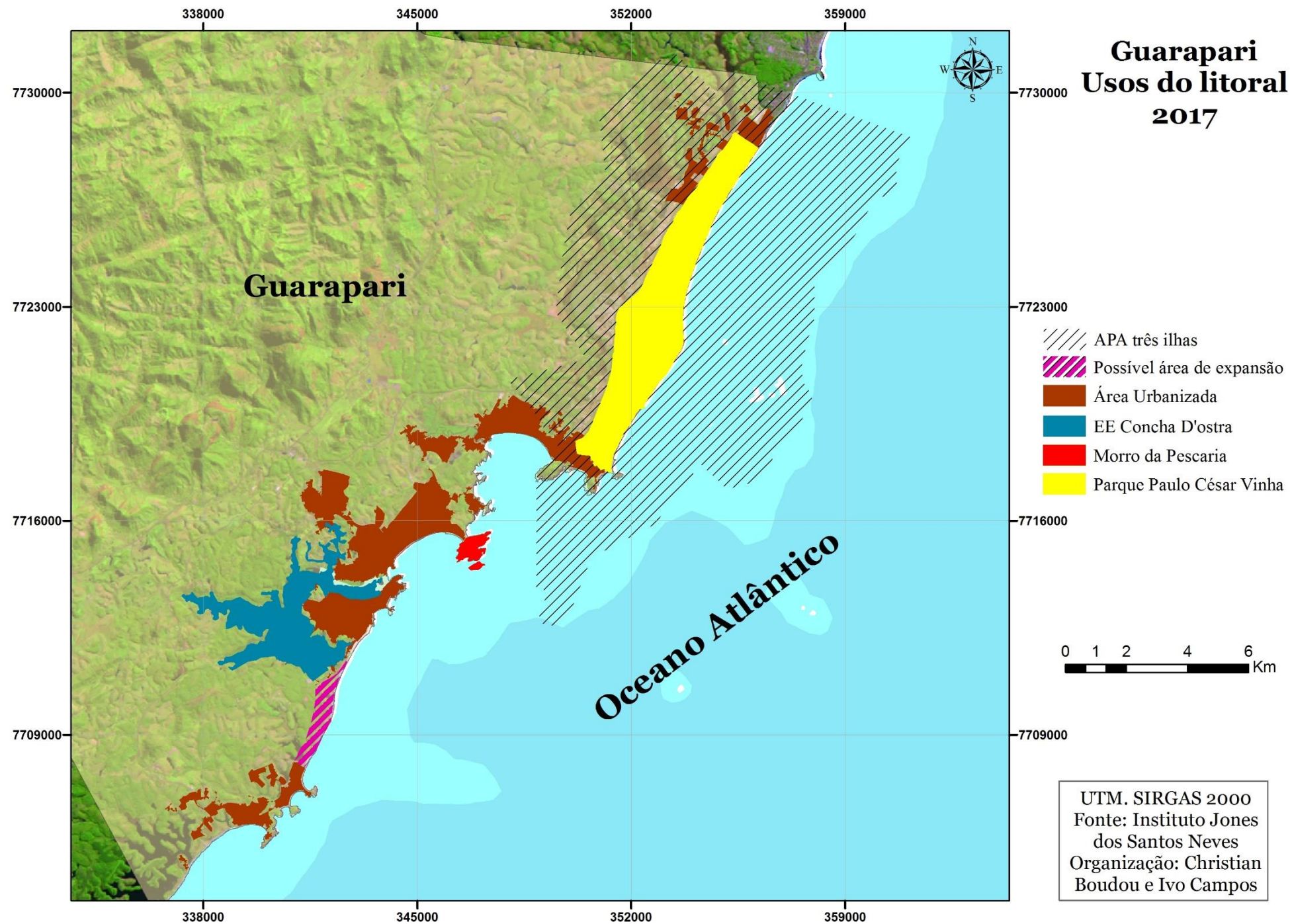


Fonte: Portal 127. Disponível em: <<http://www.portal27.com.br/justica-manda-suspender-obras-de-condominio-em-bacutia/>> Acesso em novembro de 2016.

Acredita-se que o processo de valorização imobiliária deve continuar crescendo nos próximos anos, levando a urbanização seguir em direção ao norte, perpendicular à linha de costa, podendo um dia encontrar-se com a área já ocupada da sede do município (Figura 20).

Este vetor de crescimento urbano (de Nova Guarapari rumo ao centro) deverá ocupar o último trecho do litoral de Guarapari ainda sem ocupação. Tal raridade de espaços livres em frente ao mar fez elevar os valores dos terrenos situados nesta área, que possivelmente serão ocupados por empreendimentos de luxo, destinados à elite capixaba.

Poucos são os estabelecimentos comerciais existentes em Nova Guarapari, caracterizando esta região como uma “cidade sazonal”, que existe apenas nos períodos de alta temporada, ficando totalmente deserta fora destes.



Inventada pela elite sócio-econômica da Região Metropolitana da Grande Vitória, com práticas de lazer de luxo e ocupada por empreendimentos de alto padrão, Nova Guarapari surgiu para e pelo turismo. Sua atual função, exclusivamente turística, valida a hipótese que o espaço não exerce atratividade sobre a sociedade, pois no passado recente este trecho do litoral de Guarapari que hoje é considerado o mais valorizado pelos turistas era desocupado e não havia nas praias nenhuma frequência, não exercendo assim nenhuma função para a sociedade contemporânea.

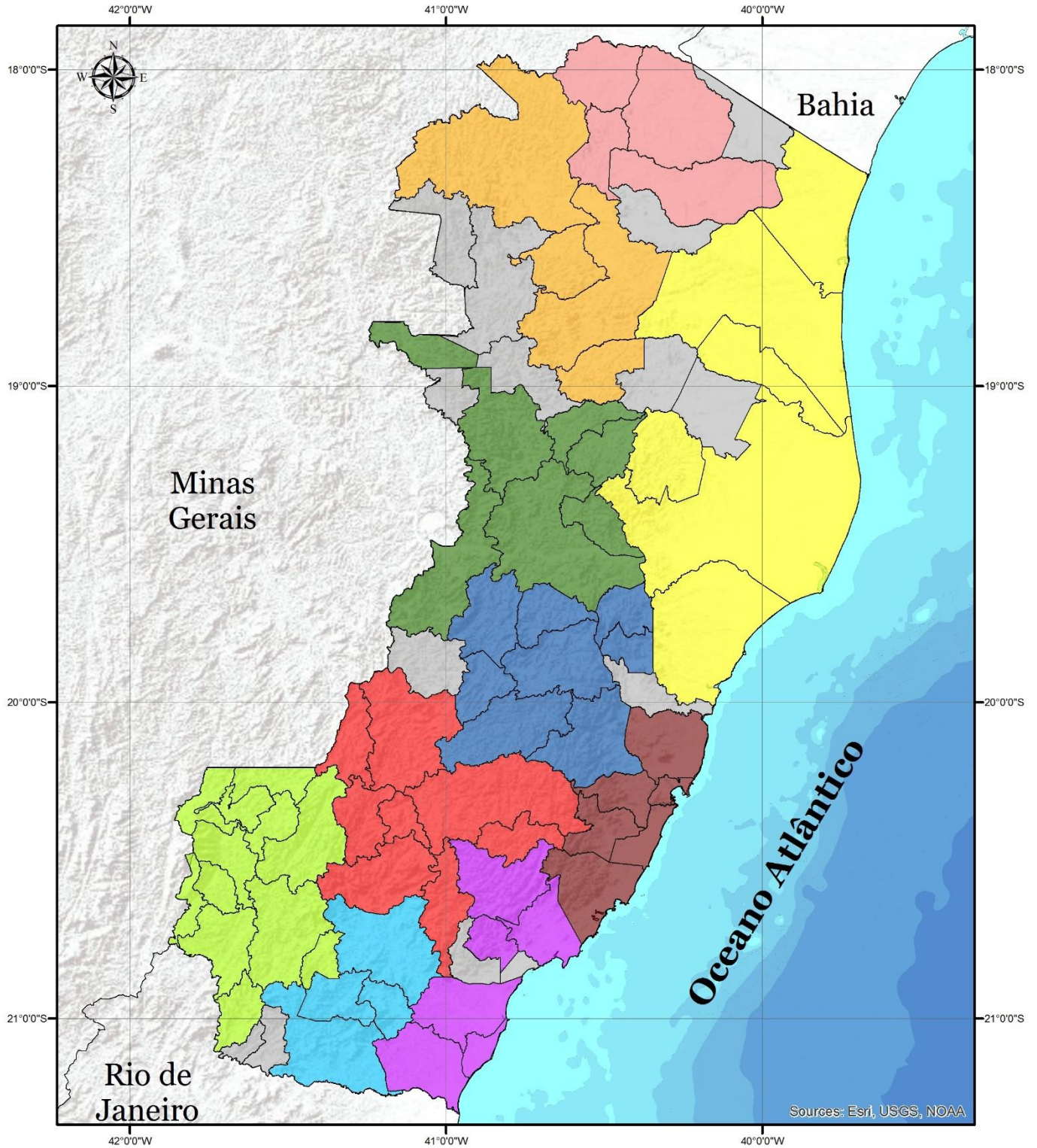
4.6 – O turismo em Guarapari na atualidade

O programa de regionalização do turismo (PRT) do Mtur atualizou o Mapa do Turismo Brasileiro em 2016, tendo o estado do Espírito Santo sido dividido em dez regiões turísticas (Figura 21). O município de Guarapari fica situado na Região Turística Metropolitana e recebeu na última temporada (dezembro-janeiro/2017) mais de 1,5 milhão de turistas, permanecendo assim como o maior polo turístico do estado do Espírito Santo.

O Mapa do Turismo Brasileiro foi elaborado para auxiliar o Ministério no desenvolvimento de políticas públicas para o fomento do turismo tendo os projetos de revitalização das orlas do centro da cidade e da Praia do Morro sido contemplados com financiamentos federais oriundos desta política.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo em 2016, Guarapari é hoje o 13º destino mais procurado do Brasil (Figuras 22 e 23). O município conta atualmente com uma ampla rede hoteleira de mais de 90 estabelecimentos, uma rica diversidade de restaurantes, casas noturnas e parques aquáticos. A análise das estatísticas da frequência dos turistas nos últimos anos mostra que o número de visitantes não cessou de crescer nas três áreas aqui estudadas.

Figura 21 – Espírito Santo, regiões turísticas, 2016.



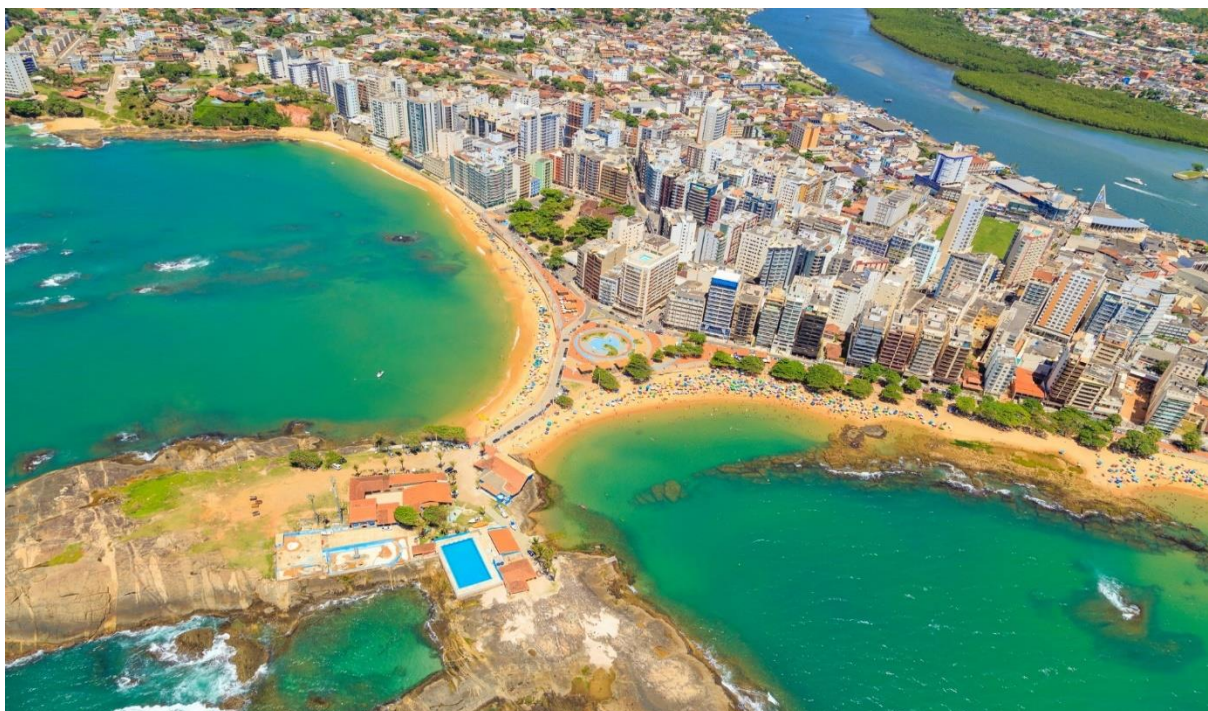
Regionalização do turismo no ES

	Não Regionalizado		Região Turística Metropolitana
	Região Turística da Costa e Imigração		Região Turística Montanhas Capixaba
	Região Turística do Caparaó		Regiões Turísticas Pedras, Pão e Mel
	Região Turística Doce Pontões Capixaba		Região Turística dos Vales e do Café
	Região Turística Doce Terra Morena		Região Turística do Verde e das Águas
	Região Turística dos Imigrantes		

0 10 20 40 60
Km

UTM. SIRGAS 2000
Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves
Organização: Christian Boudou e Ivo Campos

Figura 22 – Centro de Guarapari, vista aérea.



Fonte: Hotel Meaípe, 2012.

Figura 23 – Praia da Castanheiras.



Fonte: TripAdvisor, 2017.

O elevado fluxo de turistas na Praia do Morro, que sempre foi caracterizada como um destino de turismo de massa para turistas oriundos majoritariamente do estado de Minas Gerais, fez com que a atual gestão municipal desenvolvesse políticas para diminuir a frequência de visitantes, na expectativa de receber diversos eventos (Turismo de Negócios) que fizessem atrair turistas que elevasse o gasto médio diário no município. O setor de Turismo de Negócios vem sendo amplamente discutido nas diversas estâncias de turismo, desejando que Guarapari em um futuro próximo seja conhecida nacionalmente como “cidade de negócios”.

Considerações finais

Os litorais tiveram, ao longo da história, diferentes formas de usos e valores segundo as sociedades que os transformaram. A *litoralização* das sociedades contemporâneas não cessa de aumentar, justificando diversos estudos sobre uma eventual “atração” que este meio exerce sobre o homem, principalmente na atualidade. Se a concentração humana nos litorais não pode ser contestada, pode-se talvez se questionar sobre o fenômeno de “atração”, tentando assim entender a lógica de produção deste espaço ao longo do tempo.

A busca das sucessivas “invenções” das praias objetivou a compreensão da produção e percepção do espaço costeiro na atualidade. Neste sentido, quando se muda a percepção, mudam-se também os valores atribuídos a estes espaços, assim como as práticas e usos evoluem com o passar do tempo em um determinado espaço. A produção do espaço litorâneo é diferente segundo cada uso e conforme ao valor atribuído ao mesmo.

A literatura científica criou vários neologismos seja para mostrar os diversos tropismos (fenômeno de atração) litorâneos, tais como *balneotropismo*, *heliotropismo*, *arenotropismo*; seja para designar ações humanas como *maritimidade*, *litoralidade* e *turistificação*. O fenômeno de ocupação dos litorais vem sendo abordado por diversas áreas do conhecimento, entre elas a Geografia, que contribui ao analisar o processo de produção do espaço geográfico costeiro.

A opção de se trabalhar com o conceito de “invenção” de Guarapari surgiu de algumas hipóteses acerca da produção deste espaço, acreditando que este fenômeno se deu ao longo do tempo por sucessivos períodos de usos e valores diferentes pelas sociedades que ali viveram. A análise da relação entre o turismo e o litoral na área de estudo permitiu uma compreensão acerca de como este espaço tornou-se turístico. Tentou-se aqui propor uma outra justificativa da turistificação, em oposição à que afirma que o litoral é turístico porque ele necessariamente clama ao turismo (conhecida como “vocalização turística”) desde que ele não seja ocupado pelas atividades do setores primários e secundários da economia ou que ele não se situe nas zonas das altas latitudes.

Optou-se aqui por falar de “invenção” de Guarapari, e não da “descoberta” de Guarapari. A historiografia da área de estudo pode mostrar que no século passado não houve uma descoberta de Guarapari, pois a mesma já era conhecida desde antes da colonização. O que deu gênese ao processo de transformação radical do espaço em questão foi a “invenção” de Guarapari feita pelo médico Dr. Silva Mello, que soube propor uma outra leitura do lugar, culminando com o surgimento de um outro sistema sócio-econômico, portador de novos valores e novas práticas, fazendo com que o uso das praias viessem a ser diferentes pela sociedade

atual. A “invenção” neste caso consiste em uma nova utilização de um lugar já existente, levando-o a novas transformações sócio-espaciais.

Partiu-se do pressuposto teórico de que o fenômeno observado em Guarapari obedeceu a mesma lógica que em outros espaços costeiros (como a Côte d’Azur, Porto de Galinhas, Copacabana, entre outras praias), fruto de uma dupla invenção: da praia e do turismo. A história mostra que o litoral, que hoje é considerado como “atrativo”, no passado já foi percebido como sendo um meio “repulsivo”. No caso da área de estudo, no momento da fundação da cidade as praias não foram ocupadas pelos seus fundadores, ficando assim isoladas da comunidade. A ocupação desses espaços só se deu quando surgiram novas práticas e novos valores, principalmente a partir da década de 1950.

A primeira invenção, a da praia, surge no século XVII nas sociedades europeias, que estabelecem um novo elo com um espaço até então marginalizado: o litoral. Primeiramente surgiu a “estética da praia”, quando se contemplavam as praias sem frequenta-las, como as descritas nos romances ou pintadas pelos artistas europeus. Posteriormente, surgiu na Europa o usos do mar para fins terapêuticos. Em Guarapari a mesma lógica aconteceu na sua história, tendo servido de inspiração para diversos poemas dos jesuítas (principalmente para o padre Ancheita) e no século passado tendo sido projetada a nível nacional pelas suas propriedades terapêuticas (areias radioativas).

A segunda invenção, a do turismo, surge no âmbito da Revolução Industrial, em um espaço preciso: as praias Inglesas (Bath). Estudiosos da história do turismo mostram que a invenção desta atividade se deu nos espaços praias. A invenção de um (do litoral) se realizou em certa medida pela invenção do outro (do turismo), através de um elo que pode-se identificar dois componentes: a praia e a água, e uma dinâmica: a renovação constante das atividades e das práticas exercidas sobre este espaço. Em Guarapari, diferentemente do ocorrido nas invenções das praias europeias, a propriedade terapêutica das suas praias não foram atribuídas às suas águas, e sim às suas areias radioativas. Porém, a lógica permaneceu, sendo a vertente terapêutica que veio a constituir a gênese da sua invenção. Com o advento e aumento da frequência das praias deste lugar, houve um aumento no número de estabelecimentos de acolha aos visitantes, fazendo com que, mesmo depois do declínio da frequência para fins terapêuticos, Guarapari fosse continuar recebendo cada vez mais turistas para realizar em suas praias outras práticas, principalmente de lazer.

Embora ainda pouco existentes sobre os litorais, os estudos de Geografia Histórica mostram-se bastante pertinentes para a compreensão do fenômeno em questão. A análise do espaço geográfico atual, considerando-o como uma “acumulação desigual de tempos”, revela-

se como chave para o entendimento dos diversos processos de produção do espaço costeiro. Os diversos “tempos” de Guarapari explicam as transformações sócio-espaciais ocorridas na sua história, desde quando houve sua fundação como lugar de catequese até os dias atuais, como sendo palco para o turismo de massa.

A utilização de alguns métodos de Geografia Histórica, entre eles o da periodização, tornou-se pertinente para alcançar o objetivo norteador da tese, qual seja, compreender como se deu o processo de “invenção” da praia de Guarapari ao longo do tempo. Primeiramente foi realizada uma análise do tempo sob a perspectiva diacrônica, que considerou uma sequência de eventos ocorridos na localidade, com ocupações dos espaços diferenciada segundo seu uso pela sociedade que a ocupava. Pode ser delimitado quatro períodos sob esta perspectiva, conforme a sequência proposta.

O primeiro período delimitado mostrou Guarapari como um “território do vazio”. Foi analisado o período de fundação da aldeia pelos jesuítas e o processo de catequização dos índios que ali existiam. Neste período os padres não ocuparam os espaços praias, havendo realizado suas construções nas colinas da cidade. A ocupação do espaço se limitou ao que corresponde atualmente ao centro da cidade, na sua parte mais elevada. Não houve nesse período usos efetivos das praias (somente do mar para a pesca artesanal) e o valor atribuído a elas era de áreas desertas onde não existiam nenhuma prática social.

O segundo período compreende o intervalo de tempo em que Guarapari serviu de fonte de metais para as indústrias de iluminação e para fins bélicos. A descoberta dos metais radioativos nas areias das suas praias muda a história da cidade e a relação que a sociedade vai tecer sobre os espaços praias. Foram delimitados espaços de extração da areia, de tratamento e de exportação da mesma para outros países. Uma usina e um porto foram construídos para esta atividade extrativista e as praias ainda não foram urbanizadas, pois o olhar projetado pela sociedade neste período era de espaço de extração mineral e não como um espaço contemplativo ou para práticas de lazer. Não houve neste período uma valorização da praia pela sociedade, mas sim uma valorização de um espaço de extração pelos empresários que se beneficiaram desta atividade. Ainda não verificou-se até este momento uma valorização imobiliária ou estética das praias de Guarapari.

Já no terceiro período delimitado, tem-se Guarapari como “cidade-saúde”, quando se deu a invenção do uso de suas praias para fins terapêuticos. Novamente são as areias das praias que serão valorizadas. Houve uma projeção da cidade a nível nacional, que culminou com o surgimento de novos estabelecimentos comerciais de apoio aos visitantes, como meios de hospedagem e restaurantes entre outros. Surge neste momento uma frequência de visitantes

sem precedentes na história da cidade. As transformações espaciais deste período abarcam as áreas próximas as praias. Os hotéis e restaurantes foram construídos próximo ao mar, um clube foi edificado sobre as pedras de uma das praias do centro e praças foram construídas. A construção de um aeroporto e da ponte sobre o rio que margeia o centro contribuiu para facilitar o fluxo de turistas em direção as praias, ao ponto que o próprio “inventor” da cidade-saúde ter lamentado as profundas transformações urbanas que sofrera o espaço que ele descobriu quase sem ocupação. A praia neste período é percebida pela sociedade de forma diferente, como sendo um espaço de cura e de bem estar. O casino do Radium Hotel muito contribuiu para a imagem de que este espaço poderia ser também de lazer para a sociedade. Pode-se dizer que a invenção da cidade-saúde deu início ao processo de turistificação de Guarapari, que vai se dar de forma acelerada no período seguinte analisado.

O último período delimitado data do final da década de 1980 aos dias atuais, onde Guarapari foi analisada como “cidade-turística”, tendo a base da sua economia e como maior fator de transformação o turismo. O turismo desenvolve surpreendentemente, difundindo-se no espaço através de uma urbanização de praias até então desocupadas, ao norte e ao sul da cidade. A valorização das praias pode ser averiguada através deste processo de ocupação dos terrenos localizados em frete ao mar. Verificou-se portanto uma urbanização diferenciada, sendo a praia ao norte sendo frequentada em sua maioria por turistas oriundos de outros estados e, a praia ao sul, frequentada majoritariamente pela elite da região metropolitana da Grande Vitória, fazendo deste espaço local de residência secundária. A valorização que a sociedade contemporânea deu as praias de Guarapari neste período se reflete nos elevados preços dos imóveis assim como pela forte frequência destas nos períodos de alta temporada, onde sua população se vê multiplicada por dez. O centro da cidade, onde se iniciou o turismo, encontra-se atualmente ocupado em sua maioria por residentes permanentes, ao oposto das praias localizadas ao norte e ao sul. Guarapari apresenta hoje uma “cidade permanente” e uma “cidade de temporada”, com frequentações e práticas diferenciadas deste espaço.

A *difusão espacial* do turismo, neste último período delimitado, elucida a caracterização de Guarapari como sendo uma cidade turística na atualidade. O fenômeno social se difundiu no espaço com o passar do tempo. A geografia histórica contribuiu para esta elucidação, descrevendo o processo e a atual situação do turismo na área de estudo. Guarapari constitui hoje o maior polo turístico do estado do Espírito Santo, tendo sua frequência aumentada a cada ano que passa.

As transformações ocorridas na área de estudo, foram decorrentes de fatores externos à natureza física, como a recente valorização dos espaços costeiros pela sociedade

contemporânea. Duas análises podem ser feitas para justificar a “invenção” (ou valorização das praias) de Guarapari: uma pela análise da subjetividade dos seus frequentadores, com uma pesquisa qualitativa de base filosófica fenomenológica, e outra analisando os diversos tipos de documentos históricos que mostram as diferentes relações que as sociedades pretéritas teceram com os espaços costeiros. Optou-se aqui pela segunda análise, que validou uma das hipóteses iniciais da pesquisa, qual seja, a de que o turismo nos litorais não responde a uma certa vocação, atratividade ou potencial, mas que esta atividade é reflexo dos novos olhares e práticas exercidas pelas sociedades atuais. Este viés empregado no estudo rejeita assim um retorno ao determinismo geográfico, que justificaria uma ação humana no espaço segundo a natureza do mesmo. Os litorais não são turistificados por serem “belos”, eles simplesmente correspondem aos anseios e desejos das sociedades contemporâneas de usar este espaço para o lazer, contemplação ou como espaços de vida.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. A., **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar, 1987.

ABREU, M. A. (org.); **Natureza e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Coleção biblioteca carioca. Vol. 21, 1992.

ABREU, M. A., *Sobre a memória das cidades*. **Revista da Faculdade de Letras**, Geografia I série, vol. XIV, 1998, Universidade do Porto, Portugal.

ABREU, M. A., *Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII*. **Geosp**, n.7, Universidade de São Paulo, 2000.

ABREU, M. A. (org.); **Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações – estudos de geografia histórica carioca**. Rio de Janeiro: FAPERJ/CNPq, 2005.

ABREU, M. A., **Geografia histórica do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2 volumes, 2010.

ABREU, M. A., **A apropriação do Território no Brasil Colonial**. UNESP, Cidades, 8(14), pp. 539-568, 2011.

BAILLY, A., **Comprendre et maitriser l'espace: ou la science régionale et aménagement du terroire**. Montpellier, RECLUS, 1998.

BAKER, A., **Geography and History: bridging the divide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BENEVIDES, I. P., *O Prodetur-CE: o planejamento territorial do turismo como caso de planejamento governamental no Ceará*. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 163-176.

BOUDOU, C., *L'écotourisme dans une aire protégée: l'exemple de l'APA de Setiba - Guarapari (Brésil)*. Monografia de especialização em Geografia. Montpellier: Universidade Paul Valéry, 2002, 132p.

BOUDOU, C., *Une approche géographique du tourisme dans une ville touristique littorale: le cas de Guarapari (Brésil)*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Montpellier: Universidade Paul Valéry, 2004, 145p.

BOULANGER, P; TROCHET, J-R., **Où en est la géographie historique?** Paris: L'Harmattan, 2005.

BOYER, M., **Le tourisme**. Paris: Le Seuil, 1972.

BOYER, M., **L'invention du tourisme**. Paris: Gallimard-Découvertes, 1996.

BOYER, M., **Histoire de l'invention du tourisme dans le Sud-Est de la France XVIe-XIXe**. La Tour D'Aigues: L'Aubas, 2000.

BOYER, M.; **Histoire de l'invention du tourisme: XVIème-XIXème siècles**. Gémenos: Éditions de l'Aube, 2000.

BOYER, M., **L'art d'être touriste**. Paris: Fayard, 2001.

BOYER, M., **L'invention de la Côte D'Azur: l'hiver dans le midi**. Gémenos: L'Aube, 2001.

BOYER, M.; **L'invention de la Côte d'Azur: l'hiver dans le Midi**. Paris: Édition de l'Aube, 2002.

BOYER, M., **Histoire générale du tourisme du XVe au XXIe siècle**. Paris: L'Harmattan, 2005.

BOYER, M., **Le tourisme de masse**. Paris: L'Harmattan, 2007.

BOYER, M., **Les villegiatures du XVI au XXI siècle: panorama du tourisme sédentaire**. Collombelles: Éditions SEM, 2008.

BRITTON, S. G., *A conceptual model of tourism in a peripheral economy*. In: PEARCE, D., **Tourism in the South Pacific: the contribution of reserch to developmen and planing**. Christchurch, 1980, pp.1-12.

BROWN, L.; *Diffusion Dynamics: a review and revision of the quantitative theory os spatial diffusion of innovation*. Lund: Lund Studies in Geography, 1968.

BRUNET, R. (org.), **Les mots de la Géographie: dictionnaire critique**. Montpellier: Reclus, 2003.

BUENO, B., **Guarapari muito mais que um sonho lindo**. Brasília: Ed. Thesaurus, 2011, 221p.

BUTLER, R. W., *The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources*. In: **Canadian Geographer**. 1980, n.24, pp. 5-12.

CARVALHO, J. A., **O Colégio e a Residência dos Jesuítas no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. e CORREA, R. L. (orgs). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CAZES, G., *Les avances pionnières du tourisme international dans le Tiers Monde: réflexions sur um système décisionnel multinational en cours de constitution*. In: **Travaux de l'Institut de Géographie de Reims**. 1980, n.43-44, pp. 15-26.

CAZES, G., **Fondements pour une Géographie du Tourisme**. Paris: Bréal, 2002.

CHRISTOFFOLI, A. R.; **Uma história do lazer nas praias**. Itajaí: Univali Editora, 2003.

CIRINO, F. O., A produção do espaço geográfico pelo turismo: um estudo de caso do litoral da Praia do Morro – Guarapari (ES). Monografia de graduação em geografia. Universidade Federal de Viçosa, 2006, 53p.

CLAVAL, Paul. La maritimité à la fin du XXème siècle. In: PERON, F. e RIEUCAU, J., La maritimité aujourd'hui. Paris, L'Harmattan, 1996, pp. 327-334.

CORBIN, A.; **Le territoire du vide: l'Occident et le désir du rivage (1750-1840)**. Paris: Aubier, 1988.

CORBIN, A., **Le territoire du vide. L'occident et le désir du rivage 1750-1840**. Paris: Flammarion, 1988.

CORBIN, A. e RICHARD, H., (Orgs.) **La mer: terreur et fascination**. Paris: Seuil, 2004.

CORBIN, A.; **Le ciel et la mer**. Paris: Flammarion, 2014.

CORIOLOANO, L. N; VASCONCELOS, F. P., **O turismo e a relação sociedade-natureza. Realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EDUECE, 2007.

CORREA, R. L., A periodização da rede urbana da Amazônia. Revista Brasileira de Geografia, 49 (3), pp. 39-68, 1987.

CORREA, R. L.; ROSENDHAL, Z.; **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

CORREA, R. L.; Espaço e Tempo: um tributo a Mauricio de Abreu. Cidades, 8(14), pp. 597-607, 2011.

CRANG, M., Time: **Spece, in spaces of geographical thought**. Londres: Sage Publications, 2005.

- CRUZ, R. C., A, **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.
- DANTAS, E. W. C.; **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral**. Fortaleza, EDUFC, 2009.
- DARBY H. C., *On the Relations of Geography and History*. Transactions and Papers (Institute of British Geographers), n. 19, pp. 1-11, 1953.
- DEBIE, F., *Une forme urbaine du premier âge touristique: les promenades littorales*. Revue Mappemonde, Montpellier: Reclus, n.1, pp.32-37, 1993.
- DEFERT, P., *La localisation touristique: problèmes théoriques et pratiques*. In: **Association internationale d'experts scientifique du tourisme**. Berne: Gurten, 1966, vol.7.
- DEWAILLY, J-M, et FLAMENT, E., *Le tourisme littoral*. In: GAMBLIN, A. (Org.) **Les littoraux, espaces de vies**. Paris: Sedes, pp. 179-206, 1998.
- DEWAILLY, J-M, et FLAMENT, E., **Le tourisme**. Paris: Sedes, 2000.
- DROULERS, M., **Brésil: une géo-histoire**. Paris: PUF, 2001.
- DUHAMEL, Ph. e KNAFOU, R., *Tourisme litoral: intérêts et limites d'une mise em relation*. Annales de Géographie, n.629, pp. 47-67, 2003.
- DUHAMEL, Ph. e VIOLIER, Ph., **Tourisme et litoral: un enjeu du monde**. Paris: Belin, 2003.
- FRANCESCHETTO, G., Italianos: base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014, 1040p.
- GASPAR, C. B.; **Orla carioca: história e cultura**. São Paulo: Metalivros, 2004.
- GAY, J. C.; *Les discontinuités spatiales*. Paris: Economica, 1995.
- GORMSEN, E., *Th;e spatio-temporal development of international tourism: attempt at center-periphery model*. In: **La consommation d'espace par le tourisme et sa préservation**. Aix-em-Provence: CHET, 1981, pp. 150-170.
- GUMUCHIAN, H. e MAROIS, C., **Initiation à la recherche en Géographie**. Montreal: Economica, 2000.
- HAGERSTRAND, T.; **Innovation, diffusion as a spatial process**. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

HARTOG, F.; “La haine de Poséidon”. In: CORBIN, A. e RICHARD, H., (Orgs.) *La mer: terreur et fascination*. Paris: Seuil, 2004, pp.87-101.

HARVEY, D., *Between space and time reflections on the Geographical Imagination*. Annals of the Association of American Geographers, n.80(3), pp. 418-434, 1990.

HORNBECK, D., EARLE, C., RODRIGUE, C. M.; *The way we were. Developments card redeployments of time in human geography*. In: EARLE, C., MATHEWSON, K.,

HUETZ DE LEMPS, A., **Géographie historique des vignobles**. Paris: CNRS, 1978.

JAURAND, E.; “Les plages nudistes: une exception occidentale?”, In: *La plage: un territoire atypique*. Revue Géographie et Cultures, n.67. Paris: Ed. L’Harmattan, 2008, pp.47-63.

KENZER, M.; **Concepts in human geography**. Lanham: Rowan and Littlefield, 1995.

KNAFOU, R., “L’invention du lieu touristique: la passation d’un contrat et le surgissement simultané d’un nouveau territoire”. Revue de Géographie Alpine. Grenoble, 1991, n.4, pp.11-20.

KNAFOU, R., “Scènes de la plage dans la peinture hollandaise du XVIIème siècle: l’entrée de la plage dans l’espace des citadins”. In: Revue Mappemonde, n.58. Montpellier: MGM, 2000.

LALLEMENT, E.; “Paris-Plage: une fausse plage pour une vraie ville?”, In: *La plage: un territoire atypique*. Revue Géographie et Cultures, n.67. Paris: Ed. L’Harmattan, 2008, pp.65-78.

LAVENIR, C. B.; **La roue et le stylo: comment nous sommes devenus touristes**. Paris: Odile Jacob, 1999.

LOPES, A. e BOURGUIGNON, N., – *A guerra de Guarapari: uma história sobre as praias tropicais, bombas atômicas, riqueza e exploração no litoral brasileiro*. Vitória, Jornal A Gazeta, 29 de julho de 2015.

LOPES, A. e BOURGUIGNON, N., – *A bomba atômica de Guarapari: areias viram bombas*. Vitória, Jornal A Gazeta, 30 de agosto de 2015.

LOWENTHAL, D., *Past time, present place: landscape and memory*. In. The Geographical Review, 1975, vol. 65, pp. 1-36.

LOZATO-GIORTART, J-P. **Géographie du tourisme**. Paris: Masson, 1985.

MAIA, P., NASCIMENTO, P., JUNIOR, A.P. - *Parabéns Guarapari, 112 Anos de Emancipação Política*. Vitória: Jornal A Gazeta (Caderno Especial), 19/09/2003, pp. 3-15.

MARCELINO, A. M. T., *O turismo e sua influência na ocupação do espaço litorâneo*. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 177-183.

MELLO, S. **Guarapari: maravilha da natureza**. Rio de Janeiro. Editora O Cruzeiro, 1971, 232p.

MESPLIER, A., **Le tourisme en France**. Paris: Breal, 1992.

MICHAUD, J-L, **Le tourisme face a l'environnement**. Paris: PUF, 1983.

MIOSSEC, A., **Les littoraux: entre nature et aménagement**. Paris: SEDEX, 1998.

MIOSSEC, J-M., *Le tourisme et les aménagements touristiques littoraux*. In: MIOSSEC, A., **Géographie Humaine des littoraux maritimes**. Paris: Sedes, pp.309-411, 1998.

MIOSSEC, J-M., *Eléments pour une théorie de l'espace touristique*. In: **Les cahiers du tourisme**. Aix-en-Provence, 1976, n.36.

MIOSSEC, J-M., *L'image touristique comme introduction à la géographie du tourisme*. In: **Annales de Géographie**. Paris: Sedes, 1977, n.58, pp. 55-68.

MIT, É., **Tourisme 1: lieux communs**. Paris: Belin, 2002.

MIT, É., **Tourisme 2: Moments de lieux**. Paris: Belin, 2005.

MORAES, A. C. R.; **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, A. C. R.; **Geografia histórica no Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica**. São Paulo: Annablume, 2009.

NUÑEZ, A., **Guarapari é seu nome. Guarapari**. Editora Fundação Jônice Tristão, 1987, 102p.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO ES. Disponível em: <https://observatoriodoturismo.es.gov.br/download/Pesquisa_de_Demanda_Turistica_da_Temporada_de_Verao_2016.pdf>. Acessado em: 12 de novembro de 2016.

O'DONNELL, J.; **A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

- OPPERMANN, M., *Tourism space in developing countries*. In: **Annals do Tourism Research**. 1993, n.20, p.535-560.
- PARTOUNE, C.; “La dynamique du concept de paysage”. *Revue Éducation Formation*. Liège, N.275, 2004.
- PAULET, J-P.; *L’homme et la mer: représentations, symboles et mythes*. Paris, Economica, 2006.
- PEARCE, D., **Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.
- PERON, F., RIEUCAU, J.; **La maritimité aujourd’hui**. Paris: L’Harmattan, 1996.
- PERON, F.; “Des monstres et merveilles de la mer”. In: CORBIN, A. e RICHARD, H., (Orgs.) *La mer: terreur et fascination*. Paris: Seuil, 2004, pp. 165-183.
- PEYVEL, E.; “Mui Ne (Vietnam): deux approches différenciées de la plage par les touristes occidentaux et domestiques”. In: *La plage: un territoire atypique*. *Revue Géographie et Cultures*, n.67. Paris: Ed. L’Harmattan, 2008, pp.79-91
- PINTO, A. M., **Dicionário Geográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.
- PITTE, J. R., **Histoire du paysage français**. Paris: Tallandier, 1983.
- PLANHOL, X., **Géographie historique de la France**. Paris: Fayard, 1988.
- PRÉVÉLAKIS, M.; “La double signification de la maritimité dans la culture hellénique”. In: PERON, F. e RIEUCAU, J. (Orgs.), *La maritimité aujourd’hui*. Paris, L’Harmattan, 1996, pp.55-60.
- RIEUCAU, J. e LAGEISTE, J.; “La plage, un territoire singulier: entre hétérotopie et antimonde”. In: *La plage: un territoire atypique*. *Revue Géographie et Cultures*, n.67. Paris: Ed. L’Harmattan, 2008.
- ROCHA, L., **Viajantes estrangeiros no Espírito Santo**. Brasília: Ed. Abrasa, 1971, 190p.
- ROCHA, L., **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. Vitória: Ed Revista Continente MEC, 1980, 221p.
- RODRIGUES, A. B., *Le tourisme et les problèmes de protection de l’environnement sur le littoral de l’Etat de São Paulo*. In: **Les cahiers d’Outre-Mer**. Bordeaux, 1988, p.415-419.

RODRIGUES, A. B., Geografia e Turismo – notas introdutórias. In: **Geografia**, 6:71-82. São Paulo, 1992.

RODRIGUES, A. B., **Águas de São Pedro – estância paulista. Uma contribuição à geografia da recreação.** São Paulo: FFLCH-USP, 1995. 286p. Tese de doutoramento.

RODRIGUES, A. B., **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais.** São Paulo: Hucitec, 1996 (a).

RODRIGUES, A. B., Natureza e método de análise do espaço do turismo. In SOUZA, M. A. A., (org.) **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996, (b), p. 318-330.

RODRIGUES, A. B., *Percalços do planejamento turístico: o Prodetur-NE.* In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais.** São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 147-162.

RODRIGUES, A. B., **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, A. B., Geografia do turismo: novos desafios. In: TRIGO, L. G. G. et. all, (Orgs.). **Turismo. Como aprender, como ensinar.** São Paulo: Senac, 2003, p.87-122.

SAINT-HILAIRE, A. – Segunda viagem ao interior do Brasil: Espírito Santo (1830). Tradução de Carlos Madeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, 245p.

SAINT-HILAIRE, A. – Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce (1818). Tradução de Milton Amado. São Paulo: Editora Edusp Itatiaia, 1974, 122p.

SALLETO, N. – Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011, 140p.

SANTOS, M., **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M., *A noção do Tempo nos estudos geográficos.* In: **Por uma geografia nova.** São Paulo: HUCITEC, 1986.

SANTOS, M., **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M., **Técnica, espaço, tempo.** São Paulo: Hucitec, 1994

SANTOS, M., **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002, 4ªed.

SANTOS, M., **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Edusp, 2004, 5ªed.

SAUER, C. O., *Forework to Historical Geography*. In: Annals of the Association of American Geographers, 1941, n.31, pp. 1-24.

SAUER, C.; **Seeds, spades, hearths and herds. The domenstication of animals and foodstuffs.** Cambridge: The MIT press, 1969.

SEQUEIRA, A. de – Esboço histórico dos costumes do povo Espírito-Santense: desde o tempo coloniais até os nossos dias. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 1944, 147p.

SILVA, C. A. F.; *Os avatares da Teoria da Difusão Espacial: uma revisão teórica.* Revista Brasileira de Geografia, 57 (1), pp.24-51, 1995.

SILVA, M. W., “A Geografia e o estudo do passado”, **Terra Brasilis (Nova Série)**, 1/2012. Documento acessível online em: <http://terrabrasilis.revues.org/246>.

SORIANO, F. F., **Pequeña historia del turismo.** Palma: Los Iconos de Ferón, 1996.

STOCK, M. (Org); **Le tourisme: acteurs, lieux et enjeux.** Paris: Belin, 2003.

TELES, R. M., **Fundamentos geográficos do turismo.** Rio de Janeiro: Elsevier/Capus, 2009.

URBAIN, J. D.; **Sur la plage: moeurs et coutumes balnéaires (XIXème-XXème siècles).** Paris: Payot, 1996.

URRY, J.; **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.** São Paulo: Nobel, 1996.

VALLE, E. Q., **O Estado do Espírito Santo e os Espírito-Santenses: dados, fatos e curiosidades.** Vitória: Ed. Vitória da Penha, 1971, 122p.

VILLAIN-GANDOSSI, C., “Au Moyen Âge, le domaine de la peur”. In: CORBIN, A. e RICHARD, H., (Orgs.) *La mer: terreur et fascination.* Paris: Seuil, 2004, pp. 103-144.

WACKERMANN, G., **Tourisme et transport.** Paris: Sedes, 1993.

WAGNER, P., MIKESELL, M.; *Os temas da geografia cultural.* In: CORREA, R., L., ROSENDAHL, Z. **Introdução a Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003/1962.

WILBERFORCE, E., Os ingleses na costa: impressões de um aspirante de marinha sobre o Espírito Santo em 1851. Vitória: Ed. Cultural-es, 1989, 37p.

Anexos

ANEXO A - Matéria jornalística de junho de 1956 mostrando a falta de fiscalização das atividades da MIBRA

Inexistência de Fiscalização Sôbre As Atividades da MIBRA em Guarapari

«Fiscalização Militar», simples placa para coonestar a fraude e contrabandos — Estoques sem vigilância, depósitos violáveis e fiscal inteiramente leigo, responsabilidades grave do Conselho Nacional de Pesquisas nos co ntrabandos que vierem a ser apurados

Regressaram de Vitória, no mesmo avião da FAB que os conduziu terça-feira última, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre Energia Atômica e a comitiva de jornalistas que a acompanhara na visita às instalações da MIBRA em Guarapari, praia de areias monazíticas, distante da capital cerca de 60 quilômetros pela estrada de rodagem.

PLACA DE «FISCALIZAÇÃO MILITAR» PARA ACOBERTAR A FARSA

Em Guarapari, parlamentares e jornalistas, acompanhados por deputados estaduais, pelo governador Lacerda de Aguiar, secretários de Estado e membros da sua Casa Civil e Militar, iniciaram a visita às instalações da MIBRA naquele município litorâneo, constantes da usina de separação das areias, instalações de extração no trecho da praia denominado Canto do Riacho e, mais adiante, sôbre uma duna, do barracão onde é executado o processo de lavagem e secagem das areias trazidas da beira-mar.

Além do presidente da Comissão Parlamentar, sr. Gabriel Passos, e dos deputador

Encimado a porta do modesto e exiguo escritório de rudimentares instalações existe uma placa com os seguintes dizeres: «FISCALIZAÇÃO MILITAR». Sua única utilidade é acobertar o crime que ali se pratica sob a inteira responsabilidade do Conselho Nacional de Pesquisas, isto é, a inexistência real de qualquer fiscalização sôbre as atividades de empresa cujos indícios vementes falam de fraudes e contrabando de partidas de monazita e de sais de tório.

ADJUNTO E GERENTE: DOIS HOMENS NUM SO FISCAL DA PRÓPRIA MIBRA

Exerce as funções de fiscal o sr. Alvaro Freitas Dantas, funcionário do Ministério da Guerra, lotado na Fábrica de Explosivos, nomeado para o cargo em 1951 pelo Major Gama Gross, primeiro e último fiscal militar da MIBRA e demais empresas vinculadas às duas «gangs» do saque dos nossos minérios atômicos por conta dos trustes norte-americanos.

processos de fiscalização que usa nada têm de comum com aqueles — rigorosos e metódicos — relatados pelo major Gross perante a Comissão Parlamentar quando de seu depoimento, e por ele estudados e introduzidos. Não existe fiscalização alguma. Os armazéns — galpões — onde ficam guardados os lotes destinados à ORQUIMA e à disposição da CACEX para a exportação ficam de portas abertas e à noite, quando fechados, não possuem segurança de espécie alguma e nem mesmo vigia especial. A usina, por sua

vez, é instalada num barracão de grandes dimensões, onde qualquer tipo de fiscalização é puro mito.

Fraudes e saídas clandestinas de partidas de monazita e de tório podem ocorrer sem a menor dificuldade. O sr. Soeiro é a autoridade soberana dentro das instalações da MIBRA em Guarapari e nos armazéns de Vitória, pertencentes à firma subsidiária CESMAG, da mesma forma que Boris Davidovitch reina com poderes quase ilimitados sôbre o Município de Guarapari.

Não Pode Ser Rompido o Poderoso Laço da Coexistência Pacífica

«TAKUNG PAO» E A IMPRENSA DA INDONÉSIA COMENTAM A REAÇÃO AMERICANA AO RECONHECIMENTO DA CHINA POPULAR PELO EGITO

PEQUIM. 1 (Agência No-

pais diz respeito somente a ele e não permite qualquer intervenção exterior».

«O passo dado pelo Egito foi geralmente interpretado como benéfico para a unidade entre os países asiáticos e africanos e para a coopera-



Na salinha que a MIBRA reservou à «Fiscalização Militar»: o presidente da Comissão Parlamentar, sr. Gabriel Passos, deputados Seixas Dória e Floriano Rubim procuram decifrar a zarada que lhes propõe o fiscal ao tentar explicar o seu método de controle. Sôbre a mesa, amostras da produção da usina, que identifica pelo «jeitão»

CARTA D

ANEXO B - Matéria jornalística de outubro 1957 mostrando a falta de fiscalização das atividades da MIBRA

ULTIMA HORA



Rio de Janeiro, Terça-Feira, 16 de Outubro de 1957



PAGINA 3

Sem Fiscalização a Extração de Areias Monaziticas

Matéria Prima Reclamada Pela Defesa Nacional em Poder de Estrangeiros

SALÁRIO DE FOME NO LITORAL — TOTALMENTE DESPREZADO O ÂNGULO ESTRATÉGICO — ENTRADA PROIBIDA SÓ NO LETREIRO — 200.000 TONELADAS JÁ FORAM EXPORTADAS, SENDO A METADE CLANDESTINAMENTE

É um crime o que está ocorrendo na exploração das areias monaziticas ao longo do nosso litoral. As principais usinas e jazidas, de onde saem minérios de grande valor estratégico e reclamados pela Defesa Nacional, estão no Espírito Santo e os representantes do Governo Federal moram em Copacabana, não existindo assim, a menor fiscalização no fabrico do urânio e do tório, elementos indispensáveis à Segurança do Brasil.

Por falta de conhecimento de causa, pelo suborno, e por uma criminosa displicência, os nossos homens públicos deixaram cair incalculáveis riquezas nacionais em poder de companhias estrangeiras, bastando citar a entrega da mina de ouro de Morro Velho aos ingleses, de onde saíram mais de 380 toneladas de ouro para a prosperidade da Grã Bretanha.

O Brasil e a Índia, como é sabido, são os maiores produtores de areias monaziticas. De 1884 até Janeiro de 1951 a sua exportação foi livre e cerca de 100.000 toneladas saíram oficialmente das jazidas, do litoral fluminense ao sul da Bahia, enquanto outras 100 mil saíram clandestinamente. Ainda hoje o contrabando é franco. O grosso da produção, todavia, está em Guarapari, no Espírito Santo, onde este jornalista, em companhia de um fotógrafo, percorreu, sem ser incomodado por quem quer que seja, as usinas e laboratórios sob a vigilância dos Ministérios da Guerra e da Agricultura e onde são extraídos minérios da bomba atômica.

FISCALIZAÇÃO...

Minerais de grande valor estratégico são vendidos ao correr do martelo, inclusive a "Inaremo", subsidiária da Mibra, que por sua vez é filiada à Rare Minerals and Metals de Nova York, e que tem aparelhagem para a refinação de areias monaziticas e fabricação de tório, sob a permanente fiscalização do governo Federal...

A dois quilômetros, antes de Guarapari, está localizada a usina de "Inaremo", com o seguinte cartaz à beira da rodovia:

"Entrada expressamente proibida!"

O letreiro é para justificar a lei n.º 1310, de 13 de janeiro de 1951, que proíbe a exportação

encontrando um só fiscal do governo... Uma vergonha!

Esta reportagem vale como um grito de alerta ao governo, no sentido de ser exercida uma vigilância severa na exploração dos nossos minérios, sobretudo em Guarapari.

Na opinião dos geólogos que conhecem, realmente, os nossos depósitos de monazita, as re-

servas com que ainda podemos contar hoje em dia são provavelmente menores que o total até aqui exportado.

Última de Uma Série Exclusiva Para ULTIMA HORA

Impunha-se, por isto, preservar o pouco que ainda nos resta do precioso legado que tão mal soubemos aproveitar.

ÂNGULO ESTRATÉGICO

Por outro lado não há como esquecer o ângulo estratégico. Com a exportação de areia monazitica, em bruto, privávamos o país de uma grande quantidade de tório, combustível nuclear em que os físicos depositam a maior confiança como futura fonte de energia e do qual somente o Brasil e a Índia possuem grande reservas. Com a industrialização de 3.000 toneladas anuais de monazita criaremos uma reserva de tório aproximadamente de 150 toneladas por ano, além de uma quantidade reduzida, mas não desprezível, de urânio: cerca de duas toneladas.

EXPLORAÇÃO DO HOMEM

Depois de passar um dia nas jazidas de Guarapari, a céu aberto, vi a mais torpe exploração do trabalhador. Legiões de trabalhadores percebem um salário de fome, que não ultrapassa a 18 cruzeiros por dia, de sol a sol. Os donos das minas não prestam assistência aos operários, não funcionando, sequer, um ambulatório, uma só escola. São párias morando em miseráveis palhoças, numa promiscuidade de porcos, ao léu da sorte.



Areias monaziticas prontas para o embarque. Tanto podem ir para os Estados Unidos, como para a Argentina



Outro trapiche na baía de Guarapari, pelo qual foram embarcadas, clandestinamente milhares e milhares de toneladas de areia monazitica

ANEXO C - Matéria jornalística de junho de 1956 mostrando a falta de fiscalização das atividades da MIBRA

PÁGINA 6

Rio de Janeiro, 5 de Junho de 1956

TRIBUNA DA IMPRENSA

DIANTE DE 12 DOCUMENTOS, A CONFIS SÃO ESTARRECEDORA

Feita à base de roubo e suborno a exploração dos minerais atômicos

Carta da MIBRA e da INAREMO denunciam a compra de um deputado, de um juiz e de jornais, para facilitar as atividades do grupo Davidovich — Dramático depoimento de Boris Davidovich na Comissão Parlamentar de Inquérito



BORIS DAVIDOVICH
Suas confissões estarreceram deputados e jornalistas

COMPRA de jornais e de um magistrado, ordens a um deputado para apresentar emendas a projeto em andamento na Câmara Federal e instruções para roubar no peso e no teor torífico da areia monazítica a ser exportada para os Estados Unidos são alguns dos fatos contidos nos documentos oficiais da MIBRA E DA INAREMO e que ontem foram revelados pelos deputados Seixas Dória e Pedro Braga à Comissão Parlamentar de Inquérito quando prestava depoimento Boris Davidovich, personagem de destaque daquelas organizações.

DEPOIMENTO

Durante três horas, Boris Davidovich, russo, prestou depoimento. Começou fornecendo informações sobre suas atividades e acabou por confessar graves irregularidades cometidas por ele e por suas empresas.

Durante muito tempo, tentou iludir os deputados, porém, quando se convenceu da inutilidade de suas negativas diante da avalanche dos documentos apresentados, cedeu.

A Comissão Parlamentar e os jornalistas acompanharam estarecidos os lances dramáticos vividos pelo depoente. Depois de ne-

gar com veemência e violência os fatos, o homem que com Augusto Frederico Schmidt disputa o monopólio da exploração do tório brasileiro acabou sucumbindo e, saguando, reconheceu como autênticos os doze documentos exibidos por Seixas Dória e Pedro Braga.

COMPRA DE JORNAIS

Inquirido sobre uma carta de 2 de agosto de 1950, na qual Sobreira informava que a MIBRA estava no propósito de comprar o silêncio de "O Globo" e a TRIBUNA DA IMPRENSA, Boris limitou-se a dizer ser o documento autêntico.

Idêntica atitude teve ao ser interrogado sobre a carta de 3 de outubro de 1950, em que falava no sit-

de 1950, Boris enviou ao deputado Eurico de Aguiar Salles, atual diretor-executivo da SUMOC. Essa carta aconselhava o deputado a intervir na discussão do projeto 260 que regulava o comércio de minerais atômicos, dando o teor das emendas que deveriam ser apresentadas.

Por incrível que pareça, as emendas alinhadas por Boris Davidovich foram efetivamente apresentadas, porém com a assinatura de outro deputado.

Totalmente arrastado, o depoente afirmou ainda ser autêntica a certidão extraída num dos cartões de Vitória onde se comprovava ser o sr. Eurico de Aguiar Salles, procurador da MIBRA desde 1941.

ROUBO NO PESO

Para surpresa de todos, Boris Davidovich confirmou também que, realmente, dera por carta instruções para adulterar o peso e o teor torífico da monazita que havia em 1950 negociado com os Estados Unidos.

O depoente apresentou-se à Comissão Parlamentar como brasileiro naturalizado, (desmentiu usar também as nacionalidades francesa e americana). Informou

ser apenas procurador e consultor técnico da MIBRA (Monazítica e Ilmenita do Brasil) S.A., e presidente da INAREMO.

Não fez qualquer referência às demais firmas que possui no Espírito Santo: INACAP e Cia. Espírito-santense de Navegação.

Afirmou que tanto a MIBRA como a INAREMO, só operam no Estado do Espírito Santo. A primeira surgiu em 1939, como sucessora da firma francesa "Société de Minerais" e a última foi criada em 1950.

DIRETORIAS

Decisou ser acionista da MIBRA e que a atual diretoria dessa organização está composta pelos senhores Osvaldo Guimarães (secretário de Finanças do Governo do Espírito Santo, Carlos Freire Zenha, Alcides Guimarães, Antônio Sobreira e Vicente Burian.

Perguntado sobre os nomes dos acionistas disse ignorar, uma vez que a MIBRA é uma sociedade constituída por ações ao portador. Esclareceu que a diretoria da INAREMO é formada por ele, Zenha, Sobreira e Burian.

PRODUÇÃO

Adiantou que até agora a MIBRA produziu 20.850 toneladas de

monazita: 10 mil antes da lei 1.310 e 10.850 depois. Esclareceu também que antes da proibição negociava ilmenita, zirconita, sais de terras raras, e monazita com os Estados Unidos.

A SERVIÇO DA ORQUIMA

Respondendo ao deputado Frota Moreira, esclareceu que atualmente está vendendo monazita à ORQUIMA. Afirmou que há dois meses firmou contrato com a empresa do sr. Augusto Frederico Schmidt e que já negociou 5.500 toneladas de monazita no valor de Cr\$ 13.700 mil.

PRIVILÉGIOS

Ao deputado Arino de Matos informou que entrega ao governo para exportação monazita com 5% de impurezas enquanto que para a ORQUIMA fornece monazita pura com teor elevado de óxido de tório.

OUTROS PORMENORES

As perguntas dos deputados Daroberto Salles, Gabriel Passos, Frota Moreira, Arino de Matos, Seixas Dória e Pedro Braga proporcionaram ainda os seguintes pormenores:

1. A INAREMO está parada desde dezembro de 1955 e foi fundada a conselho do general Bernardino de Matos, ex-presidente do CNP e tem capacidade para produzir anualmente 40 toneladas de óxido de tório e 800 toneladas

de 10 mil, um técnico para instruir técnicos brasileiros;

3. A INAREMO pelo fornecimento de 25 toneladas de tório ao governo vai receber Cr\$ 8 milhões;

4. No exterior não há mercado para sais de terras raras;

5. Por duas vezes apeliou para o general Angelo Mendes de Moraes pedindo técnicos para a INAREMO. Explicou que o general como chefe da Produção do Exército poderia recomendar-lhe um químico. Disse também que o major Gross fez um levantamento na INAREMO visando aumentar as instalações de ácido fosfórico;

6. Suas ligações nos Estados Unidos se fazem pela firma "Rare Minerals", sediada em Nova York e dirigida por sua filha Kátia;

7. Estima em 300 mil toneladas de areias monazíticas as reservas captações;

8. O processo criminal que corre na 4.ª Vara Criminal de Vitória em consequência de uma carta rogatória enviada de Paris pela "Société de Minerais" foi arquivado por falta de provas;

9. Nos últimos dez anos, Boris Davidovich não se lembra de ter comprado jornalistas;

10. Há 60 anos, ininterruptamente, vêm sendo exploradas as jazidas de monazita do Espírito Santo.

HOJE: ANAPIO GOMES

Proseguindo em seus trabalhos à Comissão Parlamentar ouvirá,

O OUTRO LADO DA BAÍA

Estudantes vão pagar menos nos bondes

O abatimento ainda vai ser regulamentado — Eleições em Miguel

Na Prefeitura

ANEXO D - Matéria jornalística de junho de 1956 mostrando a falta de fiscalização das atividades da MIBRA

TRIBUNA DA IMPRENSA

Rio de Janeiro, 1 de Junho de 1956

PÁGINA 7

A Comissão de Inquérito no Espírito Santo:

A MONAZITA SAI DE MADRUGADA DO CAIS PARTICULAR DA MIBRA

Os navios atracam e voltam carregados — O fiscal recebe ordens da firma exportadora: lança nos livros o que o gerente dita — O funcionário do CNP confunde monazita com ilmenita — Dispensados às carreiras os homens que haviam sido contratados para ensacar a monazita de embarque — Depõem os deputados: Dagoberto Sales: "É possível o contrabando"



Na Praia de Areia Preta, o geólogo Façanha (último da direita, pontando o dedo) dá esclarecimentos aos deputados Dagoberto Sales e Seixas Dória

Reportagem de
CALAZANS FERNANDES
Fotos de
ERNESTO SANTOS

EXISTE fiscal do Conselho Nacional de Pesquisas, mas não há fiscalização: os beneficiadores de areia monazítica podem contrabandear à vontade, porque ninguém os incomoda e nem mesmo a Alfândega tem poderes para fiscalizar os embarques (portaria reservada do ministro Lafer, de número 45, de 23 de dezembro de 1955). Foi esta a conclusão a que chegou a Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga os minerais atômicos, depois de visitar as instalações da Mibra (Monazita e Ilmenita do Brasil S. A., de Boris Davidovitch), em Guarapari, e as praias do Espírito Santo.

Em resumo, a Comissão de Inquérito apurou:

1.º) — O fiscal não exerce fiscalização efetiva, mediante o controle da produção, exportação e estoques;

2.º) — Não tem conhecimentos técnicos para saber distinguir os vários tipos de minérios e seus subprodutos;

3.º) — Não tem a necessária independência para fiscalizar, porque mora de graça em casa de propriedade da firma exportadora;

4.º) — A aparente fiscalização que pode existir é improvisada, servindo apenas para justificar a presença do fiscal na usina beneficiadora;

5.º) — Se a Mibra quiser pode fazer contrabando, porque não

chance, para a Comissão de Inquérito, nada conseguiu porque esta chegou tarde.

NA MIBRA
Viajando em avião da FAB, a Comissão de Inquérito chegou a Vitória às 11 horas de terça-feira, e logo às 15 horas estava em Guarapari, em visita às usinas da Mibra, acompanhada de perto pelo governador Aguiar e alguns secretários de Estado.

A presença de deputados e jornalistas dentro das usinas da Mibra despertou o interesse da população. Muitos populares aproveitaram o ensejo para fazer o que há 10 anos não haviam conseguido, embora morassem ali mesmo: entrar e ver tudo por dentro.

A USINA
A coisa, de modo geral, não impressiona nem justifica a placa do Conselho Nacional de Pesquisas à porta: "Proibida a entrada de estranhos".

As instalações são rústicas, parecendo mesmo destinadas a uma indústria passageira: tudo de madeira. Apenas a maquinaria magnética é de metal.

A usina compõe-se de uma estação de areia bruta, onde é armazenada a areia procedente da jazida, despejada dos caminhões. A areia contém mais de 0,2 por cento de monazita, por se tratar de jazida em fase de exploração, já explorada pela segunda vez. Ela

ESTOQUE E PRODUÇÃO

Entre os depósitos da Mibra, em Guarapari, os da Inaremo, na restinga de Joana e os da Cosmag, em Vitória, Bória tem, atualmente, prontas para embarque, 1.170 toneladas de monazita; 25 toneladas de tório e outros sais. A Inaremo produziu até hoje 74.800 toneladas de oxalato de tório.

Como parte de um contrato firmado recentemente com a Orquima, a Mibra deve-lhe, entrega até o dia 15 de junho, 720 toneladas de monazita. Até agora, saindo de caminhões para Vitória e

— O fiscal existe, mas ele não funciona. Sei que se trata de um homem honesto. Porém está de mãos amarradas. Nada pode fazer, porque o erro é de cima. Que autoridade tem ele para fiscalizar se mora de graça em casa da MIBRA? Aliás, quero chamar a atenção da Comissão de Inquérito para este ponto: depondo na Câmara disse o cel. Alvaro Vieira da Rosa, novo presidente do CNP, que desconhecia qualquer acordo pelo qual a firma exportadora deveria dar toda assistência ao fiscal, inclusive residência.

Está na cara, disse ele, que a monazita é a preta. Ora, ele trocou alhos por bugalhos: preta é a ilmenita, de pouco valor.

CONTRABANDO

— Nada mais fácil para a MIBRA, adiantou o deputado Seixas Dória, do que o contrabando. Ela dispõe de cais particular, onde segundo fui informado, têm atracado embarcações à noite. Isto não é novidade.

Recorda o deputado, que já em 1948 navios de grande calado e de nacionalidade estrangeira atracavam em Guarapari (que não é porto de mar), no cais da MIBRA, para receber areia. E o caso do vapor norueguês "Mercator", que numa de suas viagens em 1948 deixou enterrado em Guarapari o marujo de nome B. Heugess, morto por afogamento, quando embriagado (atestado de óbito e certidão fornecidos pelas autoridades do município), tentara alcançar o convés do navio.

— Aliás, informou o deputado, essas irregularidades devem ocorrer também na Orquima, onde a fiscalização é feita nas mesmas condições. Vou sugerir uma visita da Comissão às instalações da Orquima em São Paulo e Barra de Itabapoama, no Estado do Rio.

OPINIAO DISCORDANTE

A única opinião discordante foi a do deputado Arino de Mattos (PSD — Estado do Rio),

Até mesmo um empregado de Boris, que pediu não revelásemos o nome, disse:

— É isso mesmo. Vamos ver se agora fecham com isso.

CONFERENCIA EM VITORIA

A Comissão encerrou os seus trabalhos com uma conferência proferida à noite, na sede da Assembleia Estadual, em Vitória, pelos deputados Dagoberto Sales e Seixas Dória, perante uma assistência de mais de 1.000 pessoas, entre trabalhadores, estudantes e gente do povo.

O deputado Dagoberto Sales fez uma exposição sobre o valor energético do tório tirado das praias do Espírito Santo e levado para o exterior. Disse do que isso representava para a humanidade, levando-se em conta que a energia do futuro será atômica, considerando-se que um quilo de tório vale por 3.000 toneladas de carvão.

A seguir, o deputado fez um paralelo entre a situação americana e a brasileira. Falou sobre a necessidade de um movimento de opinião pública no sentido de exigir do Executivo, não só que não assinasse mais acordos atômicos nas condições dos que têm sido assinados, mas também que denunciasse todos os acordos em vigor.

— Para tanto peço que as assembleias estaduais se reúnam



ANEXO E - Entrevista com o prefeito Graciano Espíndula, concedida ao jornal A Gazeta em 1983

Graciano Espíndula

O Governo Federal não está nesta briga

Maura Fraga

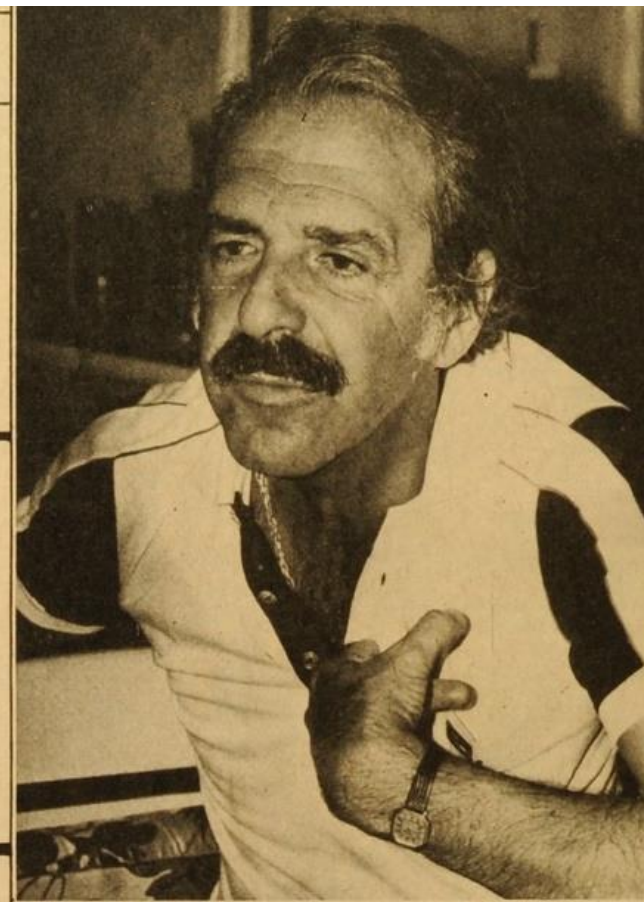
Durante a sua adolescência, quando o balneário de Guarapari era ainda um local deserto, e nem sequer ponte existia, para atingi-lo, o menino Graciano Espíndula acompanhou, de perto, a travessia de um homem, inteiramente paralítico, num pequeno barco, para o outro lado da cidade.

Curioso, e observando que muitos os acompanhantes do visitante recém-chegado, acabou por descobrir que se tratava de um secretário de Estado de Minas Gerais, vítima de um

A luta contra a retirada de areia monazítica em Guarapari não é com o Governo Federal. Quem assegura é o prefeito Graciano Espíndula que ameaça provar isto através dos autos, na Justiça, advertindo: "Estão querendo envolver o Governo nisto, mas vamos provar que ele não tem participação".

Contestando ser um sonhador, o prefeito anuncia que transformará o balneário em um ponto internacionalmente conhecido: "Vamos vender saúde. Cleveland em cardiologia, Guarapari em reumatologia. E mudar a base da economia deste Estado, ou quem sabe, do país".

O prefeito pretende atrair para Guarapari 50 milhões de portadores de doenças de fundo reumático, dispersas pelo mundo. E assinala que este é o motivo que o levou a se empenhar na luta contra a remoção da areia, "para fins nem tão importantes, como bem sabemos".



Para Graciano Espíndula, Guarapari pode ser um balneário bem-estruturado

ANEXO F – Jornal Última Hora, setembro de 1956

**Aproveite bem este fim de semana
passando em GUARAPARI os dias
7, 8 e 9 de Setembro**

e voltando ao Rio na segunda-feira, dia 10, às 7 horas da manhã.

GUARAPARI — famosa estância de veraneio do Espírito Santo, onde as praias são mais bonitas, as águas são mais claras e a pesca é mais abundante, é célebre também pelas suas areias monazíticas e radioativas indicadas no combate ao reumatismo.

Vôos especiais diretos, do Rio a Guarapari, em aviões da

REAL / AEROVIAS

Partida do Rio:

Sexta-feira, 7 de Setembro, às 10 horas da manhã, do Aeroporto Santos Dumont.

Retorno ao Rio:

Segunda-feira, 10 de setembro, às 7 horas da manhã, chegando ao Aeroporto Santos Dumont às 8,30 horas.

Hospedagem no **RADIUM HOTEL** o melhor e mais confortável hotel da cidade.

PREÇO TOTAL: (incluindo passagens de ida e volta, estadia, refeições completas, gorjetas e taxas)

Cr\$ 3.000,00 por pessoa — Cr\$ 5.850,00 por casal

Poucos lugares disponíveis. As reservas só serão aceitas até o próximo dia 6 do corrente, quinta-feira, às 12 horas, nos Escritórios de

HOTÉIS BIANCHI LTDA.

ANEXO G - Jornal Última Hora, 18 de dezembro de 1956.

GUARAPARI: UMA PRAIA DE AREIAS COM PROPRIEDADES RADIOATIVAS

Abandonada, Inteiramente, Pelos Poderes Públicos a Mais Famosa Praia do Brasil — Conhecida no Espírito Santo, Como "Cidade Saúde" Poderia Ser o Maior Centro Turístico da América do Sul — Milagrosas Curas já se Registraram Nas "Areias Pretas" — O Crime e Lesa-Pátria: Exportação da Monazita — Dados Impressionantes Sobre a Criminalidade de Nossas Riquezas Mineraias — Reportagem de ALDEMAR MIRANDA

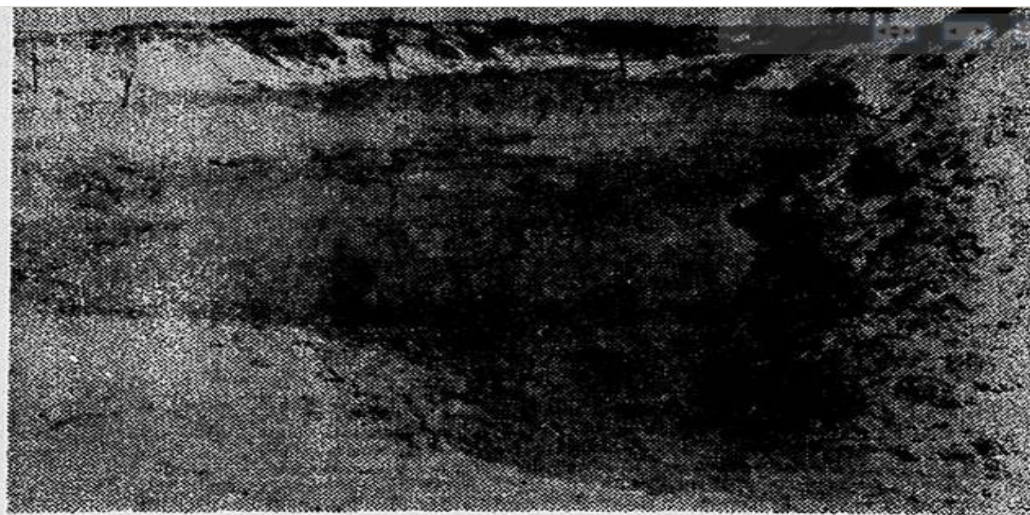
A pouco mais de uma hora de automóvel da Cidade de Vitória encontra-se desconhecida e obscura, uma praia, que se houvesse um serviço organizado de turismo no Brasil ou no Espírito Santo, seria hoje, sem dúvida alguma, a mais famosa praia do mundo, mas que, infelizmente, continua desconhecida até para a maior parte dos brasileiros e mesmo de alguns espiroto-santenses.

Trata-se de Guarapari, conhecida em Vitória como a "Cidade Saúde", onde a par com a magnífica beleza da paisagem, encontram-se as praias de "areia preta", ou sejam, praias formadas inteiramente de areias monazíticas, com propriedade rádio-ativa, cujos efeitos medicinais são amplamente comprovados pela ciência. Teiramente de areias monazíticas, com propriedade rádio-ativas, Aleijados se curaram, tudo graças às propriedades rádio-ativas da areia.

Praia da Saúde

Apesar da absoluta falta de divulgação sobre as propriedades medicinais de Guarapari, para não falarmos na ausência criminosa de um plano de turismo para explorar aquela cidade, muita gente residente no

tam: a beleza maravilhosa de suas praias, onde a natureza construiu entre rochedos verdadeiras e espetaculares piscinas naturais, que contam inclusive, com trampolins, também naturais, formados pelas pedras



As praias de Guarapari estão tôdas assim esburacadas

pático "Clube Siribeira", onde se reúne os veranistas elegantes, todos os sábados, para uma "soirée" dançante.

Crime Contra a Pátria

Guarapari é conhecida, porém, na Europa e na América do Norte, há mais de 50 anos, não pelas suas propriedades turísticas, mas pela riqueza de minérios rádio-atomícos que encerram as suas areias monazíticas. Um aventureiro internacional cuja história será contada oportunamente neste jornal, Boris Davidovitch, ali se estabeleceu na última conflagração mundial, como representante dos acionistas da "Miniera", constituindo, depois, uma firma "nacional", a "Mibra", com a finalidade de exportar monazita, inclusive para a Alemanha.

Antes da indústria do aviação, Boris, a monazita sala de Guarapari como lastros dos navios estrangeiros que aportavam no Espírito Santo. Segun-

do dados estatísticos publicados em "Monazita do Brasil", na Revista de Engenharia, Mineração e Metalurgia, em julho de 1955, de 1895 a 1950 já exportamos aproximadamente 81.500 toneladas. Nossas reservas, segundo tudo indica, estão praticamente esgotadas.

Impressionante o Eshbanjamento de Nossas Riquezas

Ora, um quilo de tório ou urânio é equivalente em poder energético a 3.000 toneladas de carvão. A exportação de 1 mil toneladas de monazita correspondente ao envio para o exterior de 56 toneladas de tório, o que é equivalente a 168 milhões de toneladas de carvão que, por sua vez, é a nossa produção em 100 anos!

Por aí verifica-se o seguinte: o navio que transportar 10 mil toneladas de monazita está levando, em uma só viagem,

quantidade de combustível atômico equivalente a nossa produção de carvão em mil anos! Quem pagará por isto?

Salvar o Que Resto

Ainda resta, felizmente, um resto de monazita nas areias das praias de Guarapari, localizando-se, principalmente, em frente ao Hotel Radium, no local conhecido como "praia de areia preta", onde a areia é realmente escura e, em outros locais, como, por exemplo, na praia Santa Monica, lotada recentemente por uma firma de Minas que, em poucos meses, vendeu quase todos os lotes a industriais daquele Estado.

Resta adotar uma providência energética em defesa do nosso patrimônio, da contrário da, qui a alguns anos, estaremos importando monazita para alimentar nossas usinas atômicas que aqui forem instaladas, uma vez que estamos realmente a era do átomo.

ANEXO H - Revista O Cruzeiro, 1º de maio de 1969.



ANEXO I – Propaganda das areias monazíticas

JORNAL DO BRASIL *Beca* *AS09160* *32* quarta-feira, 11/12/91 ○ VIAGEM ○ 3

Espírito Santo **Areias medicinais e históricas**

As areias monazíticas das praias de Guarapari apresentam uma desintegração atômica constante do rádio, do tório e do actínio. A explicação científica, decorada por qualquer capixaba, impressiona. Mas as praias não explodem. Ao contrário, fazem até bem à saúde, auxiliando nos tratamentos de reumatismo, artrite, nevralgias ou sequelas de poliomielite.

Guarapari surgiu porque os jesuítas necessitavam de uma base para a catequese dos índios tupi-guaranis, instalados no litoral capixaba. Fundada em 1569, pelo padre José de Anchieta, a cidade passou por várias identidades: Vila dos Jesuítas, Aldeia de Nossa Senhora, Aldeia de Santa Maria de Guaraparin, Guarapirim, até definitivamente, Guarapari. Nome formado pelos vocábulos *guarã* (garça de penas rosadas) e *puri* (lugar especial), em tupi-guarani.

A 450 quilômetros do Rio de Janeiro, Guarapari oferece um litoral de 32 quilômetros de extensão com 22 praias, enseadas e ilhotas. A maior parte com areias coloridas e a tradicional lama de propriedades medicinais.

As principais são as praias de Areia Preta, Meaípe, Marimbá, Riacho e da Lagoa. Turistas — principalmente mineiros e gaúchos — passam



O litoral capixaba atrai pelas águas calmas, o clima constante. Jacaraípe é um bom exemplo

Sonia d'Almeida

ANEXO J – Propaganda das areias monazíticas

A GAZETA — Vitória (ES), segunda-feira, 6 de abril de 1992

Geral — 3

Areia monazítica melhora o turismo em Guarapari

Enildo dos Santos

Guarapari (Sucursal) — São centenas deles que todos os anos vêm a este balneário em busca de cura para os seus males. A maioria prefere o outono, sofre de doenças de origens reumáticas, dermatológica e alérgica e acredita no milagre das areias radioativas, encontradas em abundância nas praias desta cidade. A fé é tanta quanto a daqueles que buscam os conventos de Nossa Senhora de Aparecida, em São Paulo, Nossa Senhora da Penha, em Vila Velha, ou o de Nossa Senhora da Assunção, em Anchieta.

— C urei-me aqui. Vim em cadeiras de rodas e hoje já posso me movimentar. As águas e as areias são milagrosas. Eu não acreditava, mas me curei e vi muitos casos de pessoas que ficaram boas. Eu mesma sou um exemplo — testemunha Delza Muniz Badaró, que ainda sofre as sequelas de uma artrite reumática, que a obriga ainda a caminhar de muletas.

Clinica

Para Delza Muniz Badaró, as pessoas estão esquecendo a importância do clima de Guarapari, de suas areias e águas geladas. "Acredito que poderia estar completamente curada, mas não tenho numa assistência eficiente de um fisioterapeuta. Tentava fazer uma clínica particular, mas só o que eu gastava de taxi com o tratamento fez com que eu desistisse. Afinal, ficava muito caro. Já era tempo de se fazer uma clínica de tratamento especializado e explorar melhor estes recursos naturais", sugere.

Delza Muniz Badaró, 49 anos, reside em Itabuna, na Bahia. Casou-se aos 17 anos e, no ano seguinte, foi acometida de uma artrite reumática. Encontrada numa cadeira de rodas seguiu para Salvador, Bahia, onde fazia tratamento específico tomando um corticóide (remédio a base de cortizona). Desenganada pelos médicos, foi orientada a continuar o tratamento em hospitais de São Paulo. "Nesta época já ouvia falar de Guarapari e um dos meus mé-



Portadores de vários males, inclusive de reumatismo, esfregam areia preta pelo corpo na esperança de cura

dicos, doutor Simão, já falecido, aconselhou-me a vir para cá".

Outra protagonista dos "milagres das areias radioativas" é Glória Maria Bastos da Rocha Braga, 40 anos, solteira. Nascida, em Ipanema, Rio de Janeiro, com o lado direito paralisado, sua mãe, Alaide Bastos, buscou Guarapari para o tratamento mediante frequência à Praia da Areia Preta, que contém a maior concentração de areias radioativas. Com muito banho de mar e fisioterapia durante nove anos, Glória assegura que houve uma recuperação de 90% em seus movimentos.

"Não foi só ela quem se recuperou. Eu vinha sempre que podia do Rio de Janeiro. Como comecei a ter reumatismo nos dedos, decidi morar aqui definitivamente. Glória se recuperou e eu me curei de um terrível mal", conta Alaide Roza Bastos. Para elas, esses recursos naturais deveriam ser mais valorizados. "A cidade mudou muito e, com o crescimento, nem as pessoas se conhecem mais. Isto já foi muito bom. E bem melhor".

Aliviando as dores

Aos 65 anos de idade, Everildo Simões, residente no Bairro Kubitschek, nesta cidade, está todas as manhãs na Praia da Areia Preta. Entre um mergulho e outro ele esfrega areia no corpo. Com este ritual, garante que está se sentindo bem melhor, depois de ter passado por um tratamento médico em consequência de um derrame que

sofreu e que lhe paralizou todo o lado esquerdo.

"Eu não conhecia. Vim aqui por recomendação do meu médico, de São Paulo. Estava com problemas de dores no corpo, a maioria delas muscular. Falando com o médico que iria suspender o tratamento e vir ao Espírito Santo passear em Vila Velha, de imediato ele me recomendou Guarapari, citando as areias radioativas", disse o paulista Silvano Souza Luís, 49 anos que completa: "Parece ser muito boa".

Dona Firina de Lourdes Martins Bernardes, 86 anos, cercada de amigas e o carinho da filha, Darcy Maria Gaspareto Camargo, 33 anos, veio em busca dos "milagres das areias pretas. A gente se sente rejuvenescida". Natural do Paraná, elas vieram de Brasília. Segundo Darcy Maria, "Guarapari é o lugar ideal. Nós nos sentimos melhor. Minha mãe parece até mais jovem. Descansa-se e a corcova é boa, dando mais disposição, inclusive para caminhar".

Carmita Broco Guimarães, 68 anos, residente em Colatina, diz que já curou um filho de bronquite asmática e agora busca cura para o reumatismo e as dores na coluna. Não existe nada igual a isso aqui. Eu tenho dito isto para todos que eu conheço. Freqüente esta praia a 45 anos. Isto faz milagre. Se quiser, eu dou testemunho para qualquer um".

Pouca importância

Desde que o ex-prefeito Graciano

Espíndola Filho deflagrou guerra contra a Empresa Nucleares Brasileiras S.A. e da Nuclemon Nuclebrás e Monazita Associados Ltda., responsáveis pelas explorações de jazidas neste litoral, em abril de 1983, que não se dá mais importância às jazidas. A exploração acabou no Estado e sua utilização só é feita por aqueles que acreditam em milagres. Há mais de 20 anos trabalhando na praia da Areia Preta, José Capistrano, chefe do serviço marítimo de salvamento, diz que existem lendas e muitas histórias reais. "Muita gente chegou em cadeiras de rodas e agora anda pela cidade. Alguns vão e voltam. Mas, hoje, essas areias não têm a mesma importância dos anos anteriores", comenta.

Capistrano nasceu em Guarapari e tem muitas histórias para contar. Certa vez, segundo ele, percebeu que várias senhoras que estavam sentadas na praia haviam saído de perto de um senhor de avançada idade. "As mulheres estavam com cara de espanto. Por um bom tempo reparei que o senhor havia abaixado o calção e, de bruços, se esfregava na areia. A impressão que se tinha é que ele se masturbava. Fui lá conferir e vi que era verdade. Chamei-lhe a atenção e ele então contou que estava se movimentando para se curar de uma impotência. Obviamente ele parou, atendendo ao meu pedido, mas garantiu que estava tendo bons resultados".



Delza Badaró pôde livrar-se da cadeira de rodas ao morar em Guarapari

Onde há a radioatividade

Muita gente pensa que a radiação está nas areias pretas, mas na verdade, é encontrada na Monazita, que é amarela e contém elementos radiativos. A Monazita foi descoberta no Estado em 1884, na região que engloba Anchieta e Guarapari pelos irmãos Borges, engenheiros Deoclécio Borges e o coronel Aníbal Borges, que constituiram a firma Borges e Cia, que em 1890 exportou para a Alemanha 600 toneladas de Monazita.

A Monazita é usada como fonte de Terras-Raras e Tório. Do Terras-Raras, o elemento cério é usado para ligas pirofóricas (pedras de isqueiros), carvões de cério, para lâmpadas de arco e refletores, além da fabricação de vidros especiais que deixam passar os raios luminosos e refletem o ultravioleta, e parte do infravermelho. É também empregado na produção de resistência e ligas leve (cério, magnésio, alumínio e outros), e usado como catalizador na indústria química.

Como está associada aos minerais pesados como a Ilmenita, Rutílio, Zirconita e Granada, a Monazita ocorre em aluviões ao longo da costa brasileira, nas embocaduras de rios, e nas proximidades das praias. O Rutílio é usado para fabricação do ferro titânico, aços especiais, cerâmica, radiotécnica e tintas. Ilmenita é empregada na indústria aeronáutica, em tintas e aços especiais. Zirconita em vidros especiais, refratários, na indústria eletrônica e em ligas especiais. Granada é empregada na fabricação de lixas e abrasivos.

Até a década de 1950 a Monazita era praticamente a única fonte de Terras-Raras e Tório no mundo. Índia e Brasil eram os únicos possuidores, ditando o monopólio de sua extração, enquanto a indústria bélica e de outros setores, dos países desenvolvidos ficavam na dependência de tão importante material, considerado na época estratégico para a fabricação da bomba atômica.

ANEXO K – Praias do centro de Guarapari

8

CADERNO ESPECIAL

AD09129-7

Praias para todo tipo de turista

PESSOAS DE TODAS AS IDADES ENCONTRAM EM GUARAPARI O LITORAL PARADISIÁCO DESCRITO PELOS POETAS

O litoral de Guarapari é um dos mais bonitos do país. Formado por enseadas de águas cristalinas, ilhas, costões rochosos, vegetação de restinga e praias virgens, o balneário, a cada ano, vem atraindo mais turistas, encantados com as belezas naturais, hospitalidade e a boa infraestrutura. São dezenas de pousadas, hotéis, bares, restaurantes e as mais badaladas casas noturnas do Estado, sobretudo no verão.

A cidade é um istmo cercado por um colar de mais de 30 praias. Algumas são famosas internacionalmente, como a das Areias Pretas e das Castanheiras, no Centro da cidade, que tem as famosas areias radioativas, como a monazita, ilmenita e zirconita. Desde que foram descobertas no início do século passado, na região de Guarapari, elas eram exportadas clandestinamente para a Europa. Atualmente vem atraindo milhares de turistas em busca de cura ou tratamento para doenças reumáticas, alérgicas e dermatológicas.

Atrativos

As praias dos Namorados e das Virtudes, também no Centro, são outras praias famosas. Ao Norte estão as praias virgens, praticamente intocadas, porque

se situam dentro da reserva do Parque Estadual "Paulo César Vinha", em Setiba, destacando-se a Dunas D'Ulé, Praia do Sol – onde está a Lagoa de Carais – que com as chuvas de verão desemboca no mar. Há ainda a Praia de Setiba, com bares, hotéis, restaurantes e outros serviços.

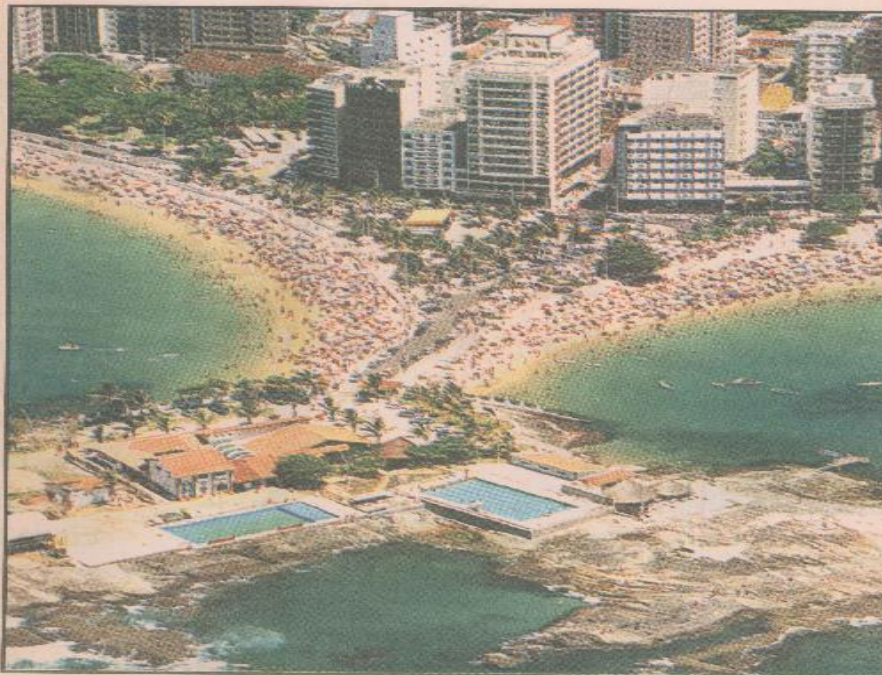
Santa Mônica e a Penção também estão dentro da faixa urbana com bons serviços de bares, pousadas e restaurantes.

Festival

As Três Praias se constituem um local mágico, encanta os turistas e visitantes devido à beleza do lugar e do entorno que ainda é muito bem preservado. Foi ali que ocorreu o famoso Festival de Verão de Guarapari, em fevereiro de 1971, e que atraiu milhares de jovens do Brasil inteiro.

Hoje, nesse local mágico, já está sendo implantado um dos mais belos projetos turísticos do país, com participação de grupos de turismo espanhóis. Na entrada desse balneário está sendo construído um portal inspirado nas torres do Santuário de Nossa Senhora de Assunção e no beato José de Anchieta.

A Praia do Morro tem cerca de três mil metros. É uma das mais disputadas, principalmente no período de verão, quando o movimento ocorre durante 24 horas em quiosques, bares, restaurantes e casas noturnas com música ao vivo. A prefeitura está concluindo um projeto de urbanização para dotá-la de mais atrativos.



Além das praias das Areias Pretas e das Castanheiras, no Centro, Guarapari possui um litoral repleto de opções, capazes de atender aos mais exigentes turistas

Divulgação



Progresso chegou com a primeira rodovia

AS AREIAS MONAZÍTICAS DE SUAS PRAIAS DERAM A GUARAPARI O NOME DE CIDADE-SAÚDE

Guarapari foi uma cidade portuária com bastante movimento até o início do século passado. Isso começou a mudar, através da ligação rodoviária do município com Vitória. E foi a partir dessa época que começou o surto de turismo em Guarapari.

O município passou a ser conhecido nacionalmente, por volta de 1936, com o lançamento de um artigo do médico Antônio Silva Mello sobre as propriedades terapêuticas das areias monazíticas de Guarapari. O material foi publicado no 'Jornal do Brasil' e na Revista 'O Cruzeiro'.

Interesse

A areia monazítica já estava despertando a cobiça dos europeus. Uma prova disso é que elas foram descobertas em Guarapari, no ano de 1898. Em 1906, a Société Minière Et Industrielle Franco-Bresilienne instalou no município a usina Mibra, para fazer o beneficiamento desse tipo de areia e exportando o produto para ser tratado na França.

A Mibra era administrada pelo superintendente russo Boris Davidovitch. De acordo com Silva Mello, a usina funcionava dia e noite, tendo três turnos de operários, que recebiam salários miseráveis. Eles ainda desconheciam a

utilização e o destino das areias de Guarapari. A firma pagava 4% do valor da areia bruta para o Governo, sendo que ainda eram deduzidos os preços de transporte e o direito de importação.

Os funcionários trabalhavam na separação da areia por lavagem e eletroímãs, classificando-as por suas cores e aplicações. A areia era ensacada e levada para os navios sob o pretexto de lastro.

Taxação

A Mibra explorou as areias de Guarapari até os anos 60, quando o governo começou a taxar de forma pesada a exploração e a exportação desse material.

Por isso, a empresa resolveu abandonar as atividades no município. O superintendente da Mibra, Boris Davidovitch, transferiu o negócio para a Nuclemon (Nuclebrás de Monazita e Associados Ltda.), subsidiária da Nuclebrás. A extração das areias foi paralisada por determinação do prefeito Graciano Espindula Filho, em 1983.

A medida surtiu efeito. Um bom exemplo disso foi uma pesquisa desenvolvida pela aluna Mariella Santos da Afonseca, do Instituto Militar de Engenharia (IME) sobre a radioatividade, em Guarapari. O estudo, realizado



Arquivo AG

A notícia sobre os efeitos das areias monazíticas na cura de doenças reumáticas transformou Guarapari num dos mais importantes pólos turísticos do Estado

em outubro de 1993, constatou que houve uma sensível diminuição nos níveis de exposição à radioatividade gama nas ruas e nas praças do município.

Teor

As areias monazíticas são de cor amarela, sendo um fosfato de diversos metais. Elas contêm o tório, de onde se extrai o hélio e outros

elementos usados na desintegração atômica. Além disso, são como o rádio e o urânio, substâncias eficazes no tratamento de problemas reumáticos e de articulação. Na Praia da Areia Preta, é comum encontrar turistas enterrados na areia, em busca da cura para casos de artrite, nevralgias, doenças musculares e perturbações digestivas.

Esse poder das areias fez com que Guarapari recebesse o carinhoso título de Cidade-Saúde. Para muitos, esse tipo de areia é um ótimo remédio para o estresse. De acordo com a pesquisadora Beatriz

Bueno Graeser, que estuda a história de Guarapari desde 1983, as areias radioativas perderam mais de 50% da atividade, devido à urbanização e ao excesso de prédios.

Jazidas dos minerais chegaram a ser literalmente soterradas na Praia do Morro, sob os prédios que surgiram da noite para o dia, na década de 80. As areias monazíticas de Guarapari também podem ser empregadas em raio laser, na fabricação de aparelhos de televisão em cores, lentes fotográficas, na composição de vidros óticos e na indústria metalúrgica, por exemplo.



ANEXO M – Turismo na praia do Morro, a “preferida dos turistas mineiros”

14

CADERNO ESPECIAL

A209128-13

A beleza e a poesia das mais bonitas praias



A Praia do Morro, que fica em Muquicaba, é uma das maiores e mais movimentadas e que atrai milhares de turistas todos os anos, até pela agitação de sua vida noturna

Arquivo AG

Praia do Morro - Guarapari



HOTEL QUATRO ESTAÇÕES
Onde você é a quarta estrela

Restaurante
self-service (almoço)
e à La Carte (jantar)

Aberto ao público das 11h30 às 22h.

(27) 3361-3344
www.hotelquatroestacoes.com.br

AS PRAIAS DE GUARAPARI OFERECEM UM VISUAL QUE EXTASIA OS TURISTAS

Beleza, encanto e sedução são aspectos marcantes da Cidade Saúde. Com 46 praias, o município é o mais famoso e importante balneário do Espírito Santo. Por isso, o turista precisa visitar Guarapari diversas vezes para conhecer esse verdadeiro paraíso.

Uma das ações que pretendem aumentar o interesse do turista pelo balneário será a capacitação de cerca de 1.200 pessoas envolvidas com o turismo de Guarapari. "Queremos fazer com que os visitantes também gostem do atendimento dos quiosqueiros e do restante dos comerciantes. Isso é uma forma de atrair mais turistas e de melhorar a nossa imagem", enfatizou a secretária de Turismo, Sandra Tedoldi.

Preparo

Ela disse que essa capacitação deve ocorrer em outubro ou novembro. Segundo Tedoldi, será criada uma cartilha para mostrar como os comerciantes devem tratar o turista. "Não adianta termos um grande potencial, se não tivermos condições de aproveitá-lo. Por isso, esse processo de conscientização da melhoria do tratamento daqueles que prestigiam na nossa cidade é muito importante", destacou.

Ninguém se encanta por Guarapari por acaso. As praias são um convite ao descanso e ao lazer. Um dos cartões-postais da Cidade Saúde é a Praia do Morro, que tem três quilômetros de extensão e 40 metros de largura. Ela é a

preferida dos turistas mineiros que, no início de dezembro, a escolhem como ponto de visita.

No verão, essa praia é freqüentada por todo o tipo de turista. Uns gostam de curtir as feiras e a vida noturna. Outros gostam de curtir o sol o dia inteiro e se divertir, alugando um jet ski, um caiaque ou passeando de banana-boat.

No Centro, a beleza do litoral é também muito marcante. Uma prova disso é a Praia das Castanheiras, que tem 140 metros de extensão e 20 metros de largura. Ela ainda tem o calçadão mais visitado da Cidade Saúde, que é freqüentado por pessoas de todas as idades. Além disso, é contornada por enormes castanheiras, que deram origem ao seu nome.

Poesia

O naturalista francês Saint Hilaire quando passou por Meaípe chamou a região de Torta de Mandioca. Na linguagem indígena Meaípe significa Rio Novo. Na zona Sul de Guarapari, a praia de Meaípe fica numa aldeia de pescadores. O local é de uma beleza exuberante, com recifes compondo um cenário poético.

Entre a Enseada Azul e Meaípe fica a Praia dos Padres. Ela é considerada o recanto dos poetas, por causa de sua grande tranquilidade. Essa praia é cercada por um pequeno bosque, sendo cheia de coqueiros e de castanheiras.

ANEXO N – Turismo na praia da areia preta



OPÇÃO

Enquanto muita gente vai à Praia da Areia Preta em busca da saúde, outros preferem o bucolismo da Praia dos Padres

Arquivo AG



Na Praia da Areia Preta, a busca de lazer e cura

Os que preferem unir o útil ao agradável podem procurar a Praia da Areia Preta, com 675 metros de extensão e 15 metros de largura. O motivo é simples: as areias monazíticas. Elas são escuras e ricas em monazita, substância com poder medicinal e com alto teor de radioatividade.

No final dessa praia é possível visualizar um barranco de cores variadas, passando do roxo até o branco. Nele, encontra-se a batinga, uma espécie de barro moldável que serve para esculpir objetos. Essa praia também é caminho para a Pedra do Crisoste, que contorna o morro do Guarapari Center.

Aqueles que gostam de romantismo preferem frequentar a Praia dos Namorados, considerada a mais romântica do balneário. Segundo a lenda, dois namorados foram enfeitados um pelo outro por causa da magia do lugar. A Pedra do Trampolim separa a Praia dos Namorados e das Castanheiras. Ali, antigamente, havia dos trampolins, que foram retirados devido aos vários acidentes que aconteceram, alguns de consequências graves.

Freiras

A Praia das Virtudes tem uma história curiosa. Ela já foi cercada de mato e muito escondida, chegando a ser chamada de "bu-

raco quente". Pescadores revelam que a origem do nome dessa praia surgiu devido ao fato de que as freiras só tomavam banho ali, por ser um local mais escondido e discreto.

Já aqueles que estão à procura de águas calmas, uma boa dica é a Prainha de Muquiçaba. O local praticamente não tem ondas, o que diminui, consideravelmente, o risco de afogamentos. Além disso, é ideal para levar as crianças por causa de sua pequena extensão, que é de 360 metros.

O nome dessa praia deriva de Mberu ou Muru, que significam mosquito. E Quiçab ou Quicia, que tem um significado equivalente a ninho ou morada. Antigamente, a praia era chamada de Mberuquicaba ou Muruquicaba, mas a linguagem popular simplificou para Muquiçaba.

Enseada Azul

Os que gostam de belas paisagens não podem deixar de passar pela Enseada Azul, que é formada por três praias. Uma delas é chamada de Guaibura. O nome é derivado do tupi-guarani, sendo que Gua significa enseada ou lagoa e Ibura tem o significado de água que surge. O local é agradável e é considerado o recanto dos pescadores.

A praia de Mucunã ou Peracanga tem 960 metros de extensão e 25 metros de largura. Na linguagem indígena, o termo Mucunã está relacionado a uma trepadeira com folhas venenosas. A praia é muito bonita e se destaca pela enorme privacidade. A praia de Bacutia possui 450 metros de comprimento e 20 metros de largura. O nome Bacutia significa na linguagem indígena mudar de direção adiante.

HÁ 30 ANOS PARTICIPANDO
DA CONSTRUÇÃO DE
GUARAPARI.

GUARAPARI 112 ANOS

30 ANOS
GOTARDO CONSTRUTORA

(27) 3361-0400



ANEXO O – Revitalização da praia do Morro

Vitória, 17 de setembro de 2010 | GUARAPARI | A GAZETA

PROJETO DE MARKETING

A109120-4

05

119 ANOS DE GUARAPARI

executada em etapas

dia 12, pelo lopes. O posto, localizado na região central da orla, funciona diariamente, das 9 às 17 horas, em frente ao Hotel Quatro Estações, durante um período de 30 dias. A iniciativa do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb), visa a garantir à população o acesso a todas as informações sobre o projeto que irá dar à Praia do Morro uma nova urbanização, priorizando sua beleza, além de maior mobilidade, conforto e segurança aos frequentadores. A obra faz parte do Programa de Recuperação Turística de Guarapari (Viva Guarapari). A população de Guarapari está estimada em pouco mais de 100 mil habitantes. No entanto, a população flutuante do município, composta por turistas e visitantes – durante a alta temporada de verão – é de aproximadamente 1,1 milhão de pessoas. As melhorias previstas vão representar benefícios para todos os frequentadores de uma das praias mais conhecidas em todo o Brasil.

Esporte e lazer, as prioridades do projeto

A Revitalização da Orla da Praia do Morro em Guarapari, de acordo com a Sedurb, contempla a reurbanização de todo o calçadão da orla ao longo da Avenida Beira Mar, em uma extensão de 2,89 quilômetros. Serão construídas uma quadra de vôlei e uma de peteca, dois decks para prática de esportes, dois playgrounds equipados com brinquedos com estrutura de madeira de eucalipto e área onde ficará situada uma escola de vela.

Será feito paisagismo com jardineiras, canteiros com bancos para contemplação, além da instalação de guarda-corpos, rampas e módulos de escadas com chuveiros. Serão mantidas cerca de 90 castanheiras, sendo que as maiores ganharão uma iluminação cênica, por meio de refletores com luz verde sob as suas copas.

De todas as árvores mantidas na orla, uma receberá um tratamento especial: a figueira existente no calçadão, entre as ruas Cannes e Moacir Abud, conhecida como a figueira da “vovó e do vovô”. A árvore foi plantada por um casal de antigos



KATILAINE CHAGAS

RENOVAÇÃO. O calçadão antigo da Praia do Morro foi removido

moradores da Praia do Morro. Foi então projetada a instalação de um deque de madeira que contorna a árvore, respeitando sua história e a importância da preservação da memória afetiva do local.

Além disso, sete espécies que somam aproximadamente 1600 unidades de novas árvores e arbustos farão parte do novo paisagismo. A orla ganhará aroeira, algodão da praia, coqueiro da Bahia, ipê branco, ipê rosa, pata de vaca lilás, cássia fistula, além de areca bambu,

capuchinha e lantana-cambará.

A população e os turistas contarão com nove módulos com banheiros públicos, todos adaptados para portadores de necessidades especiais, sendo alguns equipados com fraldário. Para melhorar a mobilidade e estimular a prática de esportes com segurança, será construída uma ciclovia com dois metros de largura contemplando toda a orla.

Serão 264 vagas para estacionamento de veículos particulares, com vagas garantidas para deficientes e

R\$ 15 milhões de investimento

Além das obras de infraestrutura no calçadão, a região da Praia do Morro está recebendo investimentos, por meio da Companhia Espírito Sante de Saneamento (Cesan), para ter 100% de seu esgoto coletado e tratado.

idosos, e outras para carga e descarga. Os quiosques ficarão divididos em seis módulos com uma unidade e 10 módulos com duas unidades cada. Cada quiosque terá sua área definida por piso diferenciado e por guarda-corpo em madeira.

Além das obras de infraestrutura no calçadão, a região da Praia do Morro recebe investimentos de quase R\$ 15 milhões, por meio da Companhia Espírito Sante de Saneamento (Cesan), para ter 100% de seu esgoto coletado e tratado.